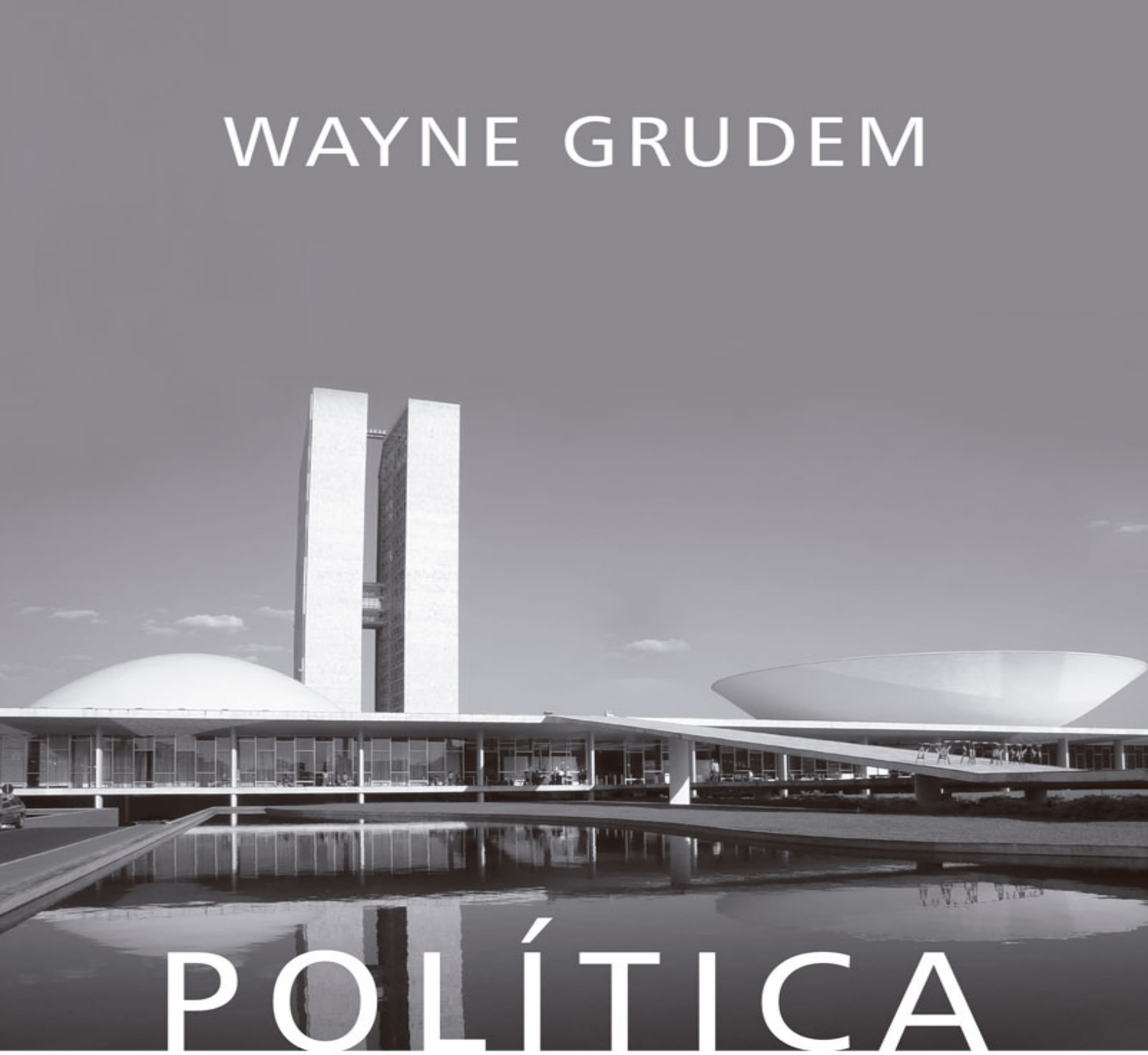
WAYNE GRUDEM



POLÍTICA
SEGUNDO A BÍBLIA

Princípios que todo cristão deve conhecer

VIDA NOVA

POLÍTICA
SEGUNDO A BÍBLIA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Angélica Ilacqua CRB-8/7057)

Grudem, Wayne

Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer / Wayne Grudem; tradução de Susana Klassen. - São Paulo: Vida Nova, 2014.

ePub

Bibliografia

ISBN 978-65-5967-039-0

Título original: Politics According to the Bible: A Comprehensive Resource for Understanding Modern Political Issues in Light of Scripture

1. Política na Bíblia 2. Religião e política Título II. Klassen, Susana

14-0344 CDD-261.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Religião e política

WAYNE GRUDEM

POLÍTICA
SEGUNDO A BÍBLIA
Princípios que todo cristão deve conhecer

Tradução
SUSANA KLASSEN

VIDA NOVA

Copyright ©2010 Wayne A. Grudem

Título original: Politics According to the Bible: A Comprehensive Resource for Understanding Modern Political Issues in Light of Scripture

Traduzido a partir da primeira edição publicada pela Zondervan, Grand Rapids, Michigan 49530, EUA.

1.a edição: 2014

Reimpressões: 2016, 2018, 2020

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados por Sociedade Religiosa Edições Vida Nova,

Rua Antônio Carlos Tacconi, 75, São Paulo, SP, 04810-020

vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em citações breves, com indicação de fonte.

ISBN 978-85-275-0584-0

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Supervisão Editorial e Edição de Texto

Marisa K. A. de Siqueira Lopes

Copidesque

Rosa M. Ferreira

Revisão de Provas

Fernando Mauro S. Pires

Gustavo N. Bonifácio

Coordenação de Produção

Sérgio Siqueira Moura

Revisão Gráfica

Ubevaldo G. Sampaio

Diagramação

Luciana Di Iorio

Imagem da Capa

StockBrasil

Livro digital

Lucas Camargo

Gabriela Fazoli

Todas as citações bíblicas, salvo indicação contrária, foram extraídas da versão Almeida Século 21, publicada no Brasil com todos os direitos reservados por Sociedade Religiosa Edições Vida Nova.

Este livro é dedicado às três pessoas que mais me incentivaram a escrevê-lo, cuja vida exemplifica as questões das quais trato nestas páginas: Alan Sears, presidente do Alliance Defense Fund, e Ben Bull, vice-presidente executivo do Alliance Defense Fund, os primeiros a sugerir que eu escrevesse este texto, e Cathi Herrod, presidente do Center for Arizona Policy, que me incentivou com muitas ideias e oportunidades de apresentar e promover este material ao vivo, para diversos públicos.

SUMÁRIO

Apresentação
Prefácio
Introdução
1. Cinco visões equivocadas a respeito de cristianismo e governo
2. Uma solução melhor: influência cristã expressiva sobre o governo
3. Princípios bíblicos a respeito do governo
4. Uma cosmovisão bíblica
Conclusão

APRESENTAÇÃO

O reino de Deus e o governo civil

Pode causar estranheza o fato de um importante teólogo batista, autor de obras popu lares na área de Teologia Sistemática e Novo Testamento, escrever livros sobre temas tão mundanos e polêmicos como economia ou mesmo política.[1] Especialmente por vir de uma tradição evangélica que afirma a separação entre Igreja e Estado de forma marcante.

Ainda que possa parecer novidade para alguns o fato de teólogos evangélicos escreverem sobre questões políticas, o leitor deve ter em mente que, desde suas origens, a tradição evangélica tem tratado com máxima seriedade o ensino bíblico sobre o poder civil e as tensões envolvidas entre as esferas da Igreja e do Estado ou entre as duas cidadanias do cristão.

Martinho Lutero foi o primeiro dos reformadores a tratar do assunto, em sua obra *Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência* (1523). Foi seguido por João Calvino, que abordou a matéria nas *Institutas da Religião Cristã* (1559), ao tratar "da administração política" (IV.XX).O mais surpreendente é que quase todos os reformadores articularam uma teologia do Estado e várias obras foram lançadas em rápida sucessão nessa época: *De Regno Christi* [O reino de Cristo] (1551), de Martin Bucer; *A Short Treatise of Political Power* [Um breve tratado do poder político] (1556), de John Ponet; *How Superior Powers Ought to Be Obeyed of Their Subjects; and Wherein*

They May Lawfully by God's Word Be Disobeyed and Resisted [Como poderes superiores devem ser obedecidos por seus súditos; e em que ponto eles podem legitimamente, segundo a Palavra de Deus, ser desobedecidos e resistidos] (1558), de Christopher Goodman; *Franco-Gallia,Or, An Account of the Ancient Free State of France, and Most Other Parts of Europe, Before the Loss of their Liberties* [Francogália ou Um relato do antigo Estado livre da França e a maioria das outras partes da Europa, antes da perda de sua liberdade] (1573), de Francois Hotman; *De Jure Magisterium* [Do direito dos magistrados] (1574), de Theodore Beza; *De Jure Regni Apud Scotos* [Os poderes da Coroa da Escócia] (1579), de George Buchanan; e o influente tratado anônimo *Vindiciae Contra Tyrannos* [Defesas (da liberdade) contra tiranos] (1579), atribuído por muitos a Philippe de Mornay. E no período pós-reforma foram escritas duas obras influentes: *Lex Rex* [A lei é o rei] (1644), de Samuel Rutherford, e *Política* (1603), de Johannes Althusius, que tem "a distinção de ser uma das contribuições centrais para o pensamento político ocidental".[2]

O movimento de reforma não foi, portanto, somente um movimento de redescoberta do evangelho, como revelado nas Escrituras Sagradas, que visou renovar a igreja. Foi também um amplo movimento de reordenação da sociedade, à luz da revelação de Deus em sua Palavra. Como escreveu Daniel Elazar, "a estrada para a democracia moderna começou com a Reforma Protestante no século xvi, em especial entre aqueles expoentes protestantes reformistas que desenvolveram uma teologia política que remeteu o Ocidente de volta aos caminhos do autogoverno popular, com ênfase na liberdade e igualdade".[3] Desse modo, contrariando muito do pensamento secular, o que se descobre nessas obras é que a verdadeira origem do contrato social, garantidor das liberdades fundamentais do ser

humano, encontra-se na Reforma Protestante e, em última análise, na mensagem evangélica oferecida nas Escrituras e confiada à igreja.

Em resposta ao movimento revolucionário francês, Abraham Kuyper, em sua obra *Calvinismo* (1898), ofereceu importantes percepções sobre a noção que passou a ser conhecida como "soberania das esferas", a qual se tornou uma salvaguarda para a separação entre a Igreja, o Estado e a família. Mais recentemente, vários teólogos elaboraram respostas às tensões decorrentes da ascensão dos regimes totalitários na Europa e de um mundo polarizado pela Guerra Fria. Em razão dos conflitos da igreja evangélica alemã com o nazismo, Karl Barth publicou obras tais como *O primeiro mandamento como existência teológica* (1933), *Existência teológica hoje* (1933), *Revelação, igreja e teologia* (1934) e *Comunidade cristã e comunidade civil* (1946).[4] Emil Brunner, com *Justice and the Social Order* [Justiça e a ordem social] (1943) e, especialmente, Reinhold Nieburh, em *Christianity and Power Politics* [Cristianismo e política de poder] (1940), *The Children of Light and the Children of Darkness* [Filhos da luz e filhos das trevas] (1944) e *Christian Realism and Political Problems* [Realismo cristão e problemas políticos] (1953), foram extremamente influentes no mundo anglo-saxão, em especial por suas críticas ao totalitarismo socialista. E a obra *Um manifesto cristão* (1982), de Francis Schaeffer, foi uma tentativa de oferecer um caminho bíblico "em face de poderes civis e eclesiásticos opressores e autoritários", tratando da relação do cristão com o governo, a lei e a desobediência civil.

Então, é possível afirmar que faz parte da tradição teológica evangélica o tratamento bíblico e teológico sobre a relação da comunidade do povo de Deus com o Estado. E Edições Vida Nova contribui para essa importante tradição ao lançar no Brasil este volume sobre política, de Wayne Grudem.

São necessários alguns esclarecimentos sobre a obra que o leitor tem em mãos. Esta é uma edição parcial da obra completa, que tem cerca de 600 páginas. Por que então publicar uma edição parcial? Porque grande parte dos capítulos da obra original é uma resposta direta aos desafios e debates vividos pelo autor no contexto norte-americano em que vive. Muitas de suas exposições éticas, tais como os debates sobre a proteção à vida, casamento, família, economia, meio ambiente, defesa nacional, política externa, liberdade de expressão e de religião, são um esforço de responder biblicamente aos desafios presentes naquela conjuntura. E é preciso ressaltar as diferenças significativas entre o cenário político americano e o brasileiro, assim como as diferenças agudas no ordenamento legal dos dois países, o que torna a simples tradução da obra para o público leitor de fala portuguesa muito problemática, dada a necessidade de imensas adaptações à nossa realidade, assim como de notas explicativas técnicas decorrentes. Por essa razão, Edições Vida Nova decidiu lançar a primeira parte da edição original, que trata dos fundamentos da política segundo a Bíblia, ou seja, de princípios que todo cristão deve conhecer, os quais são, portanto, extremamente relevantes para o contexto brasileiro.

Esta edição parcial deve estimular o leitor a dois desafios: primeiro, a engajar-se, com base na leitura cuidadosa do livro que tem em mãos, no debate sobre o que as Escrituras ensinam a respeito da relação do cristão com o Estado e as ramificações éticas daí decorrentes; e depois, a partir disso, trabalhar para formular respostas radicalmente bíblicas às questões levantadas, que sejam pertinentes ao contexto brasileiro e reflitam sensibilidade à história social e política nacional, às suas normas jurídicas (Constituição e códigos legais) e ao pluralismo partidário.

Portanto, num momento crítico na história política do país e de toda a América Latina, somos convidados a examinar o que as Escrituras têm a dizer sobre nosso relacionamento com "as autoridades que existem [e] foram […] instituídas […] [para serem] ministros de Deus para teu bem". Pois a autoridade legítima foi ordenada não somente para recompensar o bem, mas também para punir o mal, "porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal" (Rm13.1,4). Que este livro sirva de auxílio para todos quantos estão sendo despertados para a necessidade de oferecer direção bíblica para este assunto.

"Tratai todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai o rei" (1Pe 2.17).

Franklin Ferreira
Diretor do Seminário Martin Bucer

---

[1] Wayne Grudem também escreveu uma introdução sobre a fé cristã e economia: *Negócios para a glória de Deus* (São Paulo: Cultura Cristã, 2006).

[2] Frederick S. Carney, "Introdução do tradutor da edição americana: o interesse renovado na teoria política de Althusius", em Johannes Althusius, *Política* (Rio de
Janeiro: TopBooks, 2003), p. 9. O pensamento de vários desses autores é resumido em Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), p. 465-626 e Franklin Ferreira e Alan Myatt, *Teologia Sistemática* (São Paulo: Vida Nova, 2007), p. 919-32,

988-95. Para uma teoria política com base nesses autores, cf. Franklin Ferreira, *Curso Vida Nova de Teologia Básica: Teologia Sistemática* (São Paulo: Vida Nova, 2013), p. 210-18. Cf. também David Hall, *The Genevan Reformation and the American Founding* (Lanham, MD: Lexington, 2005), p. 161-2.

[3] Daniel J. Elazar, "Grande projeto de Althusius para uma comunidade federal", em Johannes Althusius, *Política*, p. 47.

[4] Para o contexto dessas obras de Karl Barth, cf. Franklin Ferreira, "A Igreja Confessional Alemã e a 'Disputa pela Igreja' (1933-1937)", em: *Fides Reformata* (2010), v. 15, p. 9-36.

PREFÁCIO

Não escrevi este livro do ponto de vista de um advogado, ou de um jornalista, ou de um político, mas do ponto de vista de um professor universitário com Ph.D. em estudos do Novo Testamento e 28 anos de experiência no ensino da Bíblia em programas de Mestrado e, ocasionalmente, de Doutorado em Divindade. Escrevi este livro porque tenho a convicção de que Deus pretendia que a Bíblia oferecesse orientação para todas as áreas da vida, inclusive no tocante ao modo como os governos devem atuar!

Apoio aqui posicionamentos políticos considerados mais "conservadores" que "liberais".[1] Isso se deve às minhas conclusões acerca do ensino bíblico sobre o papel do governo e a uma cosmovisão bíblica (cf. capítulos 3 e 4). É importante entender que, a meu ver, esses posicionamentos *fluíram daquilo que a Bíblia ensina* e, portanto, não foram ideias que adotei antes de verificar o ensino bíblico ou de forma independente dele. Não hesito em criticar os posicionamentos políticos do Partido Republicano nos Estados Unidos quando discordo deles (por exemplo, na questão da aprovação dos gastos descontrolados do governo e na contínua expansão do governo federal, mesmo sob a liderança de presidentes republicanos conservadores). Meu propósito central na presente obra não é ser liberal ou conservador, democrata ou republicano, mas

apresentar uma cosmovisão e uma perspectiva bíblicas sobre questões de política, lei e governo.

Desejo também fazer uma observação logo de início sobre Barack Obama, presidente dos Estados Unidos na época em que escrevo. Em razão das conclusões políticas conservadoras deste texto, em vários momentos acabo tecendo críticas contra alguns dos posicionamentos políticos do presidente Obama e da atual liderança dos democratas no Congresso norte-americano. Embora discorde de vários de seus posicionamentos, considero-o um indivíduo articulado, equilibrado, dotado de grande inteligência e de oratória notavelmente persuasiva. Em minha opinião, foi extremamente positivo para os Estados Unidos que um afrodescendente tenha sido eleito para a presidência. Alegro-me de que meu país tenha conseguido superar seu histórico de discriminação racial a ponto de eleger o primeiro presidente negro. Foi um marco importante para a história norte-americana, e mesmo aqueles que não votaram nele podem e devem ser gratos por esse fato.

Quero ressaltar, porém, que nem todos os negros norte-americanos adotam as ideias políticas liberais do presidente Obama. Entre os líderes negros de linha política conservadora que alcançaram cargos elevados no governo, podemos citar o juiz da Suprema Corte Clarence Thomas, a ex-secretária de Estado Condoleeza Rice, o ex-secretário de Estado Collin Powel (que, apesar de ter apoiado Barack Obama, é republicano), o ex-secretário da educação Roderick Paige, o presidente do Comitê Nacional Republicano Michael Steel (ex-vice-governador do estado de Maryland), o ex-secretário do estado de Ohio Ken Blackwell, a juíza Janice Rogers Brown do Tribunal de Recursos do distrito de Columbia e o ex-deputado federal e presidente da Convenção do Partido Republicano J. C. Watts Jr. Além deles, podemos citar Thomas Sowell, um dos economistas conservadores de

maior influência nos Estados Unidos. Esses e muitos outros líderes nos fazem lembrar que os negros norte-americanos podem ser fortes defensores de posicionamentos políticos conservadores, e não apenas liberais. Logo, uma de minhas expectativas em relação a este livro é que muitos cristãos afrodescendentes que aceitam a Bíblia como Palavra de Deus e que apoiaram o presidente Obama em 2008 reflitam sobre meus argumentos com base na Bíblia e, quem sabe, decidam que também apoiarão as posturas conservadoras em favor das quais argumento nas páginas a seguir.

Desejo agradecer a vários amigos que me ajudaram com este livro, especialmente Craig Osten, vice-presidente da Alliance Defense Fund[2], o qual, com sua aptidão extraordinária para pesquisar e verificar fatos e documentos, forneceu em diversas ocasiões exatamente as informações das quais eu precisava. As contribuições de Craig enriqueceram o conteúdo de quase todos os capítulos desta obra, e creio que não teria sido possível escrevê-la sem sua excelente ajuda.

Joe Infranco, Jordan Lorence e Jeff Ventrella, também da Alliance Defense Fund, ofereceram conselhos proveitosos sobre assuntos específicos, e Jeff me convidou para apresentar parte do material em alguns eventos dessa organização. Madison Trammel contribuiu com várias ideias úteis para o manuscrito. Greg Forster leu o manuscrito e ofereceu sugestões proveitosas com base em sua experiência muito mais ampla em questões de teoria de governo e história do pensamento. John Hayward chamou minha atenção para diversos livros publicados na Grã-Bretanha sobre esses tópicos. Além disso, meus alunos da escola dominical na Scottsdale Bible Church foram um grande incentivo e corrigiram diversos erros durante as aulas que ministrei ao longo de muitos meses usando este material. Os alunos de

minha turma de “Teologia bíblica aplicada a leis, política e governo”, no Phoenix Seminary, também fizeram comentários importantes.

Sharon Hoshiwara digitou grande parte do texto com rapidez e precisão, muitas vezes dentro de prazos bem curtos. Dan Julian me ajudou com as configurações do computador e com os trabalhos adicionais de pesquisa, e Joshua D. Brooks também ajudou na pesquisa. Sarah McCurley compilou uma tabela detalhada do conteúdo e ajudou como secretária de diversas maneiras e em várias ocasiões. Sean Reynolds e Joshua D. Brooks compilaram com grande atenção os índices do livro. Joshua e Alyssa Brooks trabalharam na revisão.

Expresso gratidão, ainda, ao presidente Darryl DelHousaye e aos membros do conselho do Phoenix Seminar, que permitiram gentilmente que eu lecionasse meio período, o que possibilitou a conclusão desta obra em menos tempo. Os sócios da empresa Marketplace One, em Phoenix, ofereceram um grande apoio, que aumentou de diversas maneiras minha produtividade ao escrever.

Sou profundamente grato a todos por essa ajuda e espero que todas essas pessoas entendam que desempenharam um papel essencial na produção deste livro.

Dediquei este livro às três pessoas que, pela providência de Deus, exerceram maior influência para que eu o escrevesse. Alan Sears e Ben Bull, da Alliance Defense Fund, sugeriram para mim, muitos anos atrás, a ideia de uma obra como esta. Também forneceram recursos que ajudaram em alguns aspectos da pesquisa e do trabalho editorial.Cathi Herrod, presidente do Center for Arizona Policy, incentivou-me neste projeto desde o início com sugestões criteriosas e me deu oportunidade de apresentar e promover parte deste material para diversos públicos. Não sei ao certo se esses três

amigos concordam com tudo o que escrevi aqui, mas sou extremamente grato por seu incentivo ao projeto como um todo.

Acima de tudo, sou grato a Margaret, minha querida esposa há 40 anos, que me encorajou diariamente enquanto eu escrevia, trouxe refeições ao meu escritório, orou por mim com frequência, ajudou-me a não lotar demais a agenda, fez-me rir inúmeras vezes com seu maravilhoso senso de humor, trouxe alegria a meu coração repetidamente e foi conselheira sábia e amorosa em muitas das ocasiões em que conversamos sobre meu progresso no trabalho com o texto e sobre acontecimentos da vida em geral.

Espero que os cristãos que adotam a Bíblia como guia para a vida encontrem nestas discussões uma fonte de ânimo. A meu ver, a perspectiva de Deus sobre política é alegre "boa-nova", assim como o restante da Bíblia é boa-nova para todas as áreas da vida! Creio que os ensinos bíblicos a respeito de questões políticas promoverão esperança e mudanças benéficas para pessoas de todas as nações em que forem aplicados. Quando esses preceitos forem colocados em prática em uma nação, serão boa-nova para os oprimidos, para aqueles que anseiam por justiça, para aqueles que desejam paz, para jovens e velhos, fracos e poderosos, ricos e pobres. Serão boa-nova para todos os que trilharem os caminhos maravilhosos da liberdade e do governo sensato que a Bíblia ensina. O profeta Isaías elogiou o som agradável dos pés do mensageiro que vinha correndo com boas notícias do próprio Deus: "Como são belos sobre os montes os pés do que anuncia as boas-novas, que proclama a paz, que anuncia coisas boas, que proclama a salvação, que diz a Sião: O teu Deus reina!" (Is 52.7).

Portanto, espero que, à medida que pessoas e nações seguirem estes princípios para o governo, seja possível observar uma reversão do processo de declínio contínuo na paz, na civilidade, na liberdade e na bondade-

vontade cívica que temos observado nas últimas décadas em nossas sociedades. No lugar desse declínio, veremos progresso constante rumo a sociedades melhores, mais agradáveis e produtivas e com menos criminalidade; sociedades mais livres, gentis e felizes, nas quais poderemos viver.

Tenho plena consciência de que a Bíblia não é um livro norte-americano, pois foi escrita quase 1.700 anos antes de os Estados Unidos virem a existir! Os princípios e ensinamentos da Bíblia contêm sabedoria proveitosa para *todas* as nações e para todos os governos. Portanto, procurei ter em mente que pessoas de outros países talvez leiam este livro e o considerem útil para a formulação de seus próprios posicionamentos quanto às questões políticas com que deparam em suas nações. Contudo, em meus exemplos e em minha escolha de temas políticos, focalizo principalmente os Estados Unidos, pois é o país sobre o qual tenho mais conhecimento, do qual tenho orgulho de ser cidadão e pelo qual tenho amor profundo.

E quanto aos leitores que não acreditam que a Bíblia é de Deus ou que não têm uma opinião formada a respeito dela? Espero que reflitam sobre os argumentos deste livro e os considerem, em seus próprios méritos, úteis, talvez até mesmo persuasivos, para a formulação de suas respectivas opiniões. Mesmo que isso não aconteça, seu direito de discordar de mim ainda é de grande importância para qualquer governo que siga os princípios deste livro. Tenho convicção de que é preciso haver fortes mecanismos de proteção da liberdade religiosa em todas as nações (cf. capítulo 1) e almejo com fervor proteger a liberdade de cada pessoa de tomar decisões por si mesma a respeito de crenças religiosas, sem coerção alguma do governo. Desejo proteger o direito de outros indivíduos de discordar de mim e de expressar essa diferença de opinião publicamente em qualquer país.

Wayne Grudem, Ph.D.
Fevereiro de 2010

---

[1] O autor cita repetidamente termos políticos do contexto norte-americano, como "republicano" e "democrata", e "conservador" e "liberal". Note-se, porém, que "liberal" tem uma conotação diferente no contexto brasileiro. Enquanto no Brasil o *liberalismo* está associado à defesa de eleições democráticas, direitos civis, liberdade de imprensa, liberdade de religião, livre comércio, Estado mínimo e propriedade privada – próximo, portanto, do conceito de *conservador* ou *direitista*, nos EUA –, "liberal" tem sentido próximo de "esquerdista".

[2] Alliance Defense Fund, conhecida hoje como Alliance Defending Freedom, é uma organização cristã conservadora norte-americana que visa promover iniciativas para defender os direitos de expressão da fé cristã no âmbito público. [N. do T.]

INTRODUÇÃO

As igrejas devem exercer alguma influência na política?

Pastores devem pregar sobre temas políticos?

Existe somente um posicionamento "cristão" em relação a questões políticas?

A Bíblia traz algum ensinamento a respeito de como as pessoas devem votar?

Em minha opinião, há algumas respostas claras para essas perguntas, mas é necessário reconhecer, desde o princípio, que dezenas de outros livros e artigos já ofereceram respostas para esses questionamentos. Nesses livros, encontramos desde afirmações de que a Bíblia apoia claramente muitos dos posicionamentos de democratas liberais até declarações de que a Bíblia apoia posicionamentos de republicanos conservadores.[1] Algumas obras argumentam que os cristãos se envolveram em demasia com atividades políticas, enquanto outro texto importante argumenta que a Bíblia ordena que os cristãos participem ativamente da política.[2] Ainda outro livro de relevância considerável fornece vários exemplos reais da grande influência cristã sobre leis e governos.[3] Uma obra bastante respeitada no Reino Unido propõe que as principais questões políticas sejam repensadas à luz da prioridade que a Bíblia confere aos relacionamentos pessoais.[4]

Alguns livros recentes escritos por teólogos e estudiosos da Bíblia tratam de modo mais teórico da questão das perspectivas cristãs sobre a política.[5]

Na presente obra, começarei com uma explicação de cinco pontos de vista acerca de cristianismo e política que, em minha opinião, são claramente incorretos (e prejudiciais): 1) o governo deve impor a religião; 2) o governo deve excluir a religião; 3) todos os governos são perversos e demoníacos; 4) a igreja deve se dedicar ao evangelismo, e não à política; e 5) a igreja deve se dedicar à política, e não ao evangelismo. Como alternativa, argumento em favor do ponto de vista que considero correto: 6) deve haver uma influência cristã expressiva sobre o governo.

Mas o que a Bíblia em si afirma acerca do governo civil? No capítulo 3, faço um levantamento do ensino bíblico a respeito do propósito do governo e das características do bom e do mau governo.

No capítulo 4, procuro formar a base dos principais elementos de uma cosmovisão cristã: o que a Bíblia diz a respeito de Deus como Criador; da terra que ele criou; de nós, homens e mulheres criados à sua imagem; do pecado e do propósito inicial que levou Deus a colocar os seres humanos na terra. Formo essa base ampla com o objetivo de evitar o erro comum de usar versículos bíblicos fora de contexto para corroborar praticamente qualquer posicionamento a respeito de controvérsias políticas atuais.

Por acaso imagino que todos os que procuram seguir a Bíblia concordarão com minha visão acerca das principais questões políticas? Não. Sem dúvida, muitos leitores concordarão comigo em alguns aspectos, mas discordarão em outros. É possível que muitos leitores cristãos que aceitam a autoridade da Bíblia argumentem em favor de outros posicionamentos que, a seu ver, são corroborados de modo mais adequado pelo ensino da Bíblia como um todo. Não considero essas divergências problemáticas, pois creio que crescemos em entendimento quando discutimos e arrazoamos uns com

os outros (com civilidade!). "Quando não há uma direção sábia, o povo cai, mas na multidão de conselheiros há segurança" (Pv 11.14).

Também quero dizer que não abraço com igual nível de certeza todos os posicionamentos que apoio neste livro. No tocante a algumas questões, creio que o ensino geral da Bíblia é *claro, direto* e *categórico*, como a ideia de que os governos civis foram instituídos por Deus para punir o mal e recompensar o bem, ou como a ideia de que as leis de uma nação devem proteger a vida das pessoas, especialmente das crianças que ainda não nasceram.

Em outras ocasiões, lanço mão de *argumentos baseados em princípios mais amplos*. Um exemplo é minha proposta de que a forma preferível de governo é algum tipo de democracia. Nesse caso, minha argumentação não se fundamenta em ensinamentos bíblicos diretos e específicos a respeito do assunto, mas em princípios bíblicos mais amplos (como a igualdade de todas as pessoas, uma vez que foram criadas à imagem de Deus, e a importância de estabelecer limites para o poder do governo humano). Esse tipo de argumentação baseada em princípios mais amplos requer uma avaliação criteriosa de sua aplicação correta a situações atuais e, portanto, abre uma possibilidade maior de cometer erros ou deixar de contrabalançar um princípio com outros que talvez alterem a conclusão à qual chegamos.

Em minha argumentação, também recorro aos *fatos do mundo* e lanço mão da avaliação dos *resultados atuais* de certas políticas adotadas[6]. Esses argumentos são diferentes daqueles baseados em *declarações bíblicas explícitas* e também são diferentes daqueles que se fundamentam em *princípios bíblicos mais amplos*, pois não dependem da Bíblia, mas de uma *avaliação dos fatos relevantes* no mundo de hoje.

Contudo, uma avaliação diferente dos fatos pode levar alguém a uma conclusão diferente a respeito de certo posicionamento político. Por certo,

não afirmo que a Bíblia também apoia todos os *fatos* que cito a respeito do mundo de hoje. Os leitores têm plena liberdade de avaliar por si mesmos e buscar provas dessas questões fatuais. Ao longo do texto, porém, afirmo que, se minha visão desses fatos estiver correta, os ensinamentos bíblicos parecem levar a esta ou àquela conclusão a respeito do assunto em discussão.

Nas páginas a seguir, não faço distinção entre esses três tipos de argumento. Não afirmo explicitamente quando lanço mão de *ensinamentos diretos da Bíblia*, quando me baseio em *princípios bíblicos mais amplos*, quando uso como referência uma *avaliação dos fatos* do mundo de hoje ou quando recorro a uma combinação dos três. Espero, contudo, que os leitores sejam capazes de fazer essas distinções por si mesmos ao analisar os argumentos à medida que estes lhe forem apresentados. E, no final, espero que a maioria dos leitores seja persuadida por este livro.

---

[1] Um livro que apoia, em sua maior parte, posicionamentos democráticos é Jim Wallis, *God's Politics: Why the Right Gets It Wrong and the Left Doesn't Get It*, New York: HarperSanFrancisco, 2005. Um livro que apoia, em sua maior parte, posicionamentos republicanos é D. James Kennedy e Jerry Newcombe, *How Would Jesus Vote? A Christian Perspective on the Issues*, Colorado Springs: Waterbrook, 2008.

[2] John MacArthur, *Why Government Can't Save You: an Alternative to Political Activism*, Nashville: Word, 2000 e Cal Thomas e Ed Dobson, *Blinded by Might: Why the Religious Right Can't Save America*, Grand Rapids: Zondervan, 1999 são dois exemplos de obras que propõem muita

cautela e moderação no envolvimento dos cristãos com a política (e, especificamente no caso de Thomas e Dobson, no envolvimento da igreja com a política). Em contrapartida, o livro circunspecto e desafiador de Tom Minnery, *Why You Can't Stay Silent*, Wheaton: Tyndale House, 2001, convida os cristãos a se envolverem muito mais com as questões políticas de nossa época.

[3] Cf. Charles W. Colson, *God and Government: an Insider's View on the Boundaries between Faith and Politics*, Grand Rapids: Zondervan, 2007; publicado anteriormente com o título *Kingdoms in Conflict*.

[4] Cf. Michael Schluter e John Ashcroft, orgs., *Jubilee Manifesto*, Leicester: Inter-Varsity Press, 2005.

[5] Vários desses livros tratam das questões teóricas mais amplas de lei e governo com muito mais critério e erudição do que sou capaz de oferecer; cf. especialmente D. A. Carson, *Christ and Culture Revisited*, Grand Rapids: Eerdmans, 2008 [Publicado no Brasil por Edições Vida Nova sob o título *Cristo e cultura: uma releitura*]; cf. também Richard Bauckham, *The Bible in Politics: How to Read the Bible Politically*, London: SPCK, 1989; Chris Green, org., *A Higher Throne: Evangelicals and Public Policy*, Nottingham: Apollos, 2008; Gordon McConville, *God and Earthly Power: an Old Testament Political Theology*, London: T. & T. Clark, 2006; Oliver O'Donovan, *The Desire of the Nations: Rediscovering the Roots of Political Theology*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996; e Nick Spencer e Jonathan Chaplin, orgs., *God and Government*, London: SPCK, 2009). Há também um livro mais antigo de Robert Culver, *Toward a Biblical View of Civil Government*, Chicago: Moody Press, 1974.

[6] Nesse trecho, no original em inglês, o autor faz referência a trechos do capítulo 9 (não incluído nesta edição em português), nos quais faz essa avaliação dos *resultados atuais* de certas políticas adotadas, quando, por exemplo, avalia se impostos mais baixos resultam em crescimento econômico ou não.

capítulo 1

CINCO VISÕES EQUIVOCADAS A RESPEITO DE CRISTIANISMO E GOVERNO

Antes de explicar minha própria visão do papel correto dos cristãos na política, convém examinar o que penso acerca de cinco visões equivocadas a respeito dessa questão, perspectivas lamentavelmente incorretas, propagadas por vários autores ao longo da história. No capítulo seguinte, proponho uma solução que considero mais adequada e equilibrada.

A. PRIMEIRA VISÃO EQUIVOCADA A RESPEITO DE CRISTIANISMO E GOVERNO: O GOVERNO DEVE IMPOR A RELIGIÃO

O primeiro ponto de vista equivocado (em minha opinião) é a visão de que o governo civil deve obrigar as pessoas a apoiar ou seguir determinada religião.

É calamitoso que essa visão de impor a religião tenha sido adotada por tantos cristãos em séculos passados. Ela teve um papel importante na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que começou como um conflito entre protestantes e católicos desejosos de controlar vários territórios, principalmente na Alemanha. Nos séculos 16 e 17, houve muitas outras

"guerras religiosas" na Europa, especialmente entre católicos e protestantes. Também no século 16, protestantes reformados e luteranos perseguiram e mataram milhares de membros de grupos anabatistas na Suíça e na Alemanha, que desejavam ter igrejas "só para os crentes" e que batizavam por imersão aqueles que faziam uma profissão pessoal de fé.

Com o passar do tempo, cada vez mais cristãos perceberam que a visão de impor a religião é incompatível com os ensinamentos de Cristo e com a própria natureza da fé (cf. a discussão adiante). Hoje, não conheço nenhum grupo cristão importante que continue a defender a visão de que o governo deve tentar obrigar as pessoas a seguir a fé cristã.[1]

Outras religiões, porém, ainda promovem a imposição de suas crenças pelo governo. Pode-se observar isso em países como a Arábia Saudita, onde há leis que obrigam o povo a seguir o islamismo e onde aqueles que não obedecem a essas leis estão sujeitos a penas severas aplicadas pela polícia religiosa. A lei proíbe a expressão pública de qualquer outra religião além do islamismo e não permite que os sauditas se convertam a outras religiões. Bilal Cleland, defensor do islamismo, escreve em *Islam for Today,* seu site pró-islâmico: "A legislação contida no Alcorão passa a ser a lei básica do Estado".[2]

A visão de impor a religião também é usada ao redor do mundo por grupos violentos para justificar a perseguição aos cristãos, como no caso em que muçulmanos queimaram um vilarejo cristão inteiro no Paquistão, resultando na morte de seis cristãos, no início de agosto de 2009.[3] Outro exemplo é a guerra travada por grupos militantes islâmicos contra cristãos na Nigéria, no Sudão e em outros países da África subsaariana. A visão de impor a religião também levou à perseguição violenta de cristãos por alguns grupos hindus na Índia. Há relatos de que, em 1999, 51 igrejas e lugares de

oração cristãos foram inteiramente queimados no estado de Gujarate, no oeste da Índia. O missionário australiano Graham Staines e seus dois filhos pequenos morreram queimados em um jipe incendiado por uma multidão de hindus no estado de Orissa, na costa leste da Índia.[4] De acordo com a Associated Press, em 2007, extremistas hindus incendiaram cerca de dez igrejas.[5]

É importante observar, porém, que outros muçulmanos e outros hindus são a favor da democracia e permitem, em maior ou menor grau, a liberdade religiosa.

Nos primeiros anos da história dos Estados Unidos, o apoio à liberdade religiosa nas colônias norte-americanas se desenvolveu tanto pela necessidade de formar um país coeso, com pessoas originárias de diversos contextos religiosos (congregacionais, episcopais, presbiterianos, quacres, batistas, católicos e judeus, entre outros), como pelo fato de muitos habitantes das colônias terem fugido de perseguição religiosa em seus países de origem. Os primeiros colonos que se estabeleceram na Nova Inglaterra, por exemplo, fugiram da Inglaterra, onde haviam pago multas e sido presos por não frequentarem os cultos da Igreja Anglicana e por realizarem seus próprios cultos.

Em 1779, apenas três anos depois da Declaração da Independência, Thomas Jefferson redigiu a Declaração de Virgínia para a Instituição da Liberdade Religiosa, que refletia o apoio crescente à liberdade de expressão religiosa nos Estados Unidos. Seguem as palavras de Jefferson:

> Seja decretado pela Assembleia Geral que nenhum homem poderá ser obrigado a frequentar ou apoiar qualquer culto, local ou ministério religioso, nem será forçado, impedido, prejudicado ou afligido, em seu corpo ou em seus bens, nem sofrerá de qualquer outro modo em razão

> de suas opiniões ou crenças religiosas. Antes, todos os homens terão liberdade de professar e, por argumentos, defender suas opiniões em questões religiosas, o que não diminuirá, nem aumentará, nem afetará de qualquer outro modo sua capacidade civil.[6]

Vários ensinamentos da Bíblia mostram que a visão de que o governo deve impor a religião é equivocada e contrária ao próprio ensino bíblico.

1. Jesus fez distinção entre o reino de Deus e o de César

O primeiro argumento bíblico contra a visão de impor a religião vem do ensinamento de Jesus em Mateus 22. Seus oponentes judeus tentaram apanhá-lo por meio da pergunta: "É correto pagar tributo a César, ou não?" (Mt 22.17). Caso Jesus se mostrasse favorável aos impostos romanos, arriscaria dar a impressão de que apoiava o odiado governo de Roma. Caso se mostrasse contrário aos impostos romanos, daria a impressão de que era um revolucionário perigoso, hostil ao poder de Roma. Jesus surpreendeu seus oponentes ao dizer: "Mostrai-me a moeda do tributo", e eles "trouxeram-lhe um denário" (v. 19). Em seguida, apresentou seu ensinamento da seguinte forma: "Ele lhes perguntou: De quem são esta imagem e inscrição? Eles responderam: De César. Então lhes disse: Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mt 22.20,21).

Trata-se de uma declaração notável, pois Jesus mostra que devem existir *dois âmbitos distintos de influência,* um para o governo, outro para a vida religiosa do povo de Deus. Algumas coisas, como impostos, dizem respeito ao governo civil ("o que é de César"), logo, a igreja não deve tentar controlá-las. Em contrapartida, outras coisas dizem respeito à vida religiosa das

pessoas ("o que é de Deus"), logo, o governo civil não deve tentar controlá-las.

Jesus não especificou uma lista de itens para cada categoria, mas a simples distinção das duas categorias é de enorme relevância para a história do mundo, pois indica a aprovação de um sistema diferente daquele que fora dado à nação de Israel, que era constituído pelas leis dadas no Antigo Testamento. No Antigo Testamento, a nação de Israel como um todo era uma "teocracia", ou seja, Deus era o governante do povo, as leis foram dadas a Israel diretamente por Deus (e não decididas pelo povo ou por um rei humano) e *a nação inteira* era considerada "povo de Deus". Esperava-se, portanto, que todos os que faziam parte dela adorassem a Deus, e as leis de Israel abrangiam não apenas aquilo que hoje consideraríamos "questões seculares", como homicídio e roubo, mas também "questões religiosas", como o sacrifício de animais e penalidades no caso de adoração a outros deuses (cf. Lv 21—23; Dt 13.6-11).

Na declaração de Jesus a respeito de Deus e de César, ele definiu os contornos mais amplos de uma nova ordem na qual "o que é de Deus" *não* deve estar sob o controle do governo civil ("o que é de César"). Esse sistema é muito diferente da teocracia que governava o povo de Israel no Antigo Testamento. O novo ensinamento de Jesus sugere que todos os governos civis, inclusive os de hoje, devem dar liberdade no tocante à fé religiosa que as pessoas escolhem seguir ou não, às doutrinas religiosas que adotam e ao modo como adoram a Deus. "César" não deve controlar essas coisas, pois elas são "de Deus".

2. Jesus não tentou obrigar as pessoas a crer nele

Outro episódio na vida de Jesus também mostra como ele se opunha à visão de impor a religião, pois ele repreendeu seus discípulos quando quiseram castigar de imediato aqueles que o rejeitaram:

> E enviou mensageiros à sua frente; estes foram e entraram num povoado de samaritanos para lhe preparar pousada. Mas os samaritanos não o receberam, pois viajava para Jerusalém. Quando viram isso, os discípulos Tiago e João disseram: Senhor, queres que mandemos descer fogo do céu para os consumir? (Lc 9.52-54).

Ao que parece, os discípulos imaginaram que seria uma excelente forma de convencer as pessoas a ouvir Jesus no povoado seguinte. Se descesse fogo do céu e acabasse com o vilarejo samaritano que havia rejeitado Jesus, a notícia se espalharia e toda a população do povoado seguinte compareceria para ouvi-los. Que método mais persuasivo de impor a religião!

Jesus, porém, rejeitou categoricamente essa sugestão. O versículo seguinte diz: "Ele, porém, voltando-se, repreendeu-os" (Lc 9.55). Jesus recusou de modo claro qualquer tentativa de obrigar as pessoas a segui-lo ou crer nele.

3. Não há como impor a fé autêntica

Há coerência entre a natureza da fé autêntica e a condenação por Jesus do uso de "fogo do céu" para obrigar as pessoas a segui-lo. Por trás dessa condenação está o fato de que a *verdadeira fé em Deus deve ser voluntária*. Para que a fé seja autêntica, não pode ser imposta à força. Encontramos aqui outra razão pela qual os governos não devem, jamais, tentar obrigar o povo a aderir a determinada religião.

Ao longo de todo o ministério de Jesus e dos apóstolos, fica evidente seu respeito pela vontade individual e pelas decisões voluntárias das pessoas. Eles as *ensinavam*, *procuravam convencê-las* e *faziam apelos* para que tomassem a decisão pessoal de seguir Jesus como o verdadeiro Messias (cf. Mt 11.28-30; At 28.23; Rm 10.9,10; Ap 22.17).

A verdadeira crença religiosa não pode ser imposta à força, seja por meio de fogo do céu, seja pelo poder do governo civil, e os cristãos não devem participar de tentativas do governo de usar seu poder para *obrigar* as pessoas a apoiar ou seguir o cristianismo ou qualquer outra religião.

Mas e quanto às leis que Deus deu a Israel no Antigo Testamento, especialmente em Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio? Elas exigiam que o povo entregasse o dízimo para sustentar o sacerdócio judaico e o culto no templo e que oferecessem ao Senhor anualmente os sacrifícios especificados (cf. Lv 23). Ordenavam até mesmo castigos severos para quem tentasse ensinar outra religião (cf. Dt 13.6-11). Contudo, aplicavam-se *apenas à nação de Israel naquela época específica*. Jamais foram impostas às nações vizinhas. Faziam parte do sistema do Antigo Testamento, que chegou ao fim quando Jesus firmou uma "nova aliança" para o povo de Deus no Novo Testamento. O antigo sistema se encerrou com o ensinamento de Jesus de que algumas áreas da vida eram "de César" e outras, "de Deus". Nunca se pretendeu que as leis do Antigo Testamento com essas imposições religiosas fossem aplicadas depois de Jesus ter firmado sua "nova aliança" ou em qualquer outro momento subsequente.

4. Um reino que não é deste mundo

Em outro episódio, logo depois que foi preso pelos soldados romanos, perto de sua morte, Jesus disse ao governador romano Pôncio Pilatos: "O meu

reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus servos lutariam para que eu não fosse entregue aos judeus. Entretanto, o meu reino não é daqui" (Jo 18.36).

Jesus não permitiu que seus discípulos lutassem com espadas nem usassem poder militar, pois *seu objetivo não era estabelecer um reino terreno, como o Império Romano* ou várias outras nações na história do mundo. Enquanto os reinos terrenos são estabelecidos por exércitos e por poder militar, o reino de Jesus seria estabelecido pelo poder do evangelho que transforma o coração das pessoas e as leva a crer nele e lhe obedecer.

Isso não significa que o reino de Deus não exerce influência alguma sobre o mundo. Na verdade, ele transforma e vence o mundo (1Jo 3.8; 5.4,5), mas o faz ao mudar o coração das pessoas e suas convicções mais profundas, e não por meio do poder militar. O poder do governo jamais deve ser usado para impor determinada crença religiosa ou a adesão a uma religião específica, seja a fé cristã, seja qualquer outra fé.

Em resumo, a visão de impor a religião é contrária à Bíblia e equivocada.

5. Implicações práticas de rejeitar a visão de impor a religião

Quais são as implicações práticas de rejeitar a visão de impor a religião? Uma das implicações é que o governo não deve, em momento algum, tentar obrigar as pessoas a crer numa religião específica ou segui-la; antes, deve garantir a liberdade religiosa para os seguidores de todas as religiões dentro da nação.

Outra implicação é que os cristãos de todas as nações devem apoiar a liberdade religiosa e se opor a qualquer tentativa do governo de impor determinada religião. Aliás, *plena liberdade religiosa* deve ser o primeiro

princípio apoiado e defendido pelos cristãos que almejam influenciar o governo.

Por vezes, não cristãos expressam medo de que, se os cristãos conquistarem poder demais no governo, tentarão impor o cristianismo sobre todo o povo. Trata-se de um argumento comum apresentado por grupos como Americans United for Separation of Church and State [Norte-americanos Unidos em Favor da Separação entre Igreja e Estado], Center for American Progress [Centro para o Progresso Norte-Americano] e Freedom from Religion Foundation [Fundação para a Liberdade Religiosa]. Alguns críticos chegam a insinuar que os cristãos de direita têm procurado instituir gradativamente uma teocracia nos Estados Unidos. Michelle Golberg escreve: "Uma nação inteiramente cristã é tanto o objetivo da ala direita religiosa quanto sua ideologia fundamental, a justificação para sua tentativa de acabar com a doutrina da separação entre Igreja e Estado [...] No momento, [...] estamos no ápice do fervor teocrático".[7] A fim de refutar esse tipo de acusação falsa, é importante os cristãos envolvidos com a política asseverarem repetidamente seu compromisso com a total liberdade religiosa nos Estados Unidos (e em todos os outros países).

Ainda outra implicação diz respeito à hipótese de o governo dar apoio financeiro direto a uma igreja como "igreja estatal". Esse apoio governamental é menos prejudicial que a visão de impor a religião, mas ainda assim, a meu ver, não é correto. Ele acontece em alguns países nos quais o governo civil usa dinheiro dos impostos e certos privilégios para apoiar determinada religião ou denominação como "igreja estatal". O governo dos Estados Unidos proibiu essa ação por meio da Primeira Emenda, na qual está escrito que "o governo não legislará no sentido de estabelecer uma religião", compreendendo-se que "estabelecer uma religião"

significa dar apoio governamental a apenas uma igreja, a "igreja estabelecida".

Ainda existem igrejas desse tipo em alguns países. No Reino Unido, por exemplo, a Igreja Anglicana ainda é a igreja estatal;[8] em países escandinavos, como a Noruega e a Suécia, a Igreja Luterana é a igreja estatal;[9] e, em muitos países com grande população católica, como a Espanha, a Igreja Católica recebe apoio do Estado. Na Alemanha, há um acréscimo de impostos para contribuintes católicos, protestantes e judeus, que corresponde entre 8 e 9% de sua renda total. O Estado distribui esses recursos entre as igrejas e sinagogas, a fim de que sejam destinados a serviços sociais.[10]

Alguns cristãos nesses países argumentam que os benefícios decorrentes de haver uma igreja estatal são maiores que os efeitos negativos. Ainda assim, porém, não encontro justificativa suficiente para isso no Novo Testamento. Não vejo evidência alguma de que o dinheiro dos impostos recolhidos pelo governo — e não o proveniente de doações de cristãos — deva ser usado para manter as atividades religiosas de uma igreja. Ademais, a história parece indicar que o apoio direto do Estado enfraquece a igreja, em vez de fortalecê-la. (Veja, por exemplo, a frequência extremamente baixa nas igrejas luteranas apoiadas pelo Estado na Alemanha e na Suécia.)

6. E quanto a benefícios fiscais oferecidos a igrejas?

A concessão pelo governo de benefícios fiscais a organizações religiosas é um caso de imposição da religião? Nos Estados Unidos, por exemplo, as igrejas não pagam impostos sobre seus terrenos e construções, e pessoas físicas não pagam impostos sobre a parte de sua renda doada a igrejas ou a outras instituições beneficentes.

Não tenho objeção a essas políticas, pois, a meu ver, não *impõem* a religião de maneira relevante. Nenhuma denominação ou religião recebe tratamento preferencial. Tanto igrejas batistas como templos budistas, sinagogas judaicas, igrejas católicas e mesquitas muçulmanas desfrutam esses benefícios. Essas isenções fiscais oferecidas a igrejas e instituições beneficentes se baseiam na decisão da sociedade de que organizações desse tipo contribuem de modo considerável para o bem da sociedade como um todo. Nas palavras clássicas do prefácio da Constituição dos Estados Unidos da América, elas "promovem o bem-estar geral". Logo, é inteiramente aceitável que a sociedade resolva oferecer certos benefícios fiscais de modo igual a todas as religiões. Não se trata de apoio compulsório a uma religião, nem de entregar recursos do governo diretamente a determinados grupos religiosos e, sem dúvida, não contraria o significado e a intenção da Primeira Emenda. Oferecer benefícios fiscais não é o mesmo que impor uma religião.

7. A influência espiritual por trás da visão de impor a religião

Por trás dessa visão de impor a religião, há um poder espiritual invisível com um objetivo oculto, que se manifesta em seus resultados. Ao impor a crença religiosa, cria-se a tendência de destruir a verdadeira fé cristã de duas maneiras. Obrigar as pessoas a *seguir uma fé não cristã* (como o hinduísmo na Índia ou o islamismo em muitos outros países), resulta, com frequência, na opressão dos cristãos e na tentativa de expulsar o cristianismo do país. Em contrapartida, procurar obrigar as pessoas a *tornarem-se cristãs* também tem a tendência de expulsar o verdadeiro cristianismo, pois remove da vida das pessoas a oportunidade de escolher voluntariamente seguir a fé cristã. Alguns terão fé autêntica, mas a maioria não. Como resultado, sociedades inteiras tornam-se "cristãs", mas apenas de nome. A igreja é governada,

então, por "cristãos" que na verdade não o são, pois carecem de fé autêntica. E uma igreja governada principalmente por não cristãos não demora a se tornar espiritualmente morta e ineficaz.

Logo, os cristãos que acreditam nos ensinamentos da Bíblia não terão dificuldade em discernir a influência espiritual por trás da visão de impor a religião. É uma influência inteiramente contrária ao ensino bíblico e à fé cristã autêntica. É uma influência que procura destruir o cristianismo.

B. SEGUNDA VISÃO EQUIVOCADA A RESPEITO DE CRISTIANISMO E GOVERNO: O GOVERNO DEVE EXCLUIR A RELIGIÃO

O erro oposto à visão de impor a religião é a visão de que devemos excluir a religião inteiramente do governo e da política. De acordo com essa visão, crenças religiosas jamais devem ser mencionadas em eventos governamentais ou em locais pertencentes ao governo e jamais devem desempenhar qualquer papel no processo de tomada de decisões políticas e governamentais.

Essa é a visão promovida ativamente pelas organizações American Civil Liberties Union [ACLU; União Norte-Americana pelas Liberdades Civis], Americans United for Separation of Church and State e grande parte da sociedade secular de hoje. De acordo com esse ponto de vista, o lugar da crença religiosa é em casa, onde deve ser praticada de modo discreto. Grupos religiosos não devem exercer influência alguma sobre o processo político.

Essa visão é exemplificada nos casos em que se faz objeção a orações no início de uma assembleia pública municipal ou em uma seção legislativa.[11]

Outros exemplos são a exigência de certos grupos de que os Dez Mandamentos sejam removidos de todos os lugares públicos ou de que cruzes sejam retiradas de brasões do governo e memoriais de veteranos,[12] ou ainda a exigência de proibir em escolas públicas de ensino médio os estudos bíblicos entre alunos, as orações antes de eventos esportivos,[13] as orações em cerimônias de formatura[14] e as menções à fé por parte dos oradores dos formandos.[15]

Depois de ameaças da ACLU, por exemplo, foi removida a cruz que fazia parte do brasão do município de Los Angeles,[16] e uma oradora do ensino médio em Las Vegas, Nevada, foi instruída a remover todas as referências a Cristo de seu discurso de formatura. Ela escolheu manter as referências e o diretor da escola mandou que cortassem o som no meio de seu discurso.[17]

A visão de que a religião deve ser excluída do governo também é exemplificada no caso em que o juiz rejeitou a sentença de morte em um julgamento de homicídio múltiplo, quando descobriu que alguns dos jurados haviam citado versículos da Bíblia durante as deliberações do júri, o que foi considerado conduta indevida.[18]

O exemplo mais preocupante foi a decisão da Suprema Corte no caso *Romer versus Evans*, em 1996. O caso dizia respeito a uma emenda constitucional aprovada por plebiscito pelos cidadãos do Colorado. A emenda proibia a concessão de direitos legais especiais a homossexuais; como resultado, os homossexuais seriam tratados como qualquer outro membro da sociedade, sem direitos ou proteções especiais pelo simples fato de serem homossexuais. A Suprema Corte anulou a decisão do plebiscito, pois a maioria de seus juízes afirmou que ela era "desprovida de ligação racional com interesses legítimos do Estado" e que os cidadãos do Colorado

se mostraram "hostis aos homossexuais" quando votaram em favor dessa emenda.[19]

A visão de excluir a religião tem exercido forte influência sobre campanhas recentes em favor da legalização do "casamento" entre pessoas do mesmo sexo. Quando o Tribunal Estadual de Iowa decidiu impor o "casamento" entre pessoas do mesmo sexo no estado de Iowa (no caso *Varnum versus Brien*, em 3 de abril de 2009), observou que apenas 28,1% dos habitantes desse estado apoiavam a decisão.[20] Também observou que "grande parte da sociedade rejeita o casamento entre pessoas do mesmo sexo devido a crenças religiosas sinceras, profundamente arraigadas e até mesmo fundamentais". De acordo com o Tribunal, porém, nada disso deve ser levado em consideração, pois a Constituição de Iowa diz que "a assembleia geral não legislará no sentido de estabelecer uma religião".[21] Em outras palavras, limitar o casamento à união entre um homem e uma mulher seria equivalente a "estabelecer" uma religião.

A mesma linha de argumentação foi apresentada na Califórnia. David Boies, advogado eminente que questionou a "Proposta 8" (uma emenda à Constituição da Califórnia que define casamento somente como a união entre um homem e uma mulher), argumentou que, embora muitas pessoas tenham "crenças religiosas verdadeiras" de que o casamento deve se dar entre um homem e uma mulher, "a outra metade da Primeira Emenda, a Cláusula de Estabelecimento […] afirma que a maioria não tem direito de impor suas crenças religiosas sobre uma minoria".[22] Em outras palavras, embora 52% dos californianos tenham votado em favor de definir casamento como a união entre um homem e uma mulher, ao fazê-lo estavam indevidamente "estabelecendo" ou oficializando uma religião.

Há vários motivos pelos quais a visão de excluir a religião do governo é equivocada.

1. A visão de excluir a religião do governo é equivocada porque não faz distinção entre os motivos para uma lei e o conteúdo da lei

Esses argumentos em favor de excluir a religião são equivocados porque casamento não é religião! Ao definir casamento, os eleitores não estão estabelecendo uma *religião*. Quando a Primeira Emenda diz: "O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, nem de proibir o livre exercício da mesma", o termo "religião" se refere à igreja frequentada e mantida por indivíduos. "Religião" significa ser batista, ou católico, ou presbiteriano, ou judeu. Não significa ser casado. Esses argumentos procuram atribuir ao termo "religião", na Constituição, um significado diferente daquele que sempre foi pretendido.

Também cometem o erro lógico de não distinguir entre *motivos* para uma lei e o *conteúdo* da lei. Havia *motivos religiosos* por trás de várias leis norte-americanas, mas essas leis não "estabelecem" uma religião. Todas as principais religiões ensinam que não se deve roubar, mas leis contra roubo não "estabelecem uma religião". Todas as religiões afirmam que não se deve matar, mas leis contra homicídio não "estabelecem uma religião". A campanha para abolir a escravidão nos Estados Unidos e na Inglaterra foi liderada por muitos cristãos com base em suas convicções religiosas, mas as leis que aboliram a escravidão não "estabeleceram uma religião". A campanha para acabar com a discriminação e a segregação raciais foi liderada pelo dr. Martin Luther King, pastor batista que usava a Bíblia para

pregar contra a injustiça racial. Contudo, as leis contra a discriminação e a segregação não "estabeleceram uma religião".

Se esses argumentos em favor de excluir a religião tiverem sucesso nos tribunais, é possível que, em breve, eles sejam aplicados contra evangélicos e católicos que apresentem uma argumentação "religiosa" contrária ao aborto. Com isso, votos da maioria em favor de proteger crianças ainda não nascidas serão anulados pela afirmação de que esses eleitores "estabeleceram uma religião". E, por meio desse raciocínio, *todos os votos de cidadãos religiosos* a respeito de praticamente *qualquer* questão poderão ser anulados por decreto do tribunal! Trata-se de um quadro diametralmente oposto ao tipo de nação que os Pais Fundadores instituíram e diametralmente oposto ao significado pretendido pela expressão "livre exercício" da religião na Primeira Emenda.

2. A visão de excluir a religião do governo é equivocada porque desconsidera a vontade do povo

No Colorado, entre aqueles que apoiaram a emenda constitucional mencionada anteriormente, estavam muitos milhares de cristãos cujas ideias a respeito da conduta homossexual foram influenciadas pelo ensino bíblico e por valores morais judaico-cristãos tradicionais. De acordo com o tribunal, porém, não se pode dizer que esse ponto de vista religioso tivesse "uma ligação racional com os interesses legítimos do Estado".[23] Em outras palavras, motivos religiosos ou morais sinceros dos cidadãos do Colorado não eram motivos "racionais". Seus votos não contaram porque, na hora de votar, lançaram mão de motivos religiosos. Logo, seus 52% de votos foram anulados pela Suprema Corte.[24] Esse tipo de decisão, uma decorrência natural da visão de que se deve excluir a religião do governo, simplesmente desconsidera a vontade do povo no tocante a emendas da Constituição de

seu estado (como nos casos de Iowa e da Califórnia, mencionados anteriormente).

3. A visão de excluir a religião do governo é equivocada porque transforma liberdade religiosa em ausência de religião

Do ponto de vista da história norte-americana, outro motivo pelo qual a visão de excluir a religião é equivocada é o fato de distorcer o ideal positivo de liberdade religiosa e entendê-lo como *ausência* de toda e qualquer influência religiosa, algo inteiramente distinto do que era pretendido por aqueles que assinaram a Declaração de Independência e por aqueles que idealizaram a Constituição dos Estados Unidos.

Na verdade, a visão de excluir a religião da política invalida o próprio raciocínio da Declaração de Independência, com base na qual os Estados Unidos da América foram fundados. As duas primeiras frases dessa declaração mencionam Deus duas vezes para dizer que as leis de Deus autorizavam essa independência da Grã-Bretanha em 1776 e para afirmar que Deus é quem dá aos seres humanos os direitos que os governos buscam proteger:

> Quando, no decurso da história humana, torna-se necessário a um povo quebrar os elos políticos que o ligavam a outro e assumir, de entre os Poderes terrenos, um estatuto de diferenciação e igualdade ao qual as leis da natureza *e do Deus da natureza* lhe conferem direito, o respeito que é devido perante as opiniões da humanidade exige que esse povo declare as razões que o impelem à separação.
>
> Consideramos estas verdades por si mesmas evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes *conferidos pelo seu Criador* certos direitos inalienáveis, entre os quais se encontram a vida, a

> liberdade e a busca da felicidade. Que para garantir esses direitos, são instituídos governos entre os homens…

Em outras palavras, os 56 indivíduos que assinaram a Declaração de Independência afirmaram que tanto as leis da natureza como *o próprio Deus* deram aos Estados Unidos o direito de se tornarem uma nação independente. Declararam que há *autorização divina* para a existência dos Estados Unidos da América!

Esses homens disseram que a finalidade do governo é proteger os direitos que Deus dá às pessoas. A segunda oração afirma que "todos os homens são criados iguais" e que lhes são "*conferidos pelo seu Criador* certos direitos inalienáveis, entre os quais se encontram a vida, a liberdade e a busca da felicidade". Acrescentaram que "são instituídos governos entre os homens" para proteger ou "garantir" esses direitos. Ou seja, os direitos humanos mais básicos são concedidos *por Deus* ("conferidos pelo seu Criador") e a finalidade do governo é proteger esses direitos concedidos por Deus, de acordo com a Declaração de Independência, com base na qual o país foi fundado. A visão de excluir a religião do governo está equivocada quando sugere a ilegitimidade de declarações semelhantes a essa, que se encontra na base da existência dos Estados Unidos como nação. Usar *motivos* religiosos para apoiar uma lei secular não é o mesmo que *estabelecer uma religião*.

Posteriormente, a Primeira Emenda à Constituição declarou: "O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, nem de proibir o livre exercício da mesma; nem de cercear a liberdade de expressão". Aqui, "estabelecer uma religião" significava estabelecer uma igreja estatal, uma denominação ou religião específica mantida ou apoiada pelo governo. Logo, a Primeira Emenda proibia os Estados Unidos de terem uma igreja

estatal como a Igreja Anglicana, na Inglaterra, de onde muitos dos primeiros colonizadores fugiram a fim de obter liberdade religiosa.

Aliás, a carta hoje famosa sobre "separação entre Igreja e Estado", escrita por Thomas Jefferson em 1802 para a Associação Batista de Danbury, em Connecticut, trata dessa questão. Esse grupo escreveu ao novo presidente para expressar a preocupação pelo fato de que Connecticut, o estado natal deles, havia estabelecido a Igreja Congregacional como igreja oficial do estado. Em resposta, Jefferson destacou que a Primeira Emenda visava manter o governo afastado das questões da igreja, e não manter a igreja afastada das questões do governo. Jefferson argumentou que, quando o governo não interferia na igreja e não obrigava seus cidadãos a serem membros de uma igreja estatal oficial, a liberdade religiosa tinha oportunidade de vicejar.[25]

Jamais foi intenção da Primeira Emenda garantir a ausência da religião ou da influência religiosa no governo. A liberdade religiosa pretendida dizia respeito à isenção de apoio governamental para determinada religião ou denominação.

4. A visão de excluir a religião do governo é equivocada porque restringe indevidamente a liberdade religiosa e a liberdade de expressão

A Primeira Emenda também proíbe qualquer lei que impeça o "livre exercício" da religião. Logo, a Primeira Emenda se opõe diretamente à visão de excluir a religião do governo, pois tal visão, na verdade, procura *proibir* cristãos, judeus e membros de várias outras crenças de exercerem sua liberdade religiosa quando defendem uma emenda à Constituição do Colorado, ou lutam por determinado veredicto de um júri, ou quando falam

ou oram em público. Caso fossem admitidas proibições desse tipo, o exercício da liberdade religiosa lhes seria tirado.

Essa visão também restringe equivocadamente a liberdade de expressão dos indivíduos. Por que a oradora de uma turma de ensino médio não pode ter liberdade de expressar seu próprio ponto de vista no discurso de formatura? Por que os cidadãos cristãos não podem ter liberdade de fazer campanha a favor ou contra determinada lei com base em suas convicções morais, derivadas de sua fé religiosa? *Expressar* uma opinião religiosa em público não é o mesmo que *obrigar* as pessoas a aceitar esse ponto de vista!

Em uma sociedade livre, as pessoas devem ter espaço para basear suas convicções políticas em qualquer processo de raciocínio e em qualquer autoridade que lhes pareça melhor; assim como devem ter liberdade de tentar persuadir outros de que seu raciocínio está correto. Devemos proteger a liberdade das pessoas de basear suas convicções morais e políticas nos diálogos de Platão, se assim o desejarem, ou nos ensinamentos de Confúcio, ou na Bíblia, ou no Talmude judaico, ou até mesmo numa canção de Bob Dylan que considerem persuasiva. E, se outros eleitores escolherem aceitar o raciocínio apresentado pelos seguidores de Platão, de Confúcio ou da Bíblia (ou de Bob Dylan!), a Suprema Corte não deve se dispor a dizer que os motivos usados por esses eleitores não são "racionais". Não cabe à Suprema Corte decidir que os votos de alguns eleitores são legítimos, enquanto os votos de outros eleitores são ilegítimos.

5. A visão de excluir a religião do governo é equivocada porque nunca foi adotada pelo povo norte-americano

A visão de excluir a religião do governo nunca foi adotada pelo povo norte-americano em nenhum processo democrático, mas tem sido imposta sobre a

nação pelo exercício de "poder jurisdicional inescrupuloso" pelos tribunais e especialmente pela Suprema Corte. Nas últimas décadas, esse tem sido um problema crescente para os norte-americanos.

A decisão da Suprema Corte no caso *Lemon versus Kurtzman* (1971) é particularmente significativa. Nesse caso, a Corte afirmou que as ações do governo "não devem ter como efeito principal promover ou inibir a religião".[26] Não disse "promover ou inibir *uma religião específica*", mas sim "religião" em geral.

Aliás, a tendência da Corte de excluir ações do governo que beneficiem *religiões em geral* ganhou forma pela primeira vez na decisão do caso *Everson versus Secretaria da Educação* (1947), no qual a opinião da maioria se opôs a amparar "todas as religiões".

> A cláusula de "estabelecimento da religião" na Primeira Emenda significa, no mínimo, o seguinte: Estado nenhum, nem o governo federal podem fundar uma igreja. Nenhum deles pode promulgar leis que amparem uma religião, *amparem todas as religiões* ou que prefiram uma religião a qualquer outra [...]. *A Primeira Emenda levantou um muro entre Igreja e Estado*. Esse muro deve ser mantido alto e impenetrável. Não se pode aprovar a menor brecha. Nesse caso, New Jersey não abriu uma brecha.[27]

Embora decisões subsequentes não tenham aplicado com rigor a diretriz adotada no caso *Lemon versus Kurtzman*, quando entendida de modo amplo, ela resulta na exclusão de *toda* expressão religiosa do âmbito público. É um exemplo extremo da visão de excluir a religião, nunca adotada nem aprovada pelo povo norte-americano, mas simplesmente decretada pela Suprema Corte ao arrogar poderes que jamais foram legitimamente seus.

6. A visão de excluir a religião do governo é equivocada porque afasta do governo os ensinamentos de Deus a respeito do bem e do mal

A Bíblia diz que a autoridade governamental é "serva de Deus para o teu bem" (Rm 13.4), mas como é possível as autoridades governamentais servirem a Deus efetivamente se as pessoas não têm permissão de dizer o que acreditam que Deus espera dessas autoridades? A Bíblia afirma que os governantes são "enviados para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem" (1Pe 2.14), mas como podem fazer isso se não é permitido a porta-vozes de religião alguma lhes dar conselhos a respeito do "bem" e do "mal"?

A visão de excluir a religião do governo tem de partir do pressuposto de que não existe Deus ou de que, se ele existe, não temos como conhecer seus padrões morais.

7. Exemplos bíblicos em que o povo de Deus aconselhou governantes

A Bíblia oferece vários exemplos de pessoas tementes e fiéis a Deus que deram testemunho inequívoco a autoridades governamentais a respeito de como deviam exercer suas funções. O profeta Daniel disse ao rei Nabucodonosor da Babilônia, o mais poderoso governante do mundo em c. 600 a.C.: "Portanto, aceita o meu conselho, ó rei: Abandona teus pecados, praticando a justiça, e renuncia às tuas maldades, usando de misericórdia com os pobres, se quiseres prolongar a tua tranquilidade" (Dn 4.27).

No Novo Testamento, João Batista repreendeu Herodes, o tetrarca (uma autoridade sob o Império Romano), "por causa de Herodias, mulher de seu irmão, e por todos os males que fizera" (Lc 3.19). Sem dúvida, a repreensão

de João Batista "por todos os males" incluía muitos atos de Herodes como governante.

Posteriormente, Paulo arrazoou com o governador Félix "sobre a justiça, sobre o domínio próprio e sobre o juízo vindouro" (At 24.25). É provável que Paulo tenha pedido explicações a Félix sobre sua conduta como governante sob o Império Romano. "Félix ficou com medo" e mandou Paulo embora (v. 25).

Somados a esses exemplos, muitos profetas do Antigo Testamento falaram a nações estrangeiras a respeito dos pecados delas. Encontramos essas repreensões proféticas em Isaías 13—23; Jeremias 46—51; Ezequiel 25—32; Amós 1—2; Obadias (a Edom); Jonas (a Nínive); Naum (a Nínive); Habacuque 2; e Sofonias 2.

Portanto, a Bíblia não corrobora a visão de excluir a religião do governo.

8. A base espiritual para a visão de excluir a religião do governo

Os cristãos não terão dificuldade em discernir a base espiritual profunda sobre a qual se apoia a visão de excluir a religião do governo. Isso porque o objetivo final dessa perspectiva é tornar o governo inteiramente secular e em seguida, por extensão, tornar a sociedade inteiramente secular. Essa visão remove do governo qualquer percepção da necessidade de prestar contas a Deus por suas ações. E, uma vez que o governo exerce influência tão marcante sobre a vida de todas as pessoas, a tendência é que remova do país em geral qualquer percepção da necessidade de prestar contas a Deus, especialmente quando todos os pontos de vista religiosos são retirados do sistema público de ensino fundamental e médio.

Ademais, uma vez que todos os padrões morais *absolutos* se baseiam, de algum modo, em convicções religiosas e em uma percepção moral de que é

necessário prestar contas a Deus, *a tendência dessa visão de excluir a religião do governo é eliminar de todo o país qualquer noção da existência de padrões morais absolutos* ou qualquer noção da existência de uma forma clara de distinguir entre certo e errado. Portanto, o objetivo final dessa perspectiva é não apenas a destruição de toda *crença em Deus*, mas também a *desintegração moral completa* da sociedade. Para os cristãos que creem na Bíblia, não é difícil discernir a força espiritual maior que está por trás desse conceito.

C. TERCEIRA VISÃO EQUIVOCADA A RESPEITO DE CRISTIANISMO E GOVERNO: TODOS OS GOVERNOS SÃO PERVERSOS E DEMONÍACOS

De acordo com essa visão, todo uso de poder governamental encontra-se profundamente contaminado por forças perversas e demoníacas. O âmbito do poder governamental é o âmbito de Satanás e de suas forças e, portanto, todo uso de "poder sobre" alguém é "mundano" e não corresponde ao modo de vida que Jesus ensinou.

Aqueles que defendem essa visão geralmente favorecem o pacifismo militar. Argumentam que, tendo em vista a ordem de Jesus para oferecermos a outra face (Mt 5.39), a melhor maneira de resolver conflitos, mesmo entre nações, é *jamais* empregar força militar, mas *sempre* negociar, construir amizades e agir de forma cristã, demonstrando amor por outras nações.

1. Corroboração em Lucas 4.6

Esse ponto de vista é promovido energicamente por Greg Boyd, pastor de Minnesota, em seu respeitado livro *The Myth of a Christian Nation* [O mito

de uma nação cristã].[28] As ideias apresentadas por Boyd nesse livro exerceram forte impacto nos Estados Unidos, especialmente sobre os eleitores evangélicos mais jovens.[29]

De acordo com Boyd, todo governo civil é "demoníaco" (p. 21). Sua principal prova é a declaração de Satanás a Jesus em Lucas 4:

> Então o Diabo, levando-o a um lugar elevado, mostrou-lhe num relance todos os reinos do mundo. E disse-lhe: Eu te darei toda a autoridade e glória destes reinos, *porque me foram entregues*, e os dou a quem eu quiser; se me adorares, tudo será teu (Lc 4.5-7).

Boyd enfatiza a asserção de Satanás de que toda a autoridade de todos os reinos do mundo lhe foi entregue e, em seguida, comenta que Jesus "não contesta essa declaração do Diabo. Evidentemente, a autoridade sobre todos os reinos do mundo foi entregue a Satanás".[30]

Boyd prossegue: "Em termos funcionais, Satanás é o diretor executivo de todos os governos da terra".[31] Sem dúvida, uma declaração radical!

2. O equívoco de se fundamentar em Lucas 4.6

Greg Boyd está claramente equivocado a esse respeito. Jesus nos instrui sobre como devemos avaliar as declarações de Satanás quando diz que Satanás "não se firmou na verdade, pois nele não há verdade. Quando ele mente, fala do que lhe é próprio, pois é mentiroso e pai da mentira" (Jo 8.44).

Jesus não precisou refutar *todas* as asserções falsas de Satanás, pois seu objetivo era resistir à tentação em si, e foi o que ele fez com estas palavras categóricas: "Está escrito: Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele cultuarás" (Lc 4.8).

Ao avaliarmos a afirmação de Boyd de que "a autoridade de todos os reinos do mundo foi entregue a Satanás", temos uma escolha: Vamos acreditar nas *palavras de Satanás* de que ele tem autoridade sobre todos os reinos da terra, ou vamos acreditar nas *palavras de Jesus* de que Satanás é mentiroso e pai da mentira? A resposta é fácil: Satanás desejava que Jesus acreditasse em uma mentira, e deseja que nós acreditemos na mesma mentira, a saber, de que ele domina todos os governos da terra.[32]

Em contraste claro, alguns versículos bastante específicos da Bíblia dizem qual deve ser nossa opinião a respeito dos governos civis. Esses versículos não concordam com a asserção de Satanás em Lucas 4.6 nem com a afirmação de Boyd a respeito da autoridade de Satanás sobre todos os governos da terra. Antes, esses versículos em que *Deus* (e não Satanás) fala retratam o governo civil como uma dádiva de Deus, sujeita ao domínio de Deus (e não de Satanás), usada por Deus para seus propósitos. Eis algumas dessas passagens:

> *O Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens*, e o dá a quem quer, e até o mais humilde dos homens constitui sobre eles (Dn 4.17).

> Todos devem sujeitar-se às autoridades do governo, *pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram ordenadas por ele*. Por isso, quem recusa sujeitar-se à autoridade opõe-se à ordem de Deus, e os que fazem isso trarão condenação sobre si mesmos. Porque os governantes não são motivo de temor para os que fazem o bem, mas sim para os que fazem o mal. Não queres temer a autoridade? Faze o bem e receberás o louvor dela. *Porque ela é serva de Deus para o teu bem*. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não é sem razão que ela traz a espada, *pois é serva de Deus e agente de punição de ira contra quem*

> *pratica o mal*. Por isso é necessário sujeitar-se a ela, não somente por causa da ira, mas também por causa da consciência. Por essa razão também pagais imposto; *porque eles são servos de Deus*, para atenderem a isso (Rm 13.1-6).
>
> Sujeitai-vos a toda autoridade humana por causa do Senhor, seja ao rei, como soberano, seja aos governadores, como por ele enviados para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem (1Pe 2.13,14).

É interessante que tanto Paulo (em Romanos) como Pedro consideram que o governo civil *se opõe* à ação de Satanás: os governos civis são estabelecidos por Deus "para *punir* os praticantes do mal", enquanto Satanás *incentiva* aqueles que praticam o mal. Os governos civis são estabelecidos por Deus para "*honrar* os que fazem o bem", enquanto Satanás *desestimula e ataca* aqueles que fazem o bem. Ademais, não faria sentido Pedro dizer: "Sujeitai-vos a toda autoridade humana [da qual Satanás é o diretor executivo] por causa do Senhor". Pedro não iria querer que cidadãos cristãos se sujeitassem ao controle e à direção de Satanás.

Satanás quer nos levar a crer que todo governo civil está sob seu controle, mas não é isso que a Bíblia ensina em parte alguma. (Claro que Satanás pode *influenciar* alguns indivíduos no governo, mas não está no controle.) O único versículo da Bíblia que diz que Satanás tem autoridade sobre todos os governos é proferido pelo pai da mentira, e não devemos crer nele. Greg Boyd se equivoca ao defender a ideia de que todo governo é demoníaco.

3. Mas em que passagens Jesus ensina a usar a força?

Para corroborar seu posicionamento, Boyd lança mão, com frequência, dos ensinamentos de Jesus, e não dos ensinamentos da Bíblia como um todo. Por exemplo, "Jesus não veio para nos oferecer a resposta cristã para os muitos dilemas sociopolíticos do mundo".[33] Boyd também diz que a teoria da "guerra justa" é "algo que Cristo nunca ensinou e nem sequer mencionou"[34] (citando George Zabelka,[35] com aprovação).

Contudo, essa linha de argumentação não reconhece que Deus nos deu *toda a Bíblia*. Não temos o direito de restringir nossos conceitos aos ensinamentos de Jesus nos quatro Evangelhos. Se o ensino bíblico sobre governo civil se encontra em Gênesis 9.5,6, e nas narrativas históricas e leis de Êxodo a Deuteronômio e em Juízes a 2Crônicas, bem como em Romanos 13 e em 1Pedro 2.13,14, levar os cristãos a ignorar essas passagens resulta em uma compreensão incorreta do que a Bíblia diz a respeito do governo civil. É exatamente isso que Boyd faz quando pergunta: "Em que ocasiões Jesus agiu ou falou desse modo?".[36] A resposta é que *toda a Bíblia* é investida da autoridade de Deus e da autoridade de Jesus Cristo, e nossa postura em relação ao governo deve basear-se no ensino de toda a Bíblia. (Além disso, em Lc 22.36-38 Jesus parece autorizar o uso da espada em defesa própria e para proteger-se de ladrões.)

4. Corroboração na Ilíada e na Odisseia, de Homero

Outro argumento usado por Boyd baseia-se no autor grego Homero e em seus poemas épicos, a *Ilíada* e a *Odisseia*. Segundo Boyd,

> em Homero, "os deuses" estão sempre envolvidos com os assuntos dos humanos […] Para Homero, o caráter inevitável da guerra não resulta apenas de paixões conflitantes; possui uma dimensão sobrenatural.

> Enquanto isso, Zeus permanece assentado no monte Olimpo, entretido com todo esse divertimento.[37]

Boyd afirma que, se entendermos esses "deuses" gregos como forças demoníacas, então

> Homero também tinha razão quanto aos deuses [...]. Nossas paixões tribais, territoriais e ideológicas têm uma dimensão demoníaca [...]. Do ponto de vista das Escrituras, esses deuses caídos estão por trás do conflito entre nações e envolvidos nele. Enquanto isso, Satanás, o único deus com poder supremo sobre esta era, assiste à matança com deleite demoníaco.[38]

5. Essa ideia cria uma "equivalência moral" entre bons e maus governos

Há dois problemas com essa análise de Boyd: 1) O texto de Homero não é a Bíblia, e ele não escreveu (no oitavo século a.C.) com uma cosmovisão bíblica. Devemos desconfiar de qualquer cosmovisão derivada da mitologia da Grécia Antiga, e não da Bíblia. 2) Em Homero (conforme interpretado por Boyd), os fatores que motivam os dois governos envolvidos em guerra são, *em ambos os casos, demoníacos*.

Consequentemente, Boyd adota um conceito de "equivalência moral" dos diversos conflitos entre nações: ambos os lados seguem Satanás. (Embora Boyd não o diga explicitamente, essa ideia deixa implícito, por exemplo, que Adolf Hitler seguia Satanás e que a Inglaterra e os Estados Unidos também estavam seguindo Satanás quando enviaram exércitos para derrotar Hitler!) Boyd aplica esse conceito de "equivalência moral" ao conflito recente entre as Forças Armadas norte-americanas e os terroristas

no Iraque e, especificamente, à decapitação de Nicholas Berg, um civil norte-americano. Boyd diz a seus leitores norte-americanos:

> Seu anseio por justiça é, sem dúvida, natural. Contudo, foi exatamente essa fúria que levou os terroristas a decapitarem Berg. É provável que você creia, com todo ardor, que nossa causa é justa e que a causa deles é maligna, mas os terroristas acreditam que a causa deles é justa e a nossa, maligna. Seu zelo pela justiça norte-americana é espelhado no zelo deles pela justiça islâmica.[39]

Como Boyd chegou ao ponto de considerar a decapitação de civis inocentes pelos muçulmanos *moralmente equivalente* a norte-americanos se defenderem de ataques terroristas? Como é possível ele acreditar que uma nação que *nunca* tem intencionalmente como alvo atacar civis inocentes é *moralmente equivalente* a um movimento terrorista que *adota deliberadamente uma política* de atacar, torturar e matar civis inocentes?

Boyd chega a essa conclusão porque adota a ideia injusta de que "todos os governos são demoníacos". Para ele, *cometer* atos horríveis de terrorismo e *defender-se* de terrorismo são coisas moralmente equivalentes, pois acredita na mentira de Satanás em Lucas 4.6 de que toda a autoridade sobre os reinos da terra foi entregue a Satanás e acredita na mitologia grega equivocada de Homero de que os "deuses" (que Boyd considera demônios) motivam *os dois lados* dos conflitos humanos. Boyd crê nesses enganos de Satanás e de Homero em vez de crer plenamente na Bíblia, quando ela diz que a autoridade civil "é serva de Deus e agente de punição de ira contra quem pratica o mal" (Rm 13.4).

Logo, a ideia de Boyd de que todo governo é demoníaco o torna incapaz de enxergar a verdade, a saber, que os terroristas que atacam civis inocentes

(como aconteceu no 11 de setembro) são maus, enquanto os militares norte-americanos, ao procurarem e matarem terroristas que atacam civis inocentes, atuam como "[servos] de Deus e [agentes] de punição de ira contra quem pratica o mal" (Rm 13.4). Boyd não percebe que matar civis inocentes em atos terroristas é mau, enquanto defender uma nação desse terrorismo é bom. Seu posicionamento é decorrência lógica da ideia de que todo governo é demoníaco.

6. Boyd rejeita o "poder imposto" como algo "mundano"

A ideia de Boyd de que todo governo é demoníaco tem um motivo ainda mais profundo. Ele rejeita aquilo que chama de exercício de "poder imposto" pelo governo como algo "mundano", que não faz parte do reino de Deus. Boyd diz:

> Sempre que uma pessoa ou grupo *exerce poder sobre* outros [...] está presente uma versão do reino do mundo. Embora se manifeste de muitas formas, o reino do mundo é, em essência, um reino de poder imposto. Esse reino do mundo já teve versões democráticas, socialistas, comunistas, fascistas e totalitárias, mas todas elas apresentam uma característica em comum: o exercício de poder sobre as pessoas.[40]

Boyd explica que, por vezes, esse *poder imposto* sobre outras pessoas é chamado "poder da espada". Ele diz: "O poder da espada é a capacidade de forçar comportamentos por meio de ameaças e de cumprir essas ameaças quando necessário: se você desrespeitar uma lei, será castigado".[41] Embora Boyd reconheça que esse exercício de poder "não é inteiramente ruim",[42] pois Romanos 13 explica que Deus usa esse poder do governo "para manter

a lei e a ordem no mundo",[43] logo em seguida ele volta à sua ênfase inicial sobre a autoridade de Satanás sobre todos os reinos do mundo[44] e conclui que "até mesmo a melhor das ideologias políticas está sob a influência de um governante universal que exerce poder sobre outros e que opera contra os propósitos de Deus".[45]

Em contrapartida, Boyd acredita que é necessário reconhecer o contraste "entre o reino do mundo, com sua imposição de poder, e o reino de Deus, que implica uma sujeição ao poder", ou seja, o "poder do leão" *versus* o "poder do Cordeiro".[46] Ele diz: "O reino de Deus avança à medida que, por amor, os indivíduos se *sujeitam* a outros e, de modo abnegado, colocam-se a serviço deles".[47]

De acordo com Boyd, "a sujeição a outros pode fazer aquilo que leis, bombas e projéteis jamais poderiam fazer: transformar o coração do inimigo".[48] Em seguida, observa:

> Evidentemente, quando corações e motivações são transformados, com o tempo o comportamento também o é, mas sem as ameaças do poder imposto. De modo semelhante, onde o domínio de Deus é estabelecido, a lei e a ordem também são estabelecidas, mas sem a força do poder imposto [...]. Você confia no poder imposto ou no poder da sujeição? Confia no poder da espada, da força externa, ou no poder influente, mas não coercivo, do amor semelhante àquele demonstrado no Calvário?[49]

7. Boyd afirma que os cristãos não devem lutar nem mesmo para defender sua esposa e filhos ou seu país

Essa rejeição do poder que o governo exerce sobre outros leva Boyd a afirmar que a pessoa inteiramente conformada à imagem de Jesus Cristo

não deve usar de violência física nem mesmo para se defender de um agressor que "ameace matar você, sua esposa ou seus filhos".[50] Além disso, a rejeição do reino do poder imposto também o leva a dizer que os cristãos não devem atuar em situações de combate nas Forças Armadas:

> Considero impossível conciliar a decisão de um indivíduo de servir nas Forças Armadas (ou de não resistir à convocação para servir) em uma função que talvez exija que ele mate alguém com os ensinamentos de Jesus (e de todo o Novo Testamento) a respeito do chamado para amar nossos inimigos e não pagar o mal com o mal.[51]

Diz ainda: "Sinceramente, não vejo maneira de desculpar a decisão de um cristão de matar em nome de qualquer país — ou por qualquer outro motivo".[52]

Portanto, no cerne do conceito defendido por Boyd, encontra-se *uma oposição fundamental ao uso de força superior para refrear o mal*, mesmo quando esposa e filhos são ameaçados por um criminoso. A ideia de Boyd de que todo governo é demoníaco o leva a defender o pacifismo total e absoluto para aqueles que desejam seguir a Cristo.

8. Deus instituiu tanto o evangelismo quanto o poder do governo de refrear o mal

O problema com o conceito defendido por Boyd é que ele não faz distinção entre a função do *evangelismo* e a função do *governo civil*. É evidente que Deus não ordenou que propagássemos o evangelho de Cristo por meio do "poder da espada" nem pelo poder do governo. Disseminamos o evangelho pela proclamação da Palavra de Deus (cf. Rm 10.17). Contudo, Deus nos

instruiu, sim, a refrear o mal por meio do poder da espada e do governo civil (como nos ensina Rm 13.1-6, citado anteriormente).

Se o poder do governo (por exemplo, um policial) não estiver presente em uma emergência em que alguém está sendo seriamente agredido, meu amor pela vítima deve me levar a usar de força física para evitar um mal ainda maior. Se eu encontrasse um criminoso atacando minha esposa ou meus filhos, usaria contra ele toda a minha própria força física e toda força física à minha disposição. Não o faria para persuadi-lo a crer em Cristo como seu Salvador, mas para garantir que parasse de imediato de fazer mal a minha esposa e meus filhos! Seguiria a ordem de Neemias, que disse ao povo de Israel: "Lembrai-vos do Senhor, grande e temível, e lutai por vossos irmãos, vossos filhos e filhas, vossas mulheres e vossas casas" (Ne 4.14; cf. também Gn 14.14-16, quando Abraão salva seu parente Ló, que havia sido levado como prisioneiro por um exército invasor).

Boyd toma *uma* das formas pelas quais Deus refreia o mal neste mundo (transformar o coração por meio do evangelho de Cristo) e afirma que é a *única* maneira pela qual Deus refreia o mal (e, desse modo, desconsidera o papel valioso do governo civil). Ambos os meios são provenientes de Deus, ambos são bons e ambos devem ser usados pelos cristãos.

Por isso, Boyd interpreta equivocadamente a declaração de Jesus: "A qualquer que te bater na face direita, oferece-lhe também a outra" (Mt 5.39). Entendido de forma correta, vemos que neste versículo Jesus diz a indivíduos que eles não devem se vingar de um insulto pessoal ou de um humilhante tapa no rosto.[53] Seu chamado à bondade individual, porém, não é a mesma coisa que as instruções bíblicas para governos, que devem "[trazer] a espada", ser "motivo de temor" para os malfeitores e "ser agentes de punição de ira [de Deus] contra quem pratica o mal" (Rm 13.3,4). É

necessário que os versículos sejam devidamente compreendidos em seus respectivos contextos. Um deles fala de conduta individual e vingança pessoal. O outro fala das responsabilidades do governo. Não devemos fazer confusão entre as duas passagens.

9. Uma abordagem mais pacifista poderia ter acabado com a escravidão ou detido Hitler?

Perto do final de seu livro, Boyd responde à objeção de que foram necessários confrontos armados para acabar com a escravidão nos Estados Unidos (a Guerra de Secessão) e para impedir que a campanha de Hitler avançasse sobre o mundo inteiro (na Segunda Guerra Mundial). Nesses dois casos, o uso de força militar não resultou em bem?

Como resposta, Boyd diz que, se os cristãos tivessem se saído melhor em seu papel de pacifistas, a história teria tomado outro rumo: "Se, para começar, os cristãos professos tivessem sido remotamente parecidos com Jesus, não existiria escravidão nem guerra para gerar dúvidas a respeito *do que teria acontecido* se os cristãos tivessem amado seus inimigos e lhes oferecido a outra face".[54] Com respeito à Guerra de Secessão dos Estados Unidos, Boyd diz: "A pergunta que um cidadão do reino deveria de fato fazer é o que teria acontecido se mais cidadãos do reino houvessem se mostrado dispostos a viver o chamado do reino radical".[55]

Contudo, essa é apenas uma forma elegante de dizer: "Se a história fosse diferente, mostraria que tenho razão", o que, por sua vez, é outra forma de dizer: "Se os fatos fossem diferentes, mostrariam que tenho razão". Esse não é um argumento válido; é apelar mais para o que se deseja do que para os fatos. Boyd diz que, se o mundo fosse diferente, o mundo seria diferente, o que não prova coisa alguma. A história é o que é, e a história mostra que

tanto o mal da escravidão nos Estados Unidos quanto o mal de Adolf Hitler só foram contidos pelo poder de uma força militar superior. Essa é a tarefa da qual Deus incumbiu os governos quando "[trazem] a espada" (Rm 13.4).

10. As implicações mais graves da ideia de que todo governo é demoníaco

A influência do posicionamento de Boyd me preocupa porque seu erro não é apenas uma inofensiva falta de distinção entre a função do evangelismo e a função do governo. Seu posicionamento envolve um problema muito mais sério, a saber, a tendência de persuadir os cristãos a *se oporem a todo poder governamental exercido contra o mal*. Embora não seja possível aqui discutir em detalhes as passagens bíblicas relevantes, em vários trechos da Bíblia Deus aprova o uso do poder governamental contra malfeitores: cf., por exemplo, Gênesis 9.5,6; as narrativas a respeito de Moisés e de outros juízes e reis justos do Antigo Testamento; Romanos 13.1-6 e 1Pedro 2.13,14. Deus institui o governo civil e o autoriza a usar seu poder para refrear o mal, "para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem" (1Pe 2.14).

O que aconteceria, porém, se cada vez mais cristãos concordassem com Greg Boyd que o uso de poder governamental contra malfeitores cumpre os propósitos de Satanás, visto por Boyd como "diretor executivo do mundo", e que os cristãos não devem se envolver com essas questões?

No cenário mundial, significaria cada vez menos apoio a um exército forte e cada vez mais insistência em conversas intermináveis com nações agressivas que atacariam a nós e a nossos aliados. Significaria cada vez mais o tipo de apaziguamento que levou o primeiro-ministro Neville Chamberlain, da Inglaterra, a assinar o Acordo de Munique, de 1938, que entregava a Hitler uma porção considerável da Tchecoslováquia sem objeção

alguma da Inglaterra, em troca apenas da promessa (vazia) de Hitler de manter a paz. Hoje em dia, essa ideia resultaria em objeção cada vez maior ao uso de poder militar para se opor a agressores malignos em qualquer parte do mundo. Resultaria também em maior hostilidade de terroristas islâmicos, bem como de países como Rússia, Coreia do Norte, Irã, Venezuela, Cuba e outros, ao perceberem que as Forças Armadas dos Estados Unidos não revidariam seus atos de agressão em parte alguma do mundo.

Em termos locais, rejeitar o uso de poder governamental contra o mal significaria oposição cada vez maior ao uso da força pela polícia local, pois, de acordo com Boyd, essa seria a maneira ideal de se opor aos malfeitores: "Por amor, indivíduos se *sujeitam* a outros e, de modo abnegado, colocam-se a serviço deles".[56] Uma vez que a abordagem de Boyd não leva em consideração o modo estabelecido por Deus, ou seja, o uso do poder do Estado para refrear o mal, o resultado seria o crescimento desenfreado de crimes violentos em todas as comunidades.

Os cristãos com discernimento não terão dificuldade em ver aqui um elemento espiritual mais sinistro no cerne do posicionamento de Boyd. Em última análise, quem sairia ganhando se os cristãos fossem convencidos de que *todo poder governamental contra o mal é errado e demoníaco?* Em última análise, quem deseja tirar das mãos dos seguidores de Jesus Cristo todo uso de poder contra o mal? O próprio Satanás, pois ele não deseja que poder algum em favor do bem refreie sua atuação maligna no mundo.

Portanto, encontramos no centro do posicionamento de Boyd *justamente uma inversão dos papéis de Deus e de Satanás quanto ao governo civil*. Boyd afirma que o exercício de poder por parte do Estado contra o mal é, em si mesmo, demoníaco e maligno. A Bíblia, contudo, afirma que a autoridade

que exerce poder para refrear e castigar o mal faz o "bem" e é "serva de Deus" (Rm 13.4).

A visão de que "todos os governos são perversos e demoníacos" é, portanto, o terceiro conceito equivocado.

D. QUARTA VISÃO EQUIVOCADA A RESPEITO DE CRISTIANISMO E GOVERNO: A IGREJA DEVE SE DEDICAR AO EVANGELISMO, E NÃO À POLÍTICA

A quarta visão equivocada a respeito de cristãos e política é promovida por evangélicos que dizem, em essência: "Devemos apenas pregar o evangelho; esse é o único modo pelo qual os cristãos têm esperança de transformar o coração das pessoas e transformar nossa sociedade". Chamo essa visão de "dedique-se ao evangelismo, e não à política". De acordo com ela, a igreja é chamada somente para "pregar o evangelho", e não para falar de política.

Ouço esse ponto de vista manifestado com frequência em conversas pessoais. Mas será que ele é defendido por algum autor evangélico? Há autores que se mostram propensos a adotar essa abordagem, embora a atenuem com declarações de que é apropriado a igreja exercer *alguma* influência política. Só que esse envolvimento não trará nenhum benefício espiritual ou eterno! Considere algumas das asserções de Cal Thomas e John MacArthur, dois escritores pelos quais tenho (no tocante a outros assuntos) grande admiração.

Cal Thomas, colunista publicado em jornais do país inteiro, comenta:

> Por mais que se esforcem para proteger o evangelho da corrupção, os pastores que se voltam para a política e para os políticos como meio de redenção acabam minimizando seu chamado e sua mensagem mais

> fundamentais. O caminho para a redenção não passa por Washington, D.C. Políticos não são capazes de salvar a si mesmos da tentação de Washington. O que levaria alguém a imaginar que podem salvar o restante do povo?[57]

Em sua obra *Why Government Can't Save You* [Por que o governo não é capaz de salvá-lo], John MacArthur escreve:

> Não há nada errado em apoiar ocasionalmente medidas legítimas que visam corrigir uma injustiça social ou política gritante [...]. Certa dose de interesse saudável e equilibrado pelas tendências atuais no governo e na comunidade é aceitável, desde que tenhamos consciência de que *esse interesse não é vital para nossa vida pessoal, nem para nosso testemunho íntegro, nem para o progresso do reino de Cristo.* Acima de tudo, o envolvimento do cristão com a política não deve jamais tomar o lugar prioritário da pregação e do ensino do evangelho, pois *a moralidade e a retidão que Deus procura resultam da salvação e da santificação*.[58]
>
> [Jesus] não veio ao mundo para tornar virtuosa a velha criação por meio de reformas sociais e governamentais, mas sim para tornar santas as novas criaturas (seu povo) por meio do poder salvífico do evangelho e pela obra transformadora do Espírito Santo.[59]

1. Uma visão muito restrita de "evangelho" e do reino de Deus

Embora concorde com Thomas e MacArthur em muitos outros assuntos, não concordo com o modo como eles depreciam o envolvimento cristão com a política visando aos propósitos de Deus aqui na terra. A meu ver, tal

perspectiva representa uma visão muito restrita da obra do reino de Deus e da natureza da mensagem do evangelho cristão.

No Novo Testamento, "o evangelho" não é apenas "creia em Jesus, seja perdoado de todos os seus pecados, cresça em santidade e vá para o céu" (embora tudo isso certamente seja verdade e constitua o cerne do evangelho e sua mensagem fundamental). Não, o evangelho é *boa-nova* de Deus com respeito à vida como um todo! Jesus disse: "Portanto, ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; *ensinando-lhes a obedecer a todas as coisas que vos ordenei*" (Mt 28.19,20).

"Todas as coisas que vos ordenei" significa muito mais que João 3.16, por mais maravilhoso que seja esse versículo. *Todas as coisas* que Jesus ordenou inclui tudo o que ele ensinou, conforme registrado nos quatro Evangelhos. Isso porque Jesus prometeu a seus discípulos não apenas que o Espírito Santo os faria "lembrar de tudo que eu [lhes] tenho dito" (Jo 14.26), mas também que o Espírito Santo lhes "[ensinaria] todas as coisas" (v. 26) e os "[conduziria] a toda a verdade" (Jo 16.13).

Por isso, o apóstolo Pedro disse que o "mandamento do Senhor e Salvador" foi "dado por meio de vossos apóstolos" (2Pe 3.2), e Paulo afirmou: "As coisas que vos escrevo são mandamentos do Senhor" (1Co 14.37). Suas epístolas também são coisas que Jesus nos ordena! Tanto os Evangelhos como *as Epístolas* do Novo Testamento chegaram até nós investidos da autoridade de Jesus, e ele deseja que ensinemos essas coisas a nossas igrejas.

E quanto ao Antigo Testamento? Uma vez que Jesus Cristo e os apóstolos se apoiaram repetidamente no Antigo Testamento como Palavra de Deus, também recebemos as Escrituras do Antigo Testamento com a

autoridade de Jesus e de seus apóstolos. Portanto, entendida no sentido mais amplo, a frase "ensinando-lhes a obedecer a todas as coisas que vos ordenei" significa que devemos ensinar fielmente *toda a Bíblia* àqueles que se tornam discípulos de Jesus. A pregação de "todo o evangelho" deve incluir a pregação daquilo que a Bíblia diz a respeito do governo civil. Isso significa que os cristãos aprenderão na Bíblia sobre como influenciar governos de modo positivo. E, uma vez que essas coisas são ensinadas na Bíblia, Deus deve considerá-las importantes para o progresso de seu reino e para o cumprimento de seus propósitos na terra.

O ativismo político cristão traz algum benefício espiritual? A resposta resumida é: se faz parte daquilo que Deus nos ensina nas Escrituras, então é evidente que traz benefícios espirituais, pois agrada a Deus. "Porque o amor de Deus está nisto: em guardarmos seus mandamentos" (1Jo 5.3). Portanto, seguir os ensinamentos de Deus a respeito do governo é uma das formas de mostrar amor por ele.

Outra resposta é fornecida por Tom Minnery, que volta a atenção para o exemplo da vida de Jesus. Ele não se limitou a perdoar os pecados das pessoas; também as curou de suas enfermidades físicas. Jesus se preocupava não apenas com a vida espiritual delas, mas também com o bem-estar material de sua vida neste mundo. Aos olhos de Deus, curar o corpo das pessoas era uma forma de fazer o bem espiritualmente. Minnery aplica essa norma a qualquer ação social que realizemos com a finalidade de trazer melhorias à vida das pessoas:

> A ação social não apenas segue o evangelismo como consequência e objetivo e o antecede como ponte, mas também o acompanha como parceira. Jesus, em seu próprio ministério, andou por toda parte ensinando e pregando e também fazendo o bem e curando. Ambas as

> coisas eram expressões de sua compaixão pelas pessoas, e ambas devem ser expressão de nossa compaixão por elas.[60]

Logo, não posso concordar com a declaração de John MacArthur a respeito dos efeitos dos bons e dos maus governos:

> Em última análise, o ideal humano de governo não contribui de maneira alguma para o progresso do reino de Deus; além disso, nem mesmo o pior e mais tirano governo do mundo pode, no fim das contas, deter o poder do Espírito Santo ou a propagação da Palavra de Deus.[61]

Penso na diferença entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Embora o governo ditatorial e opressor da Coreia do Norte não tenha detido *completamente* a propagação da Palavra de Deus, sua perseguição intensa cria tantos empecilhos que milhões de norte-coreanos nascem, vivem e morrem sem ouvir falar de Jesus Cristo, e a Coreia do Norte não envia missionários a outras partes do mundo. Em contrapartida, na Coreia do Sul, onde o governo proporcionou liberdade, a igreja cresce, prospera e envia missionários ao mundo inteiro. Também podemos comparar a igreja relativamente pequena e reprimida de Cuba, que não consegue enviar missionários, com as igrejas prósperas de diversos países da América Latina onde há mais liberdade. Os governos fazem, sim, diferença na obra do reino de Deus. Por isso Paulo conclamou os cristãos a orar "pelos reis e por todos que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranquila e serena, em toda piedade e honestidade" (1Tm 2.2). Ou seja, um bom governo ajuda o povo a ter uma vida "tranquila" e de "piedade", enquanto um mau governo impede que isso aconteça.

Governos podem permitir que igrejas se reúnam livremente e evangelizem ou podem criar leis que as impeçam de fazê-lo (como é o caso na Arábia Saudita e na Coreia do Norte). Podem impedir ou promover a alfabetização (que possibilita a leitura da Bíblia). Podem deter assassinos, ladrões, motoristas embriagados e pessoas que abusam de crianças ou podem deixar que aterrorizem a sociedade e destruam vidas. Podem promover e proteger casamentos ou dificultá-los e até destruí-los. Governos fazem uma grande diferença na obra de Deus na terra e devemos orar e trabalhar para que haja bons governos ao redor do mundo.

2. "O evangelho todo" inclui uma transformação da sociedade

A visão de que os cristãos devem se dedicar ao evangelismo, e não à política, é equivocada por mais um motivo: "o evangelho todo" inclui transformação social. *Sem dúvida*, devemos proclamar o perdão dos pecados pela fé em Cristo somente. *Sem dúvida*, esse é o único modo pelo qual o coração das pessoas será *verdadeiramente* transformado.

Contudo, o perdão dos pecados não é a única mensagem do evangelho. Isso porque Jesus quer vidas transformadas e, por meio delas, um mundo transformado. "Para isto o Filho de Deus se manifestou: para destruir as obras do Diabo" (1Jo 3.8). A boa-nova do evangelho resultará em vidas transformadas, mas Jesus quer que resulte, ainda, em *famílias transformadas*. E, quando o evangelho transforma vidas, também deve resultar em *bairros transformados*. E em *escolas transformadas*. E em *negócios transformados*. E em *sociedades transformadas*. Logo, não é natural que "o evangelho" também resulte em *governos transformados*? Claro que sim!

Será que as igrejas devem ensinar a seus membros o que a Bíblia diz sobre a vontade de Deus para suas famílias? Para seus negócios? Para a

educação de filhos? Claro que sim! E alguns cristãos são chamados a aplicar esses ensinamentos de modo a exercer influência positiva sobre governos.

A meu ver, a visão de que os cristãos devem se dedicar ao evangelismo, e não à política, interpreta de modo equivocado aquilo que é importante para Deus, como se apenas coisas espirituais (não materiais, não deste mundo) importassem para ele, e não, também, as circunstâncias reais da vida física e material das pessoas neste mundo. Trata-se de um ponto de vista filosófico semelhante ao platonismo e a um desvio antigo da fé cristã chamado gnosticismo; não é, contudo, o ponto de vista bíblico.

3. Sobre quais partes da Bíblia a igreja não deve pregar?

A terceira forma de responder àqueles que dizem: "A igreja deve apenas se dedicar ao evangelismo e não se envolver com política" é perguntar: "Em sua opinião, sobre quais partes da Bíblia a igreja não deve pregar de modo a focalizar 'somente a pregação do evangelho'?". Deve-se deixar de fora Romanos 13.1-7? Ou não se deve pregar 1Pedro 2.13,14? E quanto a Gênesis 9.5,6? E as narrativas sobre os reis do Antigo Testamento e seus atos bons ou maus? Deve-se omitir a influência de Daniel sobre o governo da Babilônia? Ou as profecias de Isaías a outras nações em Isaías 13—23? Não se deve pregar sobre as profecias a outras nações em Amós 1—2? Que partes da Bíblia devem ser deixadas de fora para que se pregue "somente o evangelho"?

4. Deus deixa os cristãos na terra tanto para evangelizar como para fazer o bem a outros

O quarto motivo pelo qual é equivocada a visão de que os cristãos devem se dedicar ao evangelismo, e não à política, é que tal perspectiva interpreta incorretamente o motivo pelo qual Deus deixa os cristãos na terra. Pare e pense: Por que Deus não leva as pessoas para o céu assim que creem em Cristo como seu Salvador e recebem o perdão de seus pecados? Por que ele as deixa na terra? É *somente* para que preguem o evangelho a outros? E o que *essas outras pessoas* devem fazer depois que crerem em Cristo como Salvador? Seu *único* propósito na terra consistirá em pregar o evangelho, ou será que Jesus deseja que façamos outras coisas, como amar nosso próximo como a nós mesmos (cf. Mt 22.39)?

Por certo, se estamos aqui na terra para glorificar a Deus, nós o glorificaremos (pelo menos em parte) ao obedecermos a seu mandamento: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22.39). Isso significa, porém, que devo me empenhar em favor do bem de meu próximo em todos os âmbitos da sociedade. "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" significa que devo me empenhar em favor de *boas leis* para proteger as crianças que ainda não nasceram. Devo me empenhar em favor de *boas leis* para proteger casamentos e famílias. Devo me empenhar em favor de *boas leis* para proteger as crianças das influências morais corruptoras que desejam usar as salas de aula para ensinar que todo tipo de experiência sexual fora do casamento é válida e que não há nada de errado com pornografia.

Um dos motivos pelos quais Jesus nos deixa aqui na terra é para que o glorifiquemos *ao fazer o bem a outras pessoas em todas as áreas da vida*. "Assim, enquanto temos oportunidade, façamos o bem a todos, principalmente aos da família da fé" (Gl 6.10). Por certo isso significa que devemos fazer o bem a outros, conforme tivermos oportunidade, ao exercermos influência positiva sobre as leis e o governo e ao influenciarmos para melhor o processo

político. Paulo diz a respeito dos cristãos: "Pois fomos feitos por ele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, previamente preparadas por Deus para que andássemos nelas" (Ef 2.10).

Jesus nos deixa aqui na terra em parte para permitir que nossa vida o glorifique em meio a esse mundo decaído e pecaminoso: "Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai, que está no céu" (Mt 5.16).

Diante disso, será que as igrejas devem ensinar seus membros a fazer "boas obras" em hospitais e em escolas, em seus negócios e bairros, mas não no governo? Por que excluir esse âmbito da influência das "boas obras" dos cristãos que "[glorificarão] vosso Pai, que está no céu"?

Concluo que a ordem de Jesus — "amarás o teu próximo como a ti mesmo" — significa que devo buscar o bem de meu próximo em todos os aspectos da sociedade, e isso *inclui empenhar-me para que haja um bom governo e boas leis*.

5. Deus instituiu tanto a igreja quanto o governo para refrear o mal

O quinto motivo pelo qual é equivocada a visão de que os cristãos devem se dedicar apenas ao evangelismo, e não à política, é o fato de ela não reconhecer que Deus instituiu tanto a igreja quanto o governo para refrear o mal na presente era. Concordo que *uma das formas* importantes pelas quais Deus refreia o mal no mundo é ao transformar o coração das pessoas quando elas creem em Cristo como seu Salvador (cf. 2Co 5.17). Não devemos, porém, tornar *uma das formas* a *única forma* pela qual Deus refreia o mal na presente era. Deus também usa o governo civil para refrear o mal, e parte considerável do mal só pode ser refreada pelo poder do governo civil,

pois sempre haverá muitos que não creem em Cristo como seu Salvador e muitos que não lhe obedecem plenamente.

Por que, por exemplo, precisamos de leis que proíbam as pessoas de dirigir alcoolizadas? Talvez alguém diga: "Não precisamos de leis que proíbam as pessoas de dirigir alcoolizadas. A influência do evangelho deve ser suficiente para transformar a sociedade. Se os cristãos se dedicassem, *de fato*, à sua tarefa de testemunhar a outros e se os cristãos dessem, *de fato*, o bom exemplo de sempre dirigir sóbrios, seria suficiente para eliminar de nosso país o problema de motoristas alcoolizados".

Claro que essa é uma ideia tola. Reconhecemos que, hoje em dia, muitos não aceitam o evangelho. (E, infelizmente, alguns daqueles que creem em Cristo continuam a fazer coisas imprudentes, como dirigir alcoolizados.) Enquanto Cristo não voltar, continuarão a existir motoristas alcoolizados que não serão persuadidos pelo evangelho cristão, nem por sua própria consciência, nem pelo exemplo de outros, nem pelo bom senso. Continuarão a se embebedar e a dirigir pelas ruas, a menos que haja, além da pregação do evangelho, outro meio de refrear esse mal.

O meio que Deus instituiu para refrear os motoristas alcoolizados hoje em dia é o poder do governo civil. As autoridades civis "foram ordenadas por ele" não como "motivo de temor para os que fazem o bem, mas sim para os que fazem o mal" (Rm 13.1,3). O *principal* meio que Deus usa para deter motoristas alcoolizados hoje é o governo civil, que priva esses indivíduos da liberdade de dirigir e, se ainda assim insistem em dirigir, são presos. Deus os refreia não apenas pela pregação do evangelho, mas também pelo poder do governo civil. O governo é enviado "para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem" (1Pe 2.14).

Outro exemplo é o caso da escravidão. Quando foi que as pessoas deixaram de ter escravos nos Estados Unidos? Não foi depois da pregação do evangelho em todo o sul do país, mas só quando o governo dos Estados Unidos declarou a escravidão ilegal por meio da Proclamação de Emancipação, em 1863. Nessa ocasião, muitos abolicionistas cristãos influenciaram o governo norte-americano e o levaram a mudar suas leis (cf. a discussão a seguir).

6. Cristãos têm exercido influência positiva sobre governos ao longo da história

O historiador Alvin Schmidt destaca como a propagação do cristianismo e a influência cristã sobre o governo foram as principais responsáveis pela criação de leis contra o infanticídio, o abandono de crianças e o aborto no Império Romano (em 374 d.C.);[62] contra lutas brutais até a morte nas quais milhares de gladiadores morriam (em 404 d.C.);[63] e contra a pena cruel de marcar com ferro em brasa o rosto de criminosos (em 315 d.C.).[64] Também tiveram influência na realização de reformas nas prisões, como a separação de prisioneiros do sexo masculino e feminino (em 361 d.C.);[65] no fim da prática de sacrifícios humanos entre os irlandeses, prussianos e lituanos, bem como entre outras nações;[66] na criação de leis contra a pedofilia;[67] na criação de leis que davam direito de propriedade e conferiam outras proteções às mulheres;[68] na proibição da poligamia (ainda praticada hoje em dia em alguns países muçulmanos);[69] na proibição de queimar vivas mulheres viúvas na Índia (em 1829);[70] e no fim da prática dolorosa e deformadora de enfaixar os pés de meninas na China (em 1912).[71] Contribuíram ainda para persuadir oficiais do governo a começar um sistema de escolas públicas na Alemanha (no século 16)[72] e para promover a

ideia da escolarização obrigatória de todas as crianças em vários países europeus.[73]

Ao longo da história da igreja, os cristãos exerceram influência decisiva na oposição à escravidão e, em muitos casos, em sua abolição do Império Romano, da Irlanda e de grande parte da Europa (embora Schmidt observe com franqueza que uma minoria de mestres cristãos "equivocados" apoiou a escravidão em diversos momentos da história).[74] Na Inglaterra, William Wilberforce, cristão devoto, liderou um movimento bem-sucedido para abolir o comércio de escravos e, posteriormente, a própria escravidão em todo o Império Britânico em 1840.[75]

Nos Estados Unidos, embora houvesse defensores veementes da escravidão entre os cristãos do sul, seu número era excedido em muito pelos cristãos abolicionistas que se empenharam em falar, escrever e atuar constantemente contra a escravidão. Schmidt observa que dois terços dos abolicionistas norte-americanos em meados da década de 1830 eram pastores cristãos,[76] e oferece inúmeros exemplos do forte compromisso cristão de vários dos mais influentes antiescravagistas, como Elijah Lovejoy (o primeiro mártir abolicionista), Lyman Beecher, Edward Beecher, Harriet Beecher (autora da obra *A cabana do pai Tomás*), Charles Finney, Charles T. Torrey, Theodore Weld, William Lloyd Garrison, "e outros, numerosos demais para se fazer menção".[77] O movimento norte-americano em favor dos direitos civis, que resultou em leis contra a segregação e a discriminação raciais, foi liderado pelo reverendo Martin Luther King Jr. e apoiado por diversas igrejas e grupos cristãos.[78]

Também houve forte influência de ideias cristãs e de indivíduos cristãos na formulação da Magna Carta na Inglaterra (1215)[79], bem como na Declaração de Independência (1776) e na Constituição (1787)[80] dos

Estados Unidos. Esses são três dos documentos mais relevantes na história dos governos na terra, e todos os três apresentam sinais de influência cristã expressiva nos conceitos fundamentais de como os governos devem funcionar. Esses alicerces dos governos britânico e norte-americano não vieram a existir como resultado da visão de que os cristãos devem se dedicar ao evangelismo, e não à política.

Schmidt argumenta, ainda, que vários elementos específicos de visões modernas de governo tiveram forte influência cristã em sua origem e impacto, como os direitos humanos do indivíduo, a liberdade individual, a igualdade de todos perante a lei, a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado.[81]

Quanto a nossos dias, o livro criterioso de Charles Colson *God and Government* [Deus e governo][82] (publicado anteriormente sob o título *Kingdoms in Conflict* [Reinos em conflito]) traz dezenas de narrativas reais e inspiradoras sobre cristãos corajosos que, em tempos recentes, se envolveram em grandes e pequenas causas e exerceram impacto positivo considerável sobre leis e governos ao redor do mundo.

Portanto, não posso concordar com John MacArthur quando ele diz: "Deus não chama a igreja para influenciar a cultura ao promover legislações e decisões judiciais que favoreçam um ponto de vista bíblico".[83] Quando olho para a lista de transformações em governos e leis que foram influenciadas por cristãos, acredito que Deus chamou, sim, a igreja e milhares de cristãos que estão dentro dela para trabalhar no sentido de realizar grandes melhorias na sociedade humana ao redor do mundo. Ou será que devemos dizer que os cristãos responsáveis por todas essas mudanças que acabei de citar *não* agiram em obediência a Deus? Devemos

dizer que essas mudanças *não fizeram diferença alguma* para Deus? Isso não pode ser verdade.

MacArthur diz: "O uso de métodos temporais para promover mudanças legislativas e jurídicas [...] não é nosso chamado e não tem valor eterno".[84] Discordo. Creio que as mudanças relacionadas acima foram importantes para o Deus que declara: "Corra porém a justiça como as águas, e a retidão, como o ribeiro perene" (Am 5.24). Deus *se importa* com o modo que as pessoas tratam umas às outras aqui na terra, e as mudanças no governo mencionadas anteriormente *têm* valor eterno aos olhos de Deus.

Se, ao longo da história, a igreja tivesse adotado a visão de que deve se dedicar apenas ao evangelismo, não à política, jamais teria realizado essas mudanças de valor inestimável entre as nações do mundo. Elas aconteceram porque cristãos perceberam que, se influenciassem leis e governos de modo positivo, estariam obedecendo ao mandamento de seu Senhor: "Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai, que está no céu" (Mt 5.16). Eles exerceram influência positiva sobre governos porque sabiam que "fomos feitos por ele, criados em Cristo Jesus *para as boas obras*, previamente preparadas por Deus para que andássemos nelas" (Ef 2.10).

7. A Bíblia não diz que logo haverá perseguição?

De vez em quando, alguém me pergunta: "Por que devemos tentar promover melhorias em governos se a Bíblia diz que haverá perseguição no fim dos tempos, antes da vinda de Cristo? Não é de se esperar, portanto, que os governos se tornem cada vez mais anticristãos?". (Quem faz essas perguntas tem em mente passagens como Mt 24.9-12,21,22; 2Tm 3.1-5.)

A resposta é que não sabemos quando Cristo voltará nem quando ocorrerão os acontecimentos que antecedem sua vinda (cf. Mt 24.36; 25.13). Sabemos, porém, que, enquanto temos oportunidade, Deus nos diz para não desistir de "anunciar todo o propósito de Deus" (At 20.27), de realizar "boas obras" (Ef 2.10) e de amar nosso próximo como a nós mesmos (Mt 22.39). Isso significa que devemos *continuar tentando exercer influência positiva sobre governos* enquanto pudermos.

Se todos os cristãos que influenciaram governos de forma positiva em séculos passados tivessem simplesmente desistido e dito: "Logo haverá perseguição e os governos se tornarão mais perversos, portanto não há nada que possamos fazer", nenhuma dessas mudanças para melhor nas leis teria acontecido. Ainda haveria sacrifícios humanos, viúvas ainda seriam queimadas vivas e escravidão e discriminação racial seriam práticas protegidas pela lei. Essa mentalidade derrotista e fatalista teria levado os cristãos a desobedecer a muitos dos mandamentos de Deus a respeito de como devemos viver nos dias de hoje. Em vez de se entregarem à desesperança, os cristãos de gerações passadas procuraram fazer o bem a outros indivíduos e a governos, e Deus abençoou seus esforços.

8. Mas o envolvimento político não nos distrai da tarefa principal de pregar o evangelho?

Alguns talvez levantem a objeção de que, embora o envolvimento político traga *alguns* benefícios e faça *algum* bem, pode facilmente nos distrair, afastar os incrédulos da igreja e nos levar a descuidar da tarefa principal de conduzir indivíduos à fé pessoal em Cristo. John MacArthur escreve: "Quando a igreja assume uma postura que enfatiza o ativismo político e a moralização social, desvia energia e recursos da evangelização".[85]

No entanto, a pergunta mais cabível não é "Será que a influência política desvia recursos do evangelismo?", mas sim "Será que a influência política é algo que Deus nos chamou a exercer?". Se Deus chamou alguns de nós para exercer certa influência política, os recursos que possuímos não seriam abençoados se os dedicássemos ao evangelismo, ou ao coral, ou à escola dominical para crianças, ou a qualquer outra finalidade.

Nesse caso, como em tudo mais que a igreja faz, seria saudável os cristãos perceberem que Deus pode chamar *indivíduos* para ênfases diferentes em sua vida. Isso porque Deus deu à igreja uma "diversidade de dons" (1Co 12.4) e, embora a igreja seja uma instituição com "muitos membros", também é "um só corpo" (v. 12).

Portanto, Deus pode chamar alguém para dedicar quase todo o seu tempo ao coral, pode chamar outro para trabalhar com jovens, outro para evangelizar, outro para preparar um cafezinho para receber os visitantes e ainda outro para trabalhar com os sistemas de luz e som. "Mas, se Jim dedicar toda a sua atenção ao sistema de som, essa atividade não vai distraí-lo da tarefa principal de pregar o evangelho?". De maneira alguma. Não foi para essa prioridade que Deus chamou Jim (embora ele certamente venha a compartilhar o evangelho com outros quando tiver oportunidade). Ao se dedicar a cuidar do sistema de som da igreja, Jim está apenas sendo fiel despenseiro da responsabilidade que Deus lhe deu.

Da mesma forma, creio que é inteiramente possível Deus ter chamado Billy Graham para se dedicar ao evangelismo e não dizer coisa alguma sobre política, enquanto chamou James Dobson para se dedicar ao ministério com famílias por meio de programas de rádio e exercer influência positiva sobre o mundo da política. Será que não existem cristãos em número suficiente ao redor do mundo para focalizarmos mais de uma tarefa? E será que Deus não

nos chama para nos dedicarmos a serviços com milhares de ênfases diferentes, todos em obediência a ele?

Contudo, *o ministério todo da igreja* inclui ambas as ênfases. E o ministério de ensino do púlpito não deve fazer nada menos que "anunciar todo o propósito de Deus" (At 20.27). Deve ensinar, ao longo do tempo, sobre todas as áreas da vida e sobre todas as áreas do conhecimento bíblico. Sem dúvida isso inclui, em certa medida, aquilo que a Bíblia diz sobre as finalidades do governo civil e como esse ensino se aplica a nossa situação atual.

Logo, uma igreja saudável observará que algumas pessoas enfatizam a influência sobre o governo e a política, outras enfatizam a influência sobre o âmbito dos negócios, outras, o sistema educacional, outras, a mídia e o entretenimento, outras ainda, o casamento e a família, e assim por diante. Quando isso acontece, parece-me apropriado encorajar, e não desencorajar, uns aos outros. Devemos adotar em relação uns aos outros a atitude que Paulo incentivou na igreja em Roma:

> Mas tu, por que julgas teu irmão? Ou, também, por que desprezas teu irmão? Pois todos compareceremos diante do tribunal de Deus. […] Assim, cada um de nós dará conta de si mesmo a Deus. Portanto, não nos julguemos mais uns aos outros; pelo contrário, tende como propósito não pôr pedra de tropeço ou obstáculo diante de vosso irmão (Rm 14.10-13).

Por vários motivos, portanto, creio que é equivocada a visão de que a igreja deve se dedicar somente ao evangelismo, e não à política.

E. QUINTA VISÃO EQUIVOCADA A RESPEITO DE CRISTIANISMO E GOVERNO: A IGREJA DEVE SE DEDICAR À POLÍTICA, E NÃO AO EVANGELISMO

De acordo com a quinta visão, a igreja deve simplesmente tentar mudar as leis e a cultura e não enfatizar o evangelismo. Não conheço nenhum líder evangélico respeitável e nenhum grupo cristão proeminente hoje em dia que defenda essa visão ou diga que os cristãos devem se dedicar à política, não ao evangelismo. Essa era, porém, a principal ênfase do movimento do evangelho social no final do século 19 e início do século 20, com suas campanhas para que a igreja trabalhasse agressivamente para acabar com a pobreza, as favelas, o crime, a discriminação racial e outros males sociais. Todas essas causas eram, em si mesmas, muito nobres, mas o movimento dava pouca ênfase à necessidade de cada pessoa crer em Cristo como Salvador e à necessidade de proclamar a Bíblia toda como Palavra de Deus, digna de nossa confiança. O movimento do evangelho social granjeou seguidores principalmente entre os protestantes liberais, não entre os grupos evangélicos mais conservadores.

Alguns autores acusam os cristãos que enfatizam o envolvimento político de adotar a visão de que os cristãos devem se dedicar à política, e não ao evangelismo. Entre outras alegações, afirmam que alguns cristãos conservadores parecem imaginar que votar no Partido Republicano salvará a nação ou que, em vez de confiar em Deus, devemos esperar que o governo nos salve.

Parece-me, porém, que esses ataques são voltados contra um adversário hipotético, que não existe. Tanto quanto tenho conhecimento, essa visão não é defendida pelos líderes de grupos importantes, como Focus on the Family, Christian Coalition, Family Research Council, 700 Club,

Concerned Women for America, Alliance Defence Fund, American Center for Law and Justice ou organizações mais antigas, que não atuam mais hoje em dia, como a Moral Majority, liderada por Jerry Falwell. Não conheço nenhum líder sério dessas organizações e de outras semelhantes que defenda a busca por mudanças no governo em detrimento do evangelismo. Aliás, muitos dos líderes evangélicos que procuram influenciar o governo são evangelistas ativos, como o falecido D. James Kennedy, que pregava com frequência sobre a perspectiva bíblica acerca de questões políticas e cujo livro e programa *Evangelism Explosion*[86] foram, para milhares de evangélicos, grande incentivo à propagação da fé cristã.

Nunca ouvi um cristão de qualquer um desses grupos dizer: "Um bom governo é nossa salvação", "Se ganharmos essa eleição, não precisaremos mais orar, nem evangelizar, nem procurar transformar o coração das pessoas". Nunca ouvi um deles dizer: "Devemos confiar no governo, não em Deus"!

Cabe aqui, porém, uma palavra de advertência aos cristãos que promovem maior envolvimento cristão na política: se nós (eu me incluo aqui) começarmos a imaginar que *apenas boas leis* resolverão os problemas de nosso país ou criarão uma sociedade reta e justa, teremos caído em grande erro. A menos que haja, simultaneamente, uma transformação interior do coração e da mente das pessoas, boas leis só resultarão em aquiescência externa, de má vontade, com o nível mínimo de obediência necessário para evitar a punição. Bons governos e boas leis podem evitar muitos comportamentos nocivos e podem servir para o ensino do que aquela sociedade aprova, mas não são capazes, por si só, de produzir pessoas boas. Cal Thomas e Ed Dobson advertem acertadamente: "Nós, cristãos, estamos

iludidos se imaginamos que podemos transformar nossa cultura exclusivamente por meio do poder político".[87]

Mudanças autênticas e duradouras em uma nação só ocorrerão: 1) se o *coração* das pessoas mudar, para que procurem fazer o bem e não o mal; 2) se a *mente* das pessoas mudar, para que suas convicções morais se alinhem de modo mais próximo aos padrões morais de Deus descritos na Bíblia; e 3) se as *leis* mudarem, para que incentivem de modo mais pleno a boa conduta e castiguem a conduta errada. O item 1 se dá por meio do evangelismo pessoal e do poder do evangelho de Jesus Cristo. O item 2 se dá por meio da conversa e ensino pessoal e do diálogo e debate públicos. E o item 3 se dá por meio do envolvimento político dos cristãos. Os três itens são necessários.

Quer venha do movimento do evangelho social, quer venha de evangélicos para os quais é tentador pensar que vitórias políticas resolverão tudo, essa visão de que os cristãos devem se dedicar à política, e não ao evangelho, certamente é equivocada. A igreja deve, acima de tudo, proclamar que "o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 6.23). Sem dúvida, ocorre uma mudança no coração das pessoas quando elas creem em Cristo: "Portanto, se alguém está em Cristo, é nova criação; as coisas velhas já passaram, e surgiram coisas novas" (2Co 5.17).

E então? Há um ponto de vista correto, diferente dessas cinco visões equivocadas? No capítulo seguinte, proponho a visão de uma "influência cristã expressiva sobre o governo". Ela não implica *imposição* (primeira visão), não corresponde a *silêncio* (segunda visão), não significa *retirar-se do processo* (terceira e quarta visões) nem imaginar que *o governo pode salvar as*

pessoas (quinta visão). É diferente de cada uma dessas visões equivocadas e, a meu ver, muito mais próxima daquilo que a Bíblia ensina.

---

[1] O reconstrucionismo cristão é um pequeno movimento marginal que defende a imposição pelo governo, hoje, das leis do Antigo Testamento (cf. discussão nas páginas 92-93), mas quase todos ou todos os líderes reconhecidos do movimento evangélico nos Estados Unidos se distanciaram claramente desse posicionamento quanto às leis civis.

[2] "Islamic Government", disponível em: <www.islamfortoday.com/cleland04.htm>.

[3] Ben Quinn, "Six Christians Burned Alive in Pakistan Riots", *guardian.co.uk* (2 de agosto de 2009), disponível em: <www.guardian.co.uk/world/2009/aug02/christians-burned-alive-pakistan>.

[4] Ramola Talwar Badam, "Christian, Hindus Clash in India", *Associated Press* (30 de outubro de 1999), disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-srv/aponline/19991030/aponline111427_000.htm>.

[5] Gabin Rabinowitz, "Hindus, Christians Clash in India", *Associated Press* (27 de dezembro de 2007), disponível em: <www.foxnews.com/printer_friendly_wires/2007Dec27/0,4675,IndiaChurchesAttacked,00.html>.

[6] A "Declaração de Virgínia para a Instituição da Liberdade Religiosa", redigida por Thomas Jefferson em 1779, foi aprovada pela Assembleia Geral de Virgínia em 1786.

[7] Michelle Goldberg, *Kingdom Coming: the Rise of Christian Nationalism*, New York: Norton, 2007, p. 27-8. Cf. também Kevin Phillips, *American Theocracy*, New York: Viking Adult, 2006.

[8] John L. Allen Jr., "In Europe, 'Church Taxes' Are Not Unusual", *National Catholic Reporter* (29 de janeiro de 2009), disponível em: <www.natcath.com/NCR_Online/archives/012999/012999f.htm>.

[9] Ibidem.

[10] Ibidem.

[11] Cf. *ACLU de Kentucky* versus *Município de Mercer*, Kentucky, U.S. Tribunal de Recursos da 6ª Circunscrição, No. 03-5142. Examinado pelo tribunal em 27 de abril de 2004. Julgado e arquivado em 20 de dezembro de 2005; e vários outros casos.

[12] John Antczak, "ACLU Demands Removal of Cross from Los Angeles County Seal", *Associated Press* (25 de maio de 2004); Peter J. Smith, "City of 'Las Cruces' Sued to Remove 3 Crosses from Emblem", *LifeSite.com* (8 de agosto de 2006); David Asman, "Battle to Tear Down a Tribute", *Fox News* (2 de junho de 2005).

[13] Adam Nossiter, "ACLU Asks Jail for Tangipahoa School Officials", *Associated Press* (18 de maio de 2005); "High School's Pre-Game Prayer

Called 'Un-American and Immoral'", *WKYC.com* (6 de abril de 2005).

[14] "West VA School District Ends Graduation Prayer Policy; Student's Lawsuit 'Educated' Officials", Comunicado de imprensa divulgado pela *ACLU* (14 de agosto de 2002).

[15] Nisha N. Mohammed, "Victory: Federal Court Again Rules That High School Valedictorian Silenced for Referencing Christ Should Have Day in Court" (22 de junho de 2007), disponível em: <www.rutherford.org/articles_db/press_release.asp?article_id=671>; Nathan Burchfiel, "Valedictorian Silenced over Her Christian Faith Will Go to Court", *CNSNews.com* (19 de dezembro de 2006).

[16] Antczak, "ACLU Demands Removal of Cross from Los Angeles County Seal".

[17] Burchfiel, "Valedictorian Silenced over Her Christian Faith Will Go to Court".

[18] A sentença de morte de Robert Harlan, declarada em 2005, foi mudada, por fim, para prisão perpétua em decorrência de uma decisão do Tribunal Estadual do Colorado. Cf. "Colorado's Death Row", *Coloradans Against the Death Penalty*, disponível em: <www.coadp.org/thedeathrow/RobertHarlan.html>.

[19] *Romer* versus *Evans*, No. 94-1039, julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América em 20 de maio de 1996, disponível em: <www.law.cornell.edu/supct/html/94-1039.ZO.html>.

[20] *Varnum versus Brien*, 763 N.W.2d 862 (Tribunal Estadual de Iowa, 2009), 64, n. 29.

[21] Ibidem, p. 64-5.

[22] "Prop. 8 Defenders Say Plaintiffs Attacked 'Orthodox Religious Beliefs' ", *Wall Street Journal*, blog online (10 de fevereiro de 2010), disponível em: <http://blogs.wsj.com/law/2010/02/10/prop-8-defenders-accuseplaintiffs-of-attacking-orthodox-religious-beliefs/tab/print/>.

[23] *Varnum versus Brien*.

[24] Ibidem.

[25] Carta à Associação Batista de Danburry (1º de janeiro de 1802), disponível em: <www.loc.gov/loc/lcih/9806/danpre.html>; cf. também Daniel Dreisbach, *Thomas Jefferson and the Myth of Separation*, New York: New York University Press, 2002, p. 29; Joseph LoConte, "The Wall Jefferson Almost Built" (27 de dezembro de 2001), disponível em: <www.heritage.org/Press/Commentary.ed122701c.cfm>.

[26] 403 U.S. 602 (1971). Opinião da maioria registrada pelo presidente da Suprema Corte Warren Earl Burger.

[27] 330 U.S. 1 (1947), grifo nosso.

[28] Grand Rapids: Zondervan, 2005.

[29] Por exemplo, podem-se ver reflexos do texto de Boyd em vários trechos de Shane Claiborne e Chris Haw, *Jesus for President*, Grand Rapids: Zondervan, 2008.

[30] Op. cit., p. 21.

[31] Ibidem, p. 22.

[32] Boyd também cita outros versículos em *Myth of a Christian Nation*, p. 21-2, mas nenhum deles se refere especificamente a governos civis, de modo que não corroboram sua argumentação.

[33] Ibidem, p. 59.

[34] Ibidem, p. 168.

[35] George Zabelka era capelão católico da Força Aérea do Exército dos Estados Unidos na ilha de Tinian, no sul do Pacífico, em 1945. Ministrou aos aviadores que lançaram as bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki; mais tarde, arrependeu-se publicamente de não haver se posicionado contra a morte de civis inocentes em meio aos bombardeios aéreos durante a Segunda Guerra Mundial e se tornou pacifista (N. do Trad.).

[36] Op. cit., p. 91.

[37] Ibidem, p. 23.

[38] Ibidem, p. 24.

[39] Ibidem, p. 25.

[40] Ibidem, p. 18, grifo nosso.

[41] Ibidem.

[42] Ibidem, p. 19.

[43] Ibidem.

[44] Ibidem, p. 21.

[45] Ibidem, p. 22.

[46] Ibidem, p. 31.

[47] Ibidem.

[48] Ibidem.

[49] Ibidem, p. 32-3.

[50] Ibidem, p. 162, 166.

[51] Ibidem, p. 166-7.

[52] Ibidem, p. 173.

[53] Cf. a explicação deste versículo na *ESV Study Bible*, p. 1830; cf. também p. 2554-55.

[54] Op. cit., p. 174.

[55] Ibidem, p. 177.

[56] Ibidem, p. 31.

[57] "Pulpit Bullies", *Tribune Media Services* (3 de outubro de 2008). Cf. www.calthomas.com/index.php?news=2381. A visão de dedicar-se ao evangelismo, não à política, também é promovida pelo livro de Greg Boyd *The Myth of a Christian Nation*, do qual tratamos na seção anterior.

[58] Grand Rapids: Zondervan, 2000, p. 8, grifo nosso.

[59] Ibidem, p. 11-2.

[60] *Why You Can't Stay Silent: a Biblical Mandate to Shape Our Culture*, Wheaton: Tyndale House, 2001, p. 49.

[61] Op. cit., p. 7.

[62] *How Christianity Changed the World*, Grand Rapids: Zondervan, 2004; publicado anteriormente sob o título *Under the Influence*, 2001, p. 51, 53, 59.

[63] Ibidem, p. 63.

[64] Ibidem, p. 65.

[65] Ibidem.

[66] Ibidem, p. 65-6.

[67] Ibidem, p. 87-8.

[68] Ibidem, p. 111.

[69] Ibidem, p. 115.

[70] Ibidem, p. 116-7.

[71] Ibidem, p. 119.

[72] Ibidem, p. 179.

[73] Ibidem, p. 179-80. Embora não se trate apenas de uma questão de influenciar as leis, Schmidt também destaca a enorme influência de cristãos no ensino superior: em 1932, havia 182 faculdades e universidades nos Estados Unidos. Destas, 92% haviam sido fundadas por denominações cristãs (p. 190).

[74] Ibidem, p. 274-6.

[75] Ibidem, p. 276-8.

[76] Ibidem, p. 279.

[77] Ibidem, p. 279-90.

[78] Ibidem, p. 287-9.

[79] Ibidem, p. 251-2.

[80] Ibidem, p. 253-8.

[81] Ibidem, p. 258-70.

[82] Grand Rapids: Zondervan, 2007.

[83] *Why Government Can't Save You*, p. 130.

[84] Ibidem, p. 15.

[85] Ibidem, p. 14.

[86] Wheaton: Tyndale House, 1977. (Publicado em português com o título *Evangelismo explosivo*, São Paulo; Rio de Janeiro: JUERP, 1989.)

[87] *Blinded By Might: Why the Religious Right Can't Save America*, Grand Rapids: Zondervan, 1999, p. 51.

capítulo 2

UMA SOLUÇÃO MELHOR: INFLUÊNCIA CRISTÃ EXPRESSIVA SOBRE O GOVERNO

No capítulo anterior, examinei cinco visões equivocadas a respeito do envolvimento cristão com o governo civil. Neste capítulo, proponho uma solução que me parece melhor: uma influência cristã expressiva sobre o governo civil.

De acordo com esse conceito de "influência expressiva", os cristãos *devem* procurar influenciar o governo civil conforme os padrões morais de Deus e conforme os propósitos de Deus para o governo revelados na Bíblia (e devidamente compreendidos). Enquanto os cristãos exercem essa influência, porém, devem continuar a proteger a liberdade religiosa de todos os cidadãos. Além disso, "influência expressiva" não é sinônimo de influência irada, beligerante, intolerante, julgadora, desatinada e cheia de ódio, mas sim de influência cativante, gentil, solícita, amável, persuasiva, própria para cada circunstância e que sempre protege o direito do outro de discordar. Ao mesmo tempo, é firme no que se refere à veracidade e à excelência moral dos ensinamentos da palavra de Deus.

A. UMA COMPREENSÃO CORRETA DA BÍBLIA

Talvez alguém se apresse em contestar: "Mas quem é capaz de compreender a Bíblia corretamente? E quem decide qual é a interpretação correta?".

Respondo que não é impossível entender a Bíblia corretamente. Claro que os cristãos têm diferenças legítimas de opinião a respeito do significado da Bíblia em diversas áreas. Contudo, *entre os intérpretes bíblicos evangélicos conscienciosos, há muito mais áreas de consenso que de desacordo, tanto hoje em dia quanto ao longo da história,* com respeito às principais doutrinas da fé cristã e aos métodos corretos de interpretação.

Por exemplo, entre os intérpretes que consideram a Bíblia inteira a Palavra confiável de Deus (ou seja, pelo menos entre os intérpretes evangélicos tradicionais, bem como entre muitos intérpretes católicos conservadores), não há desacordo significativo sobre o fato de que, segundo a Bíblia, cometer homicídio é moralmente errado (Êx 20.13), cometer adultério é moralmente errado (v. 14), furtar é moralmente errado (v. 15) e dar "falso testemunho contra o [...] próximo" é moralmente errado (v. 16). Também há ampla concordância de que Deus instituiu o governo civil para nosso benefício, a fim de refrear o mal e promover o bem (Rm 13.1-6; 1Pe 2.13,14; também Gn 9.5,6) e de que deve haver distinção entre aquilo que é governado pela igreja e aquilo que está sob a autoridade do governo civil (Mt 22.21). Poderíamos mencionar outros elementos de uma cosmovisão bíblica e de suas implicações para o governo civil, mas estes devem ser suficientes para mostrar que há amplo consenso entre intérpretes evangélicos de todo o mundo acerca dos princípios mais importantes que afetam a visão de cada pessoa a respeito da Bíblia e da política.

Por certo, também existem áreas em que os cristãos discordam sobre o significado da Bíblia no tocante a sua aplicação ao governo. Há divergências, por exemplo, quanto à teoria da "guerra justa", quanto à pena

de morte e quanto às responsabilidades específicas do governo em relação a pobreza e riqueza. Até mesmo esses desacordos, porém, são saudáveis quando discutidos em público (de forma oral e escrita), de modo que cada parte tenha oportunidade de argumentar em favor de seu posicionamento com base na Bíblia. No decorrer dessas discussões respeitosas, um ou outro ponto de vista apresentará os argumentos mais persuasivos, que convencerão a maioria dos pastores, professores de seminário, líderes paraeclesiásticos e outros formadores de opinião e, por fim, a maioria dos evangélicos. O ponto de vista oposto será empurrado para a margem, onde continuará a existir entre uma pequena minoria de cristãos ou acabará por desaparecer. Esse processo ocorreu, por exemplo, no tocante à questão do aborto, nas décadas de 1960 e 1970. Em outros dois exemplos mais antigos, desenvolveu-se gradativamente um consenso, entre os séculos 16 e 18, acerca da cobrança de juros ("usura") e da concessão, por parte do governo, de liberdade religiosa.

Aliás, em boa parte de meu texto, argumento com base em versículos bíblicos justamente por esse motivo: *procuro persuadir outros que creem na Bíblia* de que minha argumentação é corroborada pelo uso consciencioso da Bíblia. Aqueles que discordam têm o direito de trazer a público argumentos contrários às minhas asserções e, nesse diálogo saudável, os cristãos que leem as apresentações das duas partes adquirem uma compreensão mais profunda das questões importantes.

B. DISTORÇÕES DA BÍBLIA PELOS LIBERAIS

Convém, no entanto, acrescentar uma advertência: críticos da Bíblia que adotam uma teologia liberal não são uma boa referência para a interpretação

correta da Bíblia. (Ao falar de "teologia liberal", refiro-me à ideia de que a Bíblia não é a Palavra de Deus, investida de autoridade divina e inteiramente verdadeira e confiável, mas de que consiste apenas em escritos humanos repletos de erros e contradições.) Por vezes, escritores religiosos liberais aparecem na mídia secular zombando de qualquer um que afirme pregar "o ensino bíblico"; apresentam, sem a mínima cautela, uma lista de versículos tirados de seus devidos contextos e de questões que tornam a Bíblia um livro aparentemente impraticável.

O escritor inglês A. N. Wilson, por exemplo, critica a Convenção Batista do Sul no *New York Times*:

> Parece […] impraticável e igualmente indesejável tentar recriar a ética e os padrões de comportamento de uma era extinta […] [Acaso] os batistas do sul são coniventes com a escravidão (como Paulo em sua Epístola a Filemom)? Ajuntam todas as suas propriedades e têm todas as coisas em comum, como os primeiros cristãos? Condenam a prática da usura […] e, em caso afirmativo, como investem no mercado de ações, mantêm fundos de previdência privada ou mesmo usam uma conta corrente no banco? […] Quantos cristãos fundamentalistas norte-americanos guardam, hoje, as leis alimentares judaicas? Quantos aprovariam o apedrejamento de uma mulher adúltera? […] E, no entanto, *todas essas coisas fazem parte da "moralidade bíblica"*. […] Paulo […] aconselhou seus seguidores a não se casarem. A igreja primitiva era invariavelmente hostil à vida em família […] A verdadeira fé bíblica reconhece que a Bíblia não é um livro de respostas. É a narrativa de como a raça humana se engana repetidamente. O próprio São Paulo se contradiz com frequência…[1]

Vejo aqui seis elementos que, de acordo com Wilson, "fazem parte da 'moralidade bíblica' ": 1) escravidão; 2) propriedade em comum; 3) proibição da cobrança de juros sobre empréstimos ("usura"); 4) leis alimentares judaicas; 5) apedrejamento em casos de adultério; 6) desincentivo ao casamento.

E, no entanto, leciono e escrevo sobre ética bíblica há mais de trinta anos e *não ensino que a Bíblia exige qualquer uma dessas coisas*. Da mesma forma, nenhuma das principais denominações evangélicas ou organizações paraeclesiásticas defende essas ideias, como também não o fazem os livros-textos usados nas faculdades e seminários evangélicos.[2] Wilson simplesmente apresenta uma imagem deturpada da Bíblia.

Como acontece com qualquer outro documento escrito, é sempre possível um leitor hostil tirar declarações bíblicas de seu contexto e declarar, indevidamente: "É isso que a Bíblia ensina", sem dar a mínima atenção aos princípios da interpretação escrupulosa e sem consciência alguma do lugar que determinados versículos ocupam no amplo cenário do desenvolvimento histórico da Bíblia como um todo. As objeções de Wilson visam levar o leitor a concluir que "é impossível obedecer à Bíblia hoje em dia", mas cada uma dessas objeções pode ser refutada com a declaração: "Sua interpretação desse trecho da Bíblia é equivocada pelos seguintes motivos…".[3]

Existem hoje centenas de milhões de cristãos evangélicos espalhados pelo mundo que procuram com todo o empenho obedecer à Bíblia, entendida de forma correta, em todas as áreas da vida. Consideram a Bíblia a Palavra de Deus, seu guia confiável e investido de autoridade divina para a vida como um todo, como os cristãos têm feito ao longo dos séculos. E, embora esses cristãos tenham consciência de suas próprias falhas, não julgam impossível seguir a Bíblia a cada dia. Antes, quando entendida

corretamente e obedecida de todo o coração, ela conduz a um modo de vida marcado por alegria e plenitude, no qual se experimenta, com frequência, a bênção de Deus.

A meu ver, o mesmo se aplica aos ensinamentos bíblicos acerca do governo civil. Estão ao alcance da compreensão e, à medida que são colocados em prática, trazem inúmeros benefícios para a nação que os segue. Por isso resolvi escrever este livro.

C. CORROBORAÇÃO BÍBLICA PARA A INFLUÊNCIA CRISTÃ EXPRESSIVA

1. Exemplos do Antigo Testamento

A Bíblia traz vários exemplos de pessoas fiéis a Deus que influenciaram governos seculares.[4]

Um deles é Daniel, profeta judeu que exerceu forte influência sobre o governo na Babilônia. Daniel disse a Nabucodonosor: "Portanto, aceita o meu conselho, ó rei: Abandona teus pecados, praticando a justiça, e renuncia às tuas maldades, usando de misericórdia com os pobres, se quiseres prolongar a tua tranquilidade" (Dn 4.27).

Sua abordagem é corajosa e inequívoca. É o oposto da abordagem multicultural de hoje, que talvez dissesse algo como: "Ó rei Nabucodonosor, sou profeta judeu, mas não ousaria impor meus padrões morais judaicos em seu reino babilônico. Consulte seus astrônomos e adivinhos! Eles o guiarão em suas próprias tradições. Siga seu coração! Não cabe a mim lhe falar do que é certo ou errado".

Antes, Daniel disse com toda a ousadia: "*Abandona teus pecados*, praticando a justiça, e renuncia às tuas maldades, usando de misericórdia com os pobres".

Será que ele especificou em mais detalhes quais "pecados" e "iniquidades" exigiam mudanças no reinado de Nabucodonosor? Disse ao governante mais poderoso do mundo de que maneira o Deus de todo o universo desejava que ele agisse como rei? O contexto sugere que sim.

Nessa época, Daniel ocupava um cargo elevado na corte de Nabucodonosor. Era "governador de toda a província da Babilônia" e "chefe principal de todos os sábios da Babilônia" (Dn 2.48). Estava, com frequência, "na corte real" (v. 49). Ao que parece, portanto, Daniel exercia um papel importante de conselheiro na corte do rei. É razoável supor, diante disso, que sua declaração resumida a respeito dos "pecados", das "maldades" e do uso de "misericórdia com os pobres" (Dn 4.27) tenha sido seguida de uma conversa mais demorada, na qual especificou políticas e ações do rei consideradas boas ou más aos olhos de Deus.

Daniel é um exemplo veterotestamentário de alguém fiel a Deus que exerceu influência expressiva não apenas sobre um governo civil, mas sobre um governo debaixo da autoridade de um rei pagão.

O conselho de Jeremias aos exilados judeus na Babilônia também corrobora a ideia de que pessoas fiéis a Deus podem influenciar leis e governos. Jeremias disse aos exilados: "*Empenhai-vos pela prosperidade da cidade*, para onde vos exilei, e orai ao Senhor em favor dela; porque a prosperidade dela será a vossa prosperidade" (Jr 29.7). Para que pessoas fiéis a Deus promovam o bem de uma sociedade pagã, é necessário que também tragam melhorias a seu governo (como Daniel fez). A verdadeira "prosperidade" de uma cidade é promovida por leis e políticas

governamentais coerentes com os ensinamentos de Deus na Bíblia, não por leis e políticas contrárias ao ensino bíblico.

Outras pessoas fiéis a Deus ocuparam cargos de influência no governo de nações não judaicas. José estava abaixo somente do faraó, o rei do Egito, e exercia forte influência sobre as decisões do faraó (cf. Gn 41.37-45; 42.6; 45.8,9,26). Posteriormente, Moisés compareceu diante do faraó com toda a ousadia e exigiu que o povo de Israel fosse liberto. Disse: "Assim diz o Senhor: Deixa o meu povo ir" (Êx 8.1), Neemias era "copeiro do rei" Artaxerxes (Ne 1.11), da Pérsia, cargo de grande responsabilidade.[5] Mordecai era "o segundo na hierarquia, depois do rei Xerxes" (Et 10.3; cf. também 9.4). A rainha Ester também exerceu influência considerável sobre as decisões do rei Xerxes (cf. Et 5.1-8; 7.1-6; 8.3-13; 9.12-15,29-32).

Além disso, muitas passagens nos textos dos profetas do Antigo Testamento tratam dos pecados de nações estrangeiras ao redor de Israel: cf. Isaías 13—23; Jeremias 46—51; Ezequiel 25—32; Amós 1—2; Obadias (dirigido a Edom); Jonas (enviado a Nínive); Naum (dirigido a Nínive); Habacuque 2; Sofonias 2. Esses profetas falaram a outras nações porque o Deus revelado na Bíblia é Deus de *todos os povos* e de *todas as nações* da terra. Ele é seu Criador e, um dia, eles comparecerão diante dele para ser julgados. Portanto, os padrões morais de Deus revelados na Bíblia são os padrões com base nos quais as pessoas terão de prestar contas a Deus. Não se referem apenas ao modo como as pessoas se conduzem no casamento e na família, na vizinhança e na escola, no trabalho e nos negócios. Dizem respeito também ao modo como se conduzem *em cargos do governo*. As pessoas fiéis a Deus têm a responsabilidade de dar testemunho dos padrões morais da Bíblia com base nos quais todos terão de prestar contas, inclusive quem ocupa cargos públicos.

2. Exemplos do Novo Testamento

João Batista é um exemplo neotestamentário de influência sobre o governo. Em sua época, o governante da Galileia (de 4 a.C. a 39 d.C.) era Herodes Antipas, "tetrarca" nomeado pelo imperador romano e sujeito à autoridade do Império Romano. Herodes não era israelita, mas idumeu (de Edom, uma nação vizinha). Conforme o Evangelho de Mateus, João Batista havia repreendido Herodes, o tetrarca, por um pecado específico em sua vida pessoal: "Pois Herodes havia prendido e amarrado João, colocando-o no cárcere, por causa de Herodias, mulher de seu irmão Filipe. Pois João lhe dizia: Não te é permitido possuí-la" (Mt 14.3,4).

O Evangelho de Lucas traz mais detalhes:

> [João Batista] anunciava o evangelho ao povo fazendo muitas outras advertências. Mas, tendo sido repreendido por João por causa de Herodias, mulher de seu irmão, e por todos os males que fizera, o governante Herodes ainda acrescentou a todos eles o de prender João no cárcere (Lc 3.18-20).

Sem dúvida, "todos os males que [Herodes] fizera" incluíam muitos atos perversos como governante no Império Romano. João Batista o repreendeu *por todos* eles. Falou com ousadia a funcionários públicos do império sobre como suas políticas governamentais eram moralmente certas ou erradas. João seguiu, desse modo, os passos de Daniel e de vários profetas do Antigo Testamento (cf. citação anterior). De acordo com o Novo Testamento, as atitudes de João Batista foram atitudes de "um homem justo e santo" (Mc 6.20). Ele é excelente exemplo de uma pessoa fiel a Deus que exerceu influência expressiva sobre as políticas de um governo (embora isso tenha lhe custado a própria vida; cf. Mc 6.21-29).

Outro exemplo é o apóstolo Paulo. Quando Paulo estava na prisão em Cesareia, foi julgado perante Félix, o governador romano. Eis o que aconteceu:

> Alguns dias depois, Félix chegou com sua mulher Drusila, que era judia, mandou chamar Paulo e ouviu-o acerca da fé em Cristo Jesus. E, *discorrendo ele sobre a justiça, sobre o domínio próprio e sobre o juízo vindouro*, Félix ficou com medo e respondeu: Basta por enquanto, retira-te! Eu te chamarei quando houver oportunidade (At 24.24,25).

Embora Lucas não forneça mais detalhes, o fato de Félix ter ficado "com medo" e de Paulo ter discorrido "sobre a justiça" e "sobre o juízo vindouro" indica que Paulo lhe falou acerca de padrões morais de certo e errado e de como Félix, governador do Império Romano, tinha obrigação de viver conforme os padrões estabelecidos por Deus. Sem dúvida, Paulo disse a Félix que ele teria de prestar contas de suas ações no "juízo vindouro", daí o fato de o governador ter ficado "com medo". O termo "discorrendo" traduz a palavra grega *dialegomai*, usada por Lucas para indicar um diálogo ou discussão. Não é difícil imaginar Félix perguntando a Paulo: "E quanto a esta decisão que preciso tomar? O que me diz desse posicionamento político? E deste parecer oficial?". Seria uma restrição artificial do significado do texto supor que Paulo conversou com Félix *somente* sobre sua vida "particular", e não sobre suas ações como governador romano. Paulo é, portanto, excelente exemplo da tentativa de exercer influência cristã expressiva sobre o governo civil.

Logo, se nós, como cristãos, procuramos exercer influência cristã expressiva sobre o governo civil e sobre os líderes governamentais, temos vários bons exemplos na narrativa bíblica, entre eles José, Moisés, Daniel,

Neemias, Mordecai e Ester. Também podemos tomar como exemplo as profecias escritas de Isaías, Jeremias, Ezequiel, Amós, Obadias, Jonas, Naum, Habacuque e Sofonias. No Novo Testamento, temos os exemplos corajosos de João Batista e do apóstolo Paulo. Essas influências sobre governos não são casos de pouca importância em trechos obscuros da Bíblia. Antes, estão presentes na história do Antigo Testamento, desde Gênesis até Ester (o último livro histórico), nos textos canônicos dos profetas de Israel, desde Isaías até Sofonias, e no Novo Testamento, tanto nos Evangelhos como nas Epístolas. Esses são apenas os casos em que servos de Deus exerceram influência expressiva sobre reis pagãos, que não tinham compromisso algum com o Deus de Israel no Antigo Testamento ou com Jesus na época no Novo Testamento. Se acrescentássemos a essa lista os muitos relatos de profetas do Antigo Testamento que aconselharam, incentivaram e repreenderam os reis bons e maus de Israel, teríamos de incluir os relatos de todos os reis e os escritos de todos os profetas, ou seja, quase todos os livros do Antigo Testamento. Poderíamos acrescentar, ainda, várias passagens de Salmos e de Provérbios que falam de bons e maus governantes. Exercer influência positiva sobre governos com base na sabedoria das palavras de Deus é um tema presente em toda a Bíblia.

3. Romanos 13 e 1Pedro 2

Além desses exemplos, a mera existência de *passagens bíblicas específicas que ensinam a respeito do governo* é argumento em favor da influência cristã expressiva sobre o governo. Por que Deus colocou na Bíblia Romanos 13.1-7 e 1Pedro 2.13,14 e outras passagens relacionadas (por exemplo, em Salmos e Provérbios)? Estão ali simplesmente por uma questão de curiosidade intelectual, para cristãos as lerem em suas devoções particulares,

mas jamais as usarem para dizer a governantes como Deus vê seus papéis e responsabilidades? É intenção de Deus que esses textos sejam *ocultados* dos governantes e *mantidos em segredo* pelos cristãos que os leem e que lamentam em silêncio sobre "o quanto o governo se desviou dos propósitos de Deus"?

Sem dúvida, Deus colocou essas passagens na Bíblia não apenas para informar os cristãos sobre como *eles* devem se relacionar com o governo civil, mas também para que *pessoas com responsabilidades governamentais* saibam o que o próprio Deus espera delas. Pode-se dizer o mesmo de outras passagens bíblicas que nos instruem a respeito dos padrões morais de Deus, da natureza e do propósito da criação dos seres humanos à imagem de Deus, dos propósitos de Deus para a terra e dos princípios referentes a bons e maus governos. Todos esses ensinamentos são relevantes para aqueles que ocupam cargos no governo, e devemos falar a seu respeito e transmiti-los sempre que tivermos oportunidade.

4. Cidadãos de uma democracia têm a responsabilidade de entender o ensino bíblico

Outro argumento em favor da influência cristã expressiva sobre o governo se aplica a qualquer um que viva numa democracia, pois, nesse sistema, uma parte considerável do poder de governo é confiada aos cidadãos em geral por meio das eleições. Ter a possibilidade de votar significa ter uma parcela do poder de governar. Logo, todos os cidadãos com idade para votar têm a *responsabilidade* diante de Deus de saber o que ele espera do governo civil e de conhecer os padrões morais e legais que, de acordo com ele, o governo deve seguir. *De que maneira, porém, os cidadãos aprendem sobre o tipo de governo que Deus quer?* Isso só acontece quando as igrejas ensinam o que a Bíblia diz sobre governo e política.

Sei que há diferenças de opinião entre os pastores quanto ao nível de detalhamento do ensino acerca de questões políticas específicas (por exemplo, se tratarão de aborto, eutanásia, auxílio aos pobres, Forças Armadas e defesa nacional, uso e cuidado do meio ambiente ou natureza do casamento). Sem dúvida, porém, é responsabilidade dos pastores ensinar *algumas* dessas questões específicas de forma que não se atenham apenas à declaração: "Os cristãos devem votar de modo consciente".

Afinal, quem mais ensinará aos cristãos *exatamente de que maneira* a Bíblia se aplica a questões políticas específicas? Os pastores considerariam correto orientar os membros de suas igrejas apenas por alto a respeito de outras áreas da vida? Será que nos limitaríamos a dizer: "Vocês têm responsabilidade de educar seus filhos de acordo com princípios cristãos", sem oferecer explicação alguma a respeito desses princípios? Consideraríamos correto dizer a pessoas no mundo dos negócios: "Vocês têm responsabilidade de atuar nessa área conforme os princípios cristãos", sem entrar em detalhes sobre esses princípios? Claro que não. Os pastores são responsáveis por apresentar ensino bíblico criterioso e *explicar exatamente de que maneira os ensinamentos da Bíblia se aplicam às diversas situações específicas da vida*, o que certamente deve incluir instrução a respeito de questões de governo e política.

D. EXEMPLOS HISTÓRICOS DE INFLUÊNCIA CRISTÃ SOBRE GOVERNOS SECULARES

Um levantamento da história da igreja ao longo de quase dois mil anos mostra uma recorrência impressionante de sua influência positiva sobre governos seculares. É necessário reconhecer, de pronto, que a igreja cometeu

erros, por vezes extremamente danosos, especialmente quando se esqueceu do ensino de Jesus sobre "o que é de César" e "o que é de Deus" (Mt 22.21). Ao deixar de lado essa distinção, a igreja caiu, com frequência, no erro da primeira visão equivocada que mencionei anteriormente, a saber, a visão de que o governo deve impor a religião (cf. p. 25-35). Apesar desses erros, porém, encontramos vários exemplos de excelentes resultados da influência cristã expressiva sobre governos.

Como mencionei em mais detalhes no capítulo anterior (p. 67-70), ao longo da história a igreja foi responsável, em grande medida, por persuadir governos a valorizar muito mais os direitos humanos individuais, a liberdade individual, a liberdade religiosa, a igualdade perante a lei e a separação entre Igreja e Estado. Pode-se observar uma influência cristã expressiva na Magna Carta, na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e na Constituição dos Estados Unidos da América. Ademais, a influência cristã levou à extinção de males como o aborto, o infanticídio, as lutas entre gladiadores, os sacrifícios humanos, a poligamia, a prática de queimar vivas mulheres viúvas e a escravidão, bem como essa influência levou à concessão de direitos de propriedade, direitos de voto e outras salvaguardas para as mulheres.

O ensino bíblico de que todos os seres humanos são criados à imagem de Deus e, portanto, encontram-se em pé de igualdade diante dele exerceu influência importante sobre o pensamento dos Pais Fundadores dos Estados Unidos e sobre sua declaração explícita de que "todos os homens são criados iguais". Essa ideia contrastava nitidamente com o pressuposto anterior em muitas nações europeias de que um grupo especial de pessoas, a "realeza", tinha o direito hereditário de governar sobre o povo comum. Em várias nações, essa convicção da igualdade de todas as pessoas levou à expansão da

democracia e à limitação do papel do monarca a funções, em sua maior parte, cerimoniais e simbólicas. Também cabia ao monarca liderar pelo exemplo, visando promover padrões de comportamento exemplares no país e destacar os melhores aspectos de sua herança cultural (como é o caso no Reino Unido e na Noruega, que ainda hoje têm uma monarquia).

No século 20, as convicções cristãs de Martin Luther King Jr. tiveram influência expressiva sobre a proibição da segregação e da discriminação racial nos Estados Unidos. Hoje, dezenas de milhares de cristãos devotos formam a espinha dorsal do movimento que continua a trabalhar em prol da proibição do aborto (exceto quando há risco para a vida da mãe) nos Estados Unidos.

É possível fornecer muitos outros exemplos, mas estes devem ser suficientes para mostrar que toda a história da igreja corrobora a visão de que deve haver influência cristã expressiva sobre governos e de que essa influência traz resultados benéficos para o país.

Quando falo de influência cristã expressiva sobre o governo, surge com frequência uma objeção: alguns lembram de imediato a questão da Lei Seca nos Estados Unidos entre 1920 e 1933. Durante esse período, uma emenda constitucional proibiu a produção e a venda de bebidas alcóolicas nos Estados Unidos. Há quem ressalte que essa lei foi um fracasso e conclua que "é impossível legislar sobre moralidade".

A meu ver, porém, a Lei Seca é prova de algo inteiramente distinto e que, na verdade, comprova meu posicionamento. Em 1919, os Estados Unidos adotaram a Décima Oitava Emenda à Constituição (que entrou em vigor em 16 de janeiro de 1920), que proibia "a produção, venda ou transporte de bebidas inebriantes". Essa lei, contudo, foi amplamente desrespeitada, e muitos tinham suas próprias cervejarias e destilarias. Era

uma lei impossível de se impor efetivamente. Por fim, em 1933, foi aprovada a Vigésima Primeira Emenda à Constituição, que dizia: "O Décimo Oitavo Artigo de Emenda à Constituição dos Estados Unidos está, por meio desta, revogado". (A Vigésima Primeira Emenda permitia, contudo, que os estados continuassem a regular o uso e a venda de bebidas alcoólicas conforme suas próprias leis.)

O que essa experiência prova? Que é impossível impor padrões morais sobre uma população *quando esses padrões morais são mais rigorosos que os padrões da própria Bíblia*. Embora a Bíblia traga várias advertências contra a embriaguez (cf. Ef 5.18), não proíbe o consumo moderado de bebidas alcoólicas, e o apóstolo Paulo chega a dizer a seu colega Timóteo: "Por causa do teu estômago e das tuas doenças frequentes, não bebas apenas água, mas também um pouco de vinho" (1Tm 5.23). Logo, a proibição absoluta de bebidas alcoólicas foi uma lei que não encontrou ressonância no coração do povo em geral, pois não refletia os padrões morais que Deus escreveu no coração de todos (cf. Rm 2.15).

A meu ver, portanto, a Lei Seca nos Estados Unidos não foi uma tentativa de impor padrões bíblicos sobre a conduta de uma nação. Antes, foi uma experiência que mostrou a impossibilidade de impor padrões que vão além das exigências bíblicas. Diante disso, creio que sua revogação foi justa.

E. OS ESTADOS UNIDOS SÃO UMA NAÇÃO CRISTÃ?

Quando começo a explicar por que acredito na necessidade de uma influência cristã expressiva sobre o governo, por vezes alguém pergunta se considero os Estados Unidos uma "nação cristã".

Não há como responder com um simples "sim" ou "não" sem definir mais precisamente o que se quer dizer com "nação cristã". Esse é um dos motivos pelos quais as pessoas às vezes se exasperam tanto com essa pergunta: pessoas diferentes entendem de forma diferente a expressão "nação cristã". Podem, portanto, acabar falando de coisas diferentes enquanto usam as mesmas palavras e, com isso, gerar mal-entendidos.

A seguir, apresento vários significados que podem ser associados à expressão "nação cristã", acompanhados de uma resposta à pergunta. Observe que a resposta varia de acordo com cada significado:

1) *A doutrina cristã foi o principal sistema religioso que influenciou a fundação dos Estados Unidos*? Sim, foi.

2) *A maioria dos Pais Fundadores dos Estados Unidos era composta de cristãos que acreditavam, de modo geral, nas verdades da Bíblia?* Sim, era.

3) *O cristianismo (em suas diversas formas) é a maior religião dos Estados Unidos?* Sim, é.

4) *As convicções cristãs forneceram o contexto intelectual que gerou muitos dos valores culturais que ainda são aceitos pelos norte-americanos nos dias de hoje?* (Pode-se incluir aqui itens como o respeito pelo indivíduo, a proteção dos direitos individuais, o respeito pela liberdade pessoal, o valor do trabalho árduo, a necessidade de forte defesa nacional, a necessidade de cuidar dos pobres e dos fracos, o valor da generosidade, o valor de ajudar outras nações e o respeito pelo estado de direito.) Sim, as convicções cristãs forneceram parte considerável do contexto intelectual para muitos desses e outros valores culturais.

5) *Houve, em alguma ocasião, uma decisão da Suprema Corte na qual se afirmou que os Estados Unidos são uma nação cristã?* Sim, houve, mas esse não era o assunto em pauta. Foi na decisão de 1892 do caso *Church of the Holy*

Trinity versus the United States, 143 US 457 (1982). Essa decisão judicial definiu que a igreja em questão tinha direito de contratar um pastor de outro país (Inglaterra) e, portanto, que não tinha violado a lei de 1885 que proibia a contratação de "estrangeiros residentes e forasteiros [...], para trabalhar nos Estados Unidos". Conforme a argumentação da Corte, havia tantas provas do caráter predominantemente "cristão" dos Estados Unidos que não poderia ter sido a intenção do Congresso proibir as igrejas de contratar pastores de outros países.

A meu ver, nesse caso a Suprema Corte argumentou que os Estados Unidos são uma nação cristã com base nos significados 3) e 4) anteriores. Há, portanto, uma longa história de influência cristã expressiva nos Estados Unidos.

6) *A maioria da população dos Estados Unidos é constituída de cristãos evangélicos que creem na Bíblia?* Creio que não. De acordo com estimativas, entre 18 e 42% da população dos Estados Unidos são evangélicos. Imagino que 20% seja um valor aproximado. Em 2005, uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup para descobrir quantos americanos tinham verdadeiras convicções evangélicas apontou que estes eram 22% da população.[6] Fora esse segmento, muitos católicos conservadores consideram a Bíblia e os ensinamentos da igreja seu guia para a vida, e um número expressivo dentro desse grupo crê em Jesus Cristo como seu Salvador. Mesmo que somemos os membros de ambos os grupos, porém, o total não representa a maioria da população dos Estados Unidos.

7) *A crença em valores cristãos é a cosmovisão dominante, promovida pelo governo, pela mídia e pelas universidades nos Estados Unidos hoje em dia?* Não, não é.

8) *O governo dos Estados Unidos promove o cristianismo como religião nacional?* Não, não promove.

9) *Um indivíduo deve professar a fé cristã a fim de se tornar cidadão dos Estados Unidos ou ter os mesmos direitos perante a lei norte-americana?* Com certeza não, e nunca foi o caso. Aliás, a própria Constituição proíbe explicitamente qualquer uso da religião como critério para escolher quem ocupará um cargo público: "Nenhum requisito religioso poderá ser exigido como condição para a nomeação para cargo público" (Art. VI, seção 3).

Logo, a resposta à pergunta: "Os Estados Unidos são uma nação cristã?" depende do que se quer dizer com "nação cristã". Em cinco dos possíveis significados, a resposta é sim. Em outros quatro, a resposta é não. Uma vez que há tantos significados possíveis (provavelmente mais do que estes que identifiquei aqui), não creio que essa pergunta seja proveitosa para os diálogos políticos atuais. Serve apenas para gerar altercações, mal-entendidos e confusão. A mesma argumentação que se deseja construir por meio dessa pergunta pode ser formulada de modo mais claro, sem causar confusão, se elaborada nos termos de um ou mais dos significados expandidos que citei anteriormente.

F. E QUANTO ÀS LEIS DO ANTIGO TESTAMENTO (A QUESTÃO DA TEONOMIA)?

Existe entre alguns cristãos norte-americanos de hoje um conceito chamado "teonomia", também conhecido como "reconstrucionismo cristão" ou "teologia do domínio". Seus críticos chamam-na de dominionismo (com tons de "jihadismo"). Usarei aqui a designação "teonomia", termo geral empregado nas análises teológicas desse movimento.

Os teonomistas argumentam que as leis dadas por Deus a Israel na aliança mosaica devem servir de modelo para as leis civis dos países hoje em dia. Se colocado em prática, esse modelo incluiria a aplicação da pena de morte para casos de blasfêmia, adultério e conduta homossexual, entre outros!

O erro dos teonomistas consiste numa interpretação equivocada do lugar singular que essas leis dadas a Israel ocuparam na história da Bíblia como um todo. Também consiste numa interpretação equivocada do ensino neotestamentário acerca da distinção entre o âmbito da Igreja e o âmbito do Estado, instituída por Jesus quando ele disse: "Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mt 22.21). (Para uma discussão mais detalhada do lugar singular ocupado pela lei mosaica, cf. cap. 3, p. 117-121)

Os mais destacados defensores da teonomia foram Rousas John Rushdoony (1916-2001)[7] e Greg Bahnsen (1948-1995).[8] Vern Poythress[9] e John Frame,[10] por sua vez, ofereceram análises críticas desse conceito.

Alguns críticos seculares da influência cristã sobre a política e o governo afirmam infundadamente que *os evangélicos em geral* procuram seguir a teonomia ou "teologia do domínio" e os acusam de querer impor essas ideias teonomistas extremadas nos Estados Unidos: cf. Michelle Goldberg, *Kingdom Coming: the Rise of Christian Nationalism* [Reino vindouro: a ascensão do nacionalismo cristão].[11] Essas acusações se baseiam, porém, em estudos acadêmicos pouco rigorosos e na culpa por associação. Não sei de cristão algum com influência expressiva no mundo evangélico ou no mundo político de hoje, nos Estados Unidos, que defenda os conceitos da pequena minoria de teonomistas ou reconstrucionistas cristãos no tocante à imposição, pelo governo civil atual, dessas leis do Antigo Testamento.

G. ELEITORES CRISTÃOS DEVEM VOTAR SOMENTE EM CANDIDATOS CRISTÃOS?

Quando falo de influência cristã expressiva sobre o governo, quero deixar extremamente claro que *não é minha intenção dizer que cristãos devem votar somente em cristãos para cargos públicos*, nem que cristãos devem, em geral, preferir um candidato evangélico a outros candidatos.

Por exemplo, o ex-presidente Jimmy Carter era membro da Convenção Batista do Sul e professor de escola dominical em sua igreja na Georgia, e a mídia fez grande alarde em torno do fato de Carter professar sua fé como cristão evangélico. Contudo, nas eleições de 1980, muitos evangélicos conservadores resolveram votar em Ronald Reagan em vez de Carter, com base em diferenças de opinião quanto às políticas do presidente Carter (no tocante à defesa nacional e à política econômica, por exemplo). (Reagan também professava a fé cristã, mas não era identificado publicamente como cristão evangélico de modo tão marcante quanto Carter.)

Em outro exemplo, escrevi um texto expressando meu apoio a Mitt Romney, candidato mórmon, durante a campanha para as eleições primárias do Partido Republicano em 2007. Fiz isso porque concordava com as políticas de Romney, especialmente quanto à economia e à defesa nacional, mais do que concordava com as propostas de outros candidatos, até mesmo de Mike Huckabee, candidato que era membro da Convenção Batista do Sul e representante articulado e carismático da fé cristã evangélica. Embora tivesse fortes diferenças de opinião em relação às convicções teológicas de Romney, concordava com suas propostas políticas e o considerava devidamente qualificado. Eis o que escrevi:

E quanto à sua religião? Romney é mórmon e discordo categoricamente de várias *crenças teológicas* dos mórmons que, a meu ver, não são coerentes com os ensinamentos da Bíblia e do cristianismo histórico. Contudo, muitas doutrinas mórmons a respeito de *ética e valores* são semelhantes ao ensino bíblico, e essas doutrinas dão sustentação aos valores políticos conservadores de Romney.

Os evangélicos podem apoiar um candidato politicamente conservador, mas que não é cristão evangélico? Certamente que sim. Aliás, essa postura demonstraria como é falsa a acusação dos liberais de que os evangélicos se interessam apenas em tornar este país "uma nação cristã" ao eleger somente cristãos para cargos públicos. Para os cristãos, apoiar um candidato mórmon seria o mesmo que apoiar um candidato judeu conservador: alguém que não consideramos cristão, mas que vem de uma tradição religiosa que acredita em valores morais absolutos muito semelhantes àqueles que os cristãos encontram na Bíblia. Alguns anos atrás, votei em Matt Salmon, um candidato mórmon, para o governo do Arizona. Ele perdeu a eleição, mas suas posturas políticas teriam sido muito mais conservadoras que as de Janet Napolitano, que vetou dezenas de projetos de lei contra o aborto e de proteção à família.

Ou será que chegamos a um ponto em que os evangélicos votam somente em pessoas que consideram cristãs? Espero que não, pois em momento algum a Bíblia afirma que é necessário um indivíduo ser cristão evangélico para constituir-se em uma autoridade governamental grandemente usada por Deus para seus propósitos. Deus usou o faraó, o rei do Egito, para elevar José a um cargo de autoridade sobre todo o país, de modo que ele pôde salvar seu povo da

fome (Gn 41.37-57). Deus usou Nabucodonosor, rei da Babilônia, para proteger Daniel e seus amigos judeus e elevá-los a cargos de grande autoridade na Babilônia (Dn 2.46-49). Deus usou Ciro, rei da Pérsia, para levar os exilados judeus de volta a sua terra natal (Ed 6.1-12). Deus usou Xerxes, rei da Pérsia, para elevar Ester à posição de rainha e dar a Mordecai grande autoridade e honra em seu reino (Et 6.10,11; 8.1,2,7-15). Na era do Novo Testamento, Deus usou a paz imposta pelo Império Romano secular, a *Pax Romana*, para permitir que os primeiros cristãos viajassem livre e desimpedidamente e propagassem o evangelho por todo o mundo mediterrâneo.

Nos Estados Unidos, Deus usou não apenas os Pais Fundadores, que eram cristãos devotos, mas também deístas como Benjamin Franklin e Thomas Jefferson para construir os alicerces do país. Jefferson veio a se tornar o terceiro presidente em 1801, prova do bom senso do artigo sexto da Constituição, segundo o qual "nenhum requisito religioso poderá ser erigido como condição para a nomeação para cargo público nos Estados Unidos".

A Bíblia diz que devemos orar não apenas pelos cristãos que por acaso ocupam cargos públicos, mas "*pelos reis e por todos os que exercem autoridade*, para que tenhamos uma vida tranquila e serena, em toda piedade e honestidade" (1Tm 2.2). Não apenas as autoridades cristãs, mas todas as autoridades que existem são descritas como tendo sido "ordenadas por [Deus]" (Rm 13.1) e Paulo chama toda autoridade civil de "serva de Deus para o teu bem" (Rm 13.4).[12]

Em retrospectiva, depois de dois anos, embora eu ainda tenha grande admiração e respeito por Romney, vejo que, quando escrevi esse texto de apoio à sua candidatura, não percebi como era profunda a oposição aos mórmons entre os cristãos evangélicos, especialmente no sul, de modo que

Romney não recebeu sequer o voto de estados evangélicos como Carolina do Sul e ficou em quarto lugar nas eleições primárias, com 15% dos votos.[13] A realidade política nos Estados Unidos é que um candidato republicano que não consegue granjear votos evangélicos no sul também não consegue ser eleito presidente. Ademais, os custos do sistema de saúde defendido com sucesso por Romney em Massachusetts se mostraram bem mais altos que o previsto, e o sistema perdeu boa parte de sua atratividade inicial. Logo, não sei ao certo se, no futuro, apoiaria Romney ou algum outro candidato.

O princípio, contudo, ainda é válido: creio que os cristãos devem apoiar os candidatos que melhor representem valores políticos e morais coerentes com o ensino bíblico, não obstante suas origens religiosas ou suas convicções.

H. SEM A INFLUÊNCIA CRISTÃ, OS GOVERNOS NÃO TÊM UMA BÚSSOLA MORAL DEFINIDA

Procure imaginar como seriam uma nação e seu governo se, *de repente, fosse retirada toda influência cristã sobre o governo*. Imagine o que aconteceria se todas as igrejas e organizações cristãs deixassem de tentar exercer qualquer tipo de influência sobre as leis ou sobre o governo. Como seriam esse governo e essa sociedade?

Em poucos anos, quase ninguém mais teria absolutos morais e não existiria mais nada além de opiniões próprias e intuições morais individuais nada confiáveis. A maioria das pessoas não teria autoridade moral alguma além da mera autoridade da opinião humana dos indivíduos. Nesse contexto, de que maneira uma nação poderia encontrar orientação moral?

Muitas questões políticas que os Estados Unidos (e outras nações) enfrentam hoje trazem em si elementos morais consideráveis. Alguns exemplos:

a. *Guerra*: É correto usar força militar para proteger a própria nação de agressores externos? É certo usar força militar para ajudar uma nação mais fraca a se defender de um agressor bem mais forte?
b. *"Casamento" entre indivíduos do mesmo sexo*: Governos estaduais ou federais devem conferir privilégios ou benefícios a casais do mesmo sexo? A sociedade deve, por meio de suas leis, aprovar e incentivar esses relacionamentos?
c. *Aborto*: Aborto é homicídio? Em caso afirmativo, o governo deve decretar leis contra o aborto?
d. *Pornografia*: O que é pornografia e que medidas o governo deve tomar a esse respeito? Deve haver alguma restrição do conteúdo disponível em bibliotecas públicas ou acessível para crianças em revistas ou sites da internet, por exemplo?
e. *Pobreza*: Qual é a responsabilidade do governo em relação aos pobres na sociedade? Quais são as melhores soluções para a pobreza? Devem-se destinar recursos do governo para organizações religiosas que ajudam os pobres?
f. *Proteção do meio ambiente*: Que regras governamentais devem ser impostas para proteger o meio ambiente? O ideal é manter a natureza "intocada" ou Deus deseja que "exerçamos domínio" sobre a terra de outras maneiras? Há algo de errado com a natureza em seu presente estado?
g. *Pena de morte*: Deus autoriza ou exige que os governos civis apliquem a pena de morte? A retribuição deve fazer parte da finalidade do castigo

imposto pelos tribunais?

h. *Ensino*: Quem são os principais responsáveis por decidir o que as crianças aprenderão nas escolas públicas? Devem ser os pais? Ou devem ser os órgãos designados pelo governo local ou federal?
i. *Padrões morais*: Que padrões morais devem ser ensinados em escolas públicas? Ou não se deve ensinar as crianças a esse respeito?

Há muitas outras questões como essas, mas a lista apresentada deve ser suficiente para mostrar que, no momento, há nos Estados Unidos (bem como em muitas outras nações) uma necessidade tremenda de orientação moral. Tenho convicção de que é essencial os cristãos estudarem, discutirem e se pronunciarem em público acerca dessas questões.

Se, contudo, pastores e membros da igreja disserem: "Vou deixar que outra pessoa fale sobre isso", de onde virão os padrões morais de uma nação?

Em outras palavras, *se os cristãos não se pronunciarem publicamente a respeito das questões éticas e morais que a nação enfrenta, quem o fará? Onde as pessoas aprenderão ética? Onde a nação aprenderá a distinguir entre certo e errado?* Talvez nos filmes de Hollywood? Com os amigos no trabalho, ou no bar da esquina? Com terapeutas e psicólogos? Com professores do ensino fundamental? Mas onde *essas* pessoas aprendem a distinguir entre certo e errado?

A verdade é que, se os cristãos não se pronunciam em público a respeito daquilo que a Bíblia ensina sobre certo e errado, não há muitas outras fontes transcendentes confiáveis de conceitos éticos, fontes externas a nós mesmos e a nossos próprios sentimentos e consciência, que são subjetivos.

Esta é uma pergunta de suma importância para qualquer nação: *Se os cristãos se calarem a respeito de questões morais e éticas, de onde virão os padrões morais?*

Como cristãos, temos de nos lembrar de que o mundo inteiro está envolvido numa tremenda batalha espiritual. Há forças demoníacas, forças de Satanás, que tentam se levantar contra os propósitos de Deus e provocar males e destruição em todo ser humano que Deus criou à sua imagem. Essas forças procuram destruir todas as sociedades humanas e todas as nações. "Sabemos que somos de Deus e que o mundo inteiro jaz no Maligno" (1Jo 5.19).

Portanto, se pastores e membros de igreja disserem: "Não vou me pronunciar a respeito das questões éticas e morais que enfrentamos como nação", surgirá um vácuo moral e não tardará para que os maiores adversários do evangelho, Satanás e seus demônios, preencham esse vácuo e influenciem todas as decisões de modo contrário aos padrões bíblicos. E, se isso acontecer, governos ao redor do mundo usarão cada vez mais seu grande poder para calar a igreja. Dirão, com efeito, que os cristãos e as igrejas devem "deixar seu cristianismo homofóbico, misógino, opressor, aterrorizante, intolerante e militarista fora de nossa vida, de nossas escolas, dos *campi* de nossas universidades, de nossas estações de rádio e de televisão, de qualquer parte do governo, de nossos bairros tranquilos, onde jamais conseguirão permissão para construir mais igrejas; mantenham essa religião que semeia discórdias trancada em suas casas!".

Essa será a fonte de padrões morais se os cristãos permanecerem calados.

(Li o parágrafo anterior em voz alta numa aula da pós-graduação em que discutíamos esse assunto e um dos alunos comentou de imediato: "Isso não é alarmismo extremado? Claro que as pessoas não usarão essa linguagem colérica para expressar oposição ao cristianismo!". Outro aluno da turma, envolvido havia muitos anos numa empreitada para exercer

influência cristã sobre o governo civil, retrucou: "É exatamente esse o tom das mensagens de e-mail que recebo com frequência". Pouco tempo atrás, quando um aluno do Los Angeles City College se pronunciou, durante uma apresentação para toda a classe, sobre sua fé cristã e seu apoio ao casamento como união entre um homem e uma mulher, o professor interrompeu sua fala e o chamou, na frente de todos os outros alunos, de "fascista mau-caráter". Recusou-se a avaliar a apresentação e disse ao aluno: "Peça para Deus lhe dar sua nota". Quando o rapaz se queixou à diretoria, o professor tentou convencê-los a expulsar esse aluno da faculdade.)[14]

Logo, por vários motivos, estou convencido de que é certo os cristãos procurarem exercer influência cristã expressiva sobre governos civis. É certo cristãos se pronunciarem em público e dizerem: "É isto que a Bíblia diz sobre a finalidade do governo" e "É isto que a Bíblia diz sobre padrões morais para a conduta humana".

Quando isso acontecer, pode ser que outros cristãos respondam: "Não, a meu ver o ensino bíblico se aplica de outro modo à questão da guerra (ou a leis sobre o aborto ou sobre a união entre indivíduos do mesmo sexo etc.). Haverá, então, uma discussão saudável, algo extremamente positivo numa sociedade livre. Por fim, surgirá um consenso crescente entre os cristãos evangélicos, às vezes em pouco tempo, às vezes num período mais longo. Então, outros membros da sociedade, sejam eles cristãos ou não, terão de decidir se consideram essa postura cristã (por exemplo, quanto à proteção das crianças ainda não nascidas) convincente ou não.

Esse tipo de diálogo é proveitoso numa sociedade onde há liberdade de expressão. É possível que os cristãos nem sempre consigam persuadir a maioria da sociedade; sem dúvida vencerão algumas discussões e perderão outras. Mas, com o passar do tempo, a visão de uma influência cristã

expressiva resultará em muitas mudanças para melhor nas sociedades e nos governos. Sempre foi assim, e a influência cristã resultou em mudanças extraordinárias, como a abolição da escravidão, a ênfase sobre a alfabetização universal e sobre o livre acesso ao ensino, leis que protegem crianças, leis que protegem trabalhadores de indústrias e leis que protegem as mulheres de abusos.

Como argumentamos anteriormente, esse tipo de influência cristã expressiva sobre o governo: 1) não é imposição; 2) não é permanecer em silêncio; 3) não é retirar-se do governo; 4) não é dedicar-se exclusivamente ao evangelismo; 5) nem é esperar que o governo salve a sociedade. É simplesmente ser fiel ao ensino bíblico sobre como o cristão deve influenciar para melhor o governo civil.

I. A RESPONSABILIDADE DOS PASTORES DE ENSINAR SOBRE QUESTÕES POLÍTICAS

Talvez alguns pastores que estão lendo este texto pensem: "Entendo a necessidade de *alguns* cristãos se pronunciarem em público a respeito desses assuntos, especialmente no caso daqueles que sentem um chamado de Deus para se envolver no processo político. Isso não significa, porém, que vou *pregar* de púlpito sobre essas questões! Seria polêmico demais. Além disso, há pessoas de diferentes posições políticas em nossa igreja e não quero me indispor com nenhuma delas! Pregar sobre política gera muita divisão!

Eis minha resposta:

1. É ótimo esses pastores reconhecerem que Deus chama pessoas para tarefas diferentes na obra geral de seu reino. Creio que Deus chama alguns para se envolverem *profundamente* com o processo político, talvez a ponto de

se candidatarem a um cargo. Chama outros para um envolvimento político *moderado*, como dedicar tempo a escrever e fazer campanha em favor de determinadas propostas e candidatos. Chama outros ainda para formarem organizações paraeclesiásticas, que têm muito mais liberdade que as igrejas para dedicar a maior parte de seus esforços (se assim o desejarem) a determinadas questões políticas (como a proibição do aborto e a defesa do casamento conforme os padrões bíblicos).

Deus chama outros ainda para um envolvimento político *superficial*, pois deseja que eles se dediquem a cantar no coral da igreja, ou a ajudar no trabalho com os jovens, ou a lecionar na escola dominical, ou a liderar grupos de estudo bíblico nos lares, e assim por diante. É necessário reconhecer que Deus chama os cristãos a se dedicarem a uma grande variedade de ministérios. (Cf. 1Co 12.12-31, quando Paulo compara os diferentes dons dos membros da igreja às diferentes partes do corpo humano, como o pé, ou o olho, ou a orelha, cada um com funções distintas, mas todos essenciais para o devido funcionamento do corpo.) Cristãos que dedicam tempo considerável à política e cristãos que dedicam pouco tempo à política devem respeitar os dons e chamados uns dos outros e ser gratos por eles. Todos nós podemos fazer o bem em áreas diferentes da vida.

2. Ainda assim, creio que os pastores têm a responsabilidade específica de pregar e ensinar com base na Bíblia a respeito de pelo menos *algumas* questões que afetam as leis, o governo e a política. Afinal, esses assuntos fazem parte do ensino da palavra de Deus.

Entendo que alguns desses assuntos são "controversos". Desejo enfatizar que *os pastores precisarão de muita sabedoria* para fazer distinção entre assuntos políticos sobre os quais podem dizer: "Há uma postura bíblica inequívoca a esse respeito" e outros temas em que é mais prudente dizer:

"Sei que podem existir diferenças de opinião legítimas entre os cristãos quanto a esta questão" (por exemplo, alguns anos atrás, evangélicos de expressão discordaram entre si quanto à proposta de os Estados Unidos conferirem à China o *status* comercial de "nação mais favorecida")[15]. Também haverá assuntos em que o pastor dirá: "Devemos todos concordar com o *objetivo* (por exemplo, ajudar os pobres). Temos liberdade, porém de discordar dos *melhores meios para alcançar esse objetivo* (por exemplo, diferentes combinações de subsídios do governo, cursos profissionalizantes, políticas fiscais, organizações beneficentes do setor privado e incentivos para empresas)". Quanto a outras questões ainda, talvez o pastor diga: "Há controvérsia a esse respeito, não quanto ao *resultado* que devemos buscar (por exemplo, preservar a terra como bom lugar para os seres humanos viverem), mas quanto aos *fatos relevantes* (por exemplo, se a atividade humana tem contribuído de modo considerável para as diferenças na temperatura da terra)".

Mesmo frases simples como essas, vindas do pastor, podem ajudar os membros a entender o outro lado e situar as questões num contexto em que haja espaço para mais diálogo saudável. O pastor também pode ajudar os membros da igreja a conversar pessoalmente sobre esses assuntos de maneira que demonstrem respeito pela outra pessoa e preservem as amizades, mesmo quando houver diferenças políticas. Os pastores devem sempre buscar a direção de Deus e o conselho dos presbíteros (ou dos diáconos, ou do conselho da igreja) em vez de surpreender a igreja com essas questões ou se apressar em fazer um sermão irrefletido e imprudente a respeito de um tema político.

Desejo, contudo, enfatizar o seguinte: o simples fato de um assunto ser "controverso" não exime os pastores da responsabilidade de pregar sobre ele

e (por vezes) não exime a igreja da responsabilidade de se posicionar a respeito dele. O apóstolo Paulo não se contentou em pregar apenas sobre alguns dos ensinamentos da palavra de Deus. Não se contentou em pregar sobre temas fáceis e evitar os assuntos polêmicos. Antes, ele se considerava responsável diante de Deus por pregar tudo o que a Bíblia ensina. Quando Paulo se reuniu com os presbíteros da igreja em Éfeso e resumiu seu ministério de três anos em meio a eles, disse: "Portanto, no dia de hoje, eu vos afirmo que estou limpo do sangue de todos. *Porque* não deixei de vos anunciar todo o propósito de Deus" (At 20.26,27).

Paulo afirmou que havia cumprido fielmente sua responsabilidade diante de Deus. Não tinha evitado assunto algum só porque não era o que todos queriam ouvir. A palavra "porque" na declaração de Paulo a esses presbíteros indica que sua inocência diante de Deus quanto ao teor de seu ensino estava atrelada ao fato de ele não ter evitado os assuntos impopulares.

Se Paulo tivesse se mostrado temeroso e, portanto, tivesse deixado de ensinar à igreja em Éfeso os padrões bíblicos segundo os quais adultério, sexo antes do casamento e conduta homossexual são errados, e se os jovens da igreja tivessem se envolvido com algum desses pecados porque Paulo não lhes havia ensinado a esse respeito, ele não poderia ter dito "estou limpo do sangue de todos". Ele teria uma parcela de responsabilidade diante de Deus pelo pecado desses indivíduos cheios de dúvidas aos quais ele não havia ensinado os padrões bíblicos.

Se os ensinamentos da Bíblia a respeito do governo civil e dos padrões morais de Deus fazem parte de "todo o propósito de Deus", por certo os pastores têm a responsabilidade de ensinar sua igreja a esse respeito.

3. Quanto à ideia de que temas políticos "geram divisão", um pastor precisará de sabedoria para distinguir entre as questões de caráter

claramente bíblico, nas quais aqueles que discordam dele simplesmente não concordam com o que a Bíblia ensina, e questões de caráter mais difícil, nas quais aqueles que discordam dele simplesmente avaliam os fatos relevantes e o que a Bíblia ensina de maneira diferente.

Ocorrem-me dois exemplos recentes. Em novembro de 2008, houve um plebiscito no estado de Arizona para emendar a Constituição do estado de modo a declarar que o casamento só pode se dar entre um homem e uma mulher. De púlpito, nosso pastor explicou a questão resumidamente e disse à igreja: "É importante que vocês votem em favor dessa emenda". Se alguém tivesse discordado, provavelmente seria por não concordar com a definição bíblica de casamento. A meu ver, só porque alguns membros discordam, o pastor não deve concluir que pregou algo de errado.

Em contrapartida, há assuntos em relação aos quais não convém que o pastor se posicione publicamente. Por exemplo, uma questão atual nos Estados Unidos diz respeito à taxa de juros que o Federal Reserve Board [conselho financeiro do Banco Central americano] deve cobrar sobre empréstimos para outros bancos e como essa taxa afeta a inflação, o crescimento econômico e o câmbio do dólar em relação a moedas estrangeiras. A maior parte da questão gira em torno dos resultados de diferentes políticas, e não de um ensino das Escrituras. Em minha opinião, portanto, nenhum pastor deve defender, de púlpito, determinada taxa de juros.

É necessário critério em relação a cada questão, bem como a capacidade de distinguir entre ensinamentos inequívocos das Escrituras e áreas controversas que envolvem fatos relevantes do presente. Em alguns casos, a aplicação correta das Escrituras talvez não esteja muito clara e o pastor decida que é melhor não pregar sobre o assunto.

Em todos os casos, porém, a pergunta decisiva não deve ser: "As pessoas concordarão comigo?", mas sim: "O que as Escrituras ensinam e como posso transmitir esses ensinamentos fielmente aos membros de minha igreja?". É uma questão de fidelidade a Deus e à sua palavra, e não simplesmente de evitar divisões na igreja a todo custo.

4. Pastores precisam evitar uma ênfase excessiva sobre a política. Os cristãos vão à igreja com o coração faminto por adoração, comunhão e alimento espiritual. Precisam ouvir "todo o propósito de Deus" (At 20.27). Isso deve incluir alguns sermões sobre a Bíblia e questões políticas relevantes, mas também deve incluir os ensinamentos do restante da Bíblia! Se o pastor sente um chamado de Deus para dedicar a maior parte de seu tempo de trabalho a questões políticas, deve considerar envolver-se com uma organização paraeclesiástica voltada exclusivamente para essa área e deixar que outra pessoa pastoreie a igreja.

J. AS OBRIGAÇÕES DE TODOS OS CIDADÃOS CRISTÃOS

1. A obrigação de se informar e votar

Creio que todo cidadão cristão que vive numa democracia tem, no mínimo, a obrigação de ser bem-informado e de votar nos candidatos e nas propostas mais coerentes com os princípios bíblicos. A oportunidade de ajudar a escolher o tipo de governo que teremos faz parte do papel de *despenseiros* que Deus confia aos cidadãos numa democracia, um papel que não devemos menosprezar e do qual não devemos descuidar. Isso significa, no mínimo, que os cristãos são responsáveis por informar-se a respeito de questões importantes de modo a poder votar de forma consciente.

Um bom modo de se informar melhor é discutir as principais questões em pequenos grupos na igreja. Um novo recurso em inglês proveitoso para esse fim, com citações de passagens bíblicas importantes, palavras de líderes políticos famosos do passado e do presente e perguntas para discussão, é o livro de Hugh Hewitt, *The Good and Faithful Servant: a Small Group Study of Politics and Government for Christians* [Servo bom e fiel: um estudo para pequenos grupos cristãos acerca de política e governo].[16]

2. Temos alguma outra obrigação além de votar?

Além disso, peço que todo cristão norte-americano reflita se tem uma obrigação maior do que apenas votar. (Pode-se fazer a mesma pergunta a cristãos de outros países.) A questão é se parece moralmente correto *receber grandes benefícios de um país e não dar praticamente nada em troca*. As grandes liberdades das quais os cidadãos dos Estados Unidos desfrutam só se concretizaram graças a grandes sacrifícios de milhões de outros norte-americanos. Os indivíduos que assinaram a Declaração de Independência sabiam que estavam se declarando publicamente culpados de traição contra a Inglaterra e sabiam que estariam sujeitos à pena de morte e ao confisco de todos os seus bens, caso os ingleses os capturassem ou derrotassem.[17] Também não tinham certeza absoluta de que venceriam a guerra contra a nação que, na época, era a mais poderosa da terra. Portanto, a última linha da Declaração de Independência diz: "E para apoio desta Declaração, confiando plenamente na proteção da divina Providência, empenhamos mutuamente nossa vida, os nossos bens e a nossa honra sagrada".[18]

Os Estados Unidos pagaram um alto preço para se tornarem independentes da Inglaterra. Cerca de 4.500 norte-americanos morreram na Guerra da Independência. Guerras posteriores custaram ainda mais caro.

Na Guerra de Secessão, embora a nação tenha sido preservada como uma União, 550 mil norte-americanos morreram. Cerca de 116 mil perderam a vida na Primeira Guerra Mundial; 405 mil na Segunda Guerra Mundial; 36 mil na Guerra da Coreia; e 58 mil na Guerra do Vietnã. Mais de 4 mil morreram na Guerra do Iraque e mais de 550 na Guerra do Afeganistão (até meados de 2008).[19] O número de feridos foi igual ou maior ao de combatentes mortos nessas guerras.

Essas centenas de milhares de homens (e muitas mulheres também) *sacrificaram a vida* para proteger sua nação e preservar as liberdades que temos hoje. *É certo simplesmente desfrutar essas liberdades sem dar coisa alguma em troca a nosso país?* Será que não devemos atentar para as palavras de Abraham Lincoln no encerramento de seu Discurso de Gettysburg, em 1863, enquanto visitava o campo de batalha em que mais de 6.650 soldados haviam morrido e mais de 29 mil tinham sido feridos?[20] À luz do sacrifício deles, seu desafio foi:

> Antes, cumpre a nós dedicarmo-nos à importante tarefa que temos pela frente — que estes mortos veneráveis nos inspirem maior devoção à causa pela qual deram a última medida transbordante de devoção — que todos nós aqui presentes solenemente admitamos que esses homens não morreram em vão — que esta nação, com a graça de Deus, renasça em liberdade — e que o governo do povo, pelo povo e para o povo jamais desapareça da face da terra.[21]

Se tantos deram *a própria vida* para proteger e preservar esta nação, acaso nós, que recebemos tão grandes benefícios desse sacrifício, não temos a obrigação de fazer algo além de simplesmente votar? Não devemos participar, pelo menos em certa medida, dedicando recursos financeiros ou

tempo para apoiar candidatos ou propostas específicas? Ou escrevendo cartas ou ajudando a distribuir material impresso? Ou mesmo nos candidatando para uma função pública ou nos alistando nas Forças Armadas? Não é apropriado que todos nós façamos pelo menos *alguma coisa* para proteger e preservar esta nação além de simplesmente votar?

K. AS IGREJAS E AS DIRETRIZES ELEITORAIS

Embora a lei proíba a realização de campanhas eleitorais dentro de igrejas,[22] existem meios de ensinar sobre as questões morais em jogo numa eleição sem mencionar candidatos específicos ou mesmo partidos. Pode-se dizer apenas: "O partido A (ou candidato A) adota esta posição" e "o partido B (ou candidato B) adota esta posição" e deixar que os membros da igreja se informem a respeito de qual partido ou candidato defende essas ideias.[23]

L. CONCLUSÃO

Por vários motivos, portanto, fica evidente que os pastores têm certa responsabilidade de pregar e ensinar a respeito das questões morais relevantes que estão em jogo a cada eleição. Devem usar de sabedoria (e consultar os presbíteros ou o conselho da igreja) ao decidir quais questões são abordadas pelos preceitos morais e pelos ensinamentos das Escrituras a respeito do governo civil e, então, instruir a igreja fielmente a respeito dessas questões.

Ademais, os cristãos têm, no mínimo, a obrigação de ser bem-informados e votar de forma consciente. Creio, ainda, que os cristãos devem considerar seriamente se Deus os está chamando a fazer algo mais, talvez

sacrificar uma parte significativa de seu tempo, de seus esforços ou de seus recursos financeiros a fim de ajudar a influenciar para melhor o governo de seu país.

---

[1] "The Good Book of Few Answers", Op-ed. (16 de junho de 1998), grifo nosso.

[2] Estes são alguns dos livros-textos usados com mais frequência para tratar de ética evangélica: John Jefferson Davis, *Evangelical Ethics*, 3. ed., Phillipsburg: P & R, 2004; John Feinberg e Paul Feinberg, *Ethics for a Brave World*, Wheaton: Crossway, 1993; John Frame, *The Doctrine of the Christian Life*, Phillipsburg: P & R, 2008; Scott Rae, *Moral Choices*, 3. ed., Grand Rapids: Zondervan, 2009. Outra obra, esta com um ponto de vista pacifista, é Glen Stassen e David Gushee, *Kingdom Ethics*, Downers Grove: InterVarsity Press, 2003.

[3] Um recurso para interpretação, que reúne em um só volume contribuições de 95 estudiosos evangélicos, é a *ESV Study Bible*, Wheaton: Crossway, 2008. As notas interpretativas das passagens às quais Wilson se refere fornecem respostas bem diferentes e, a meu ver, bem mais sérias, para as questões que Wilson levanta. Cf. também os textos sobre ética bíblica e interpretação da Bíblia nas p. 2535–65 dessa obra. Os livros-textos de ética citados na nota anterior também fornecem estudos sérios e academicamente competentes sobre esses assuntos.

[4] Muitas dessas passagens já foram mencionadas na p. 45, porém sem comentários mais detalhados em relação à segunda visão, de acordo com a qual o governo deve excluir a religião.

[5] "A função de copeiro do rei era um cargo elevado e quem o ocupava tinha acesso frequente ao rei", *ESV Study Bible*, Wheaton: Crossway, 2008, p. 825.

[6] Albert L. Winseman, "U.S. Evangelicals: How Many Walk the Walk?", *Gallup.com* (31 de maio de 2005), disponível em: <www.gallup.com/poll/16519/US-Evangelicals-How-Many-Walk-Walk.aspx>.

[7] *The Institutes of Biblical Law*, Phillipsburg: Presbyterian & Reformed, 1973.

[8] *Theonomy in Christian Ethics*, Nutley: Craig Press, 1979.

[9] *The Shadow of Christ in the Law of Moses*, Phillipsburg: P & R Publishing, 1991, p. 311–61.

[10] *The Doctrine of the Christian Life*, Phillipsburg: P & R Publishing, 2008, especialmente p. 217–24, 957–76.

[11] New York: W. W. Norton, 2007.

[12] "Why Evangelicals Should Support Mitt Romney", in: *Townhall.com* (18 de outubro de 2007).

[13] Resultados: South Carolina, disponível em: <www.cnn.com/ELECTION/2008/primaries/results/state/#SC>.

[14] Queixa registrada em *Lopez versus Candaele*, U.S. District Court for the Central District of California (11 de fevereiro de 2009). Cf. www.alliancedefensefund.org/UserDocs/LopezComplaint.pdf.

[15] Nas palavras de M. Fogiel, "pode-se dizer que a cláusula da nação mais favorecida é a concordância de que nenhum membro do GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] será tratado pior do que a "nação mais favorecida" — na verdade, em nenhuma importação realizada por país-membro poderá ser cobrada uma tarifa maior do que a realizada por qualquer outro país-membro, salvo exceções especiais". Fogiel, M. *The Economics Problem Solver*. 1. ed., New Jersey: Research and Education Association, 1980, p. 875 [N. do E.].

[16] Nashville: Townhall Press, 2009.

[17] Pauline Maier, *American Scripture: Making the Declaration of Independence*, New York: Alfred A. Knopf, 1998, p. 59, 118, 125, 147, 152.

[18] Declaração de independência, adotada em 4 de julho de 1776, disponível em: <www.archives.gov/national_archives_experience/charters/declaration_transcript.html>.

[19] "Fact Sheet: America's Wars", Department of Veterans Affairs (novembro de 2008), disponível em: <www1.va.gov/opa/fact/amwars.asp>.

[20] Cf. http://gburginfo.brinkster.net/Casualties.htm.

[21] Discurso de Gettysburg, pronunciado por Abraham Lincoln em 19 de novembro de 1863.

[22] De acordo com a Lei 9.504/97 e o artigo 13 da resolução 22.718/2008, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a propaganda eleitoral é proibida nos templos religiosos e prédios anexos, seja ela feita através de meio impresso ou verbal. A desobediência a essa determinação pode resultar em multa.

[23] Para um exemplo de um sermão que preguei pouco antes das eleições presidenciais de 2004, no qual discuti seis questões, mas não mencionei nomes de candidatos nem de partidos políticos, cf. "The Bible and the Election (2004)", disponível em: <www.phoenixseminary.edu/>, na seção Wayne Grudem—Publications.

capítulo 3

PRINCÍPIOS BÍBLICOS A RESPEITO DO GOVERNO

O que a Bíblia como um todo ensina a respeito do governo civil? Qual é a origem do conceito de governo? Qual deve ser a finalidade do governo? De que maneira devem-se escolher os governos? Qual é o melhor tipo de governo? Quais são as responsabilidades dos governantes?

Neste capítulo procuro responder a essas e outras perguntas. As primeiras seções mostram que o próprio Deus instituiu o governo civil para beneficiar as sociedades humanas. As seções posteriores mostram as limitações impostas aos governos e alguns valores específicos que estes devem promover.

A. OS GOVERNOS DEVEM PUNIR O MAL E INCENTIVAR O BEM

1. Base veterotestamentária

a. Gênesis 9.5,6

A primeira indicação de que Deus instituiu o governo civil na sociedade humana se encontra no início da história de Gênesis, logo depois do Dilúvio, quando Noé e sua família saíram da arca. Nessa ocasião, Deus disse

que exigiria um pagamento pelo crime de homicídio e que essa exigência seria imposta por outro ser humano:

> Certamente cobrarei o vosso sangue, o sangue da vossa vida; eu o cobrarei de todo animal, como também do homem; sim, *cobrarei da mão de cada um* a vida do seu próximo.
>
> Quem derramar sangue de homem, terá o seu sangue derramado pelo homem, porque Deus fez o homem à sua imagem (Gn 9.5,6).

Aqui, Deus indica que o crime de homicídio (expresso pela imagem bíblica de "derramar sangue") seria pago com a vida do próprio criminoso: "… terá o seu sangue derramado pelo homem".

O texto não fornece mais detalhes sobre o governo civil. Quando, porém, Deus disse essas palavras a Noé, instituiu a obrigação de aplicar o castigo mais severo de todos (tirar a vida de uma pessoa) como retribuição pelo crime mais horrível de todos (o homicídio). *Uma vez estabelecido esse princípio*, a imposição de penas *menores* para crimes *menores* também é legitimada, visto que, se o governo tem o direito de aplicar o castigo mais severo de todos, então certamente também tem o direito de aplicar castigos menos severos para crimes menores. (Por exemplo, nas leis em Êxodo e Deuteronômio, várias penas são definidas para governar o povo de Israel.)

Essa ordem é de grande relevância para nós no século 21, pois foi dada a Noé muito antes do estabelecimento do povo de Israel como descendência de Abraão (começando em Gênesis 12) ou do estabelecimento de Israel como nação distinta (começando com o êxodo do Egito em Êx 12.33-42, a travessia do mar Vermelho em Êxodo 14 e a assembleia de todo o Israel no Monte Sinai em Êxodo 19—20). As ordens a Noé em Gênesis 9 foram dadas *no início do reestabelecimento da sociedade humana*, depois que Deus

destruiu todos, exceto a família de Noé, com as águas do Dilúvio. Portanto, uma interpretação bíblica criteriosa não limitará os princípios de Gênesis 9.5,6 apenas ao período do Antigo Testamento ou à nação de Israel, pois nenhuma dessas limitações é imposta pelo contexto em que se encontram as declarações. Os princípios em questão são relevantes para toda a raça humana em todas as épocas.

b. A anarquia é um mal extremamente destrutivo

Outra passagem do Antigo Testamento reforça a necessidade de o governo refrear o mal, pois mostra que, quando não há governo, ou quando o governo é tão fraco que não consegue impor as leis, os resultados são terrivelmente destrutivos. Os relatos em Juízes 18—25 abrangem alguns dos pecados mais horríveis registrados em toda a Bíblia. Pode-se ver nessas passagens os resultados assustadores da *anarquia*, situação em que não há um governo efetivo, pois "naquela época, não havia rei em Israel; cada um fazia o que lhe parecia certo" (Jz 17.6; cf. 18.1; 19.1; 21.25).

A narrativa trágica de Juízes mostra com detalhes horrendos por que seres humanos corrompidos precisam tão encarecidamente do governo civil. Quando não há governante, pessoas pecadoras criam sua própria moralidade e, em pouco tempo, começam a fazer umas às outras coisas terríveis. Quando não há autoridade governamental para deter os perversos, o mal se propaga.

c. Os governos devem fazer justiça e defender os fracos

Outra forma de tratar da necessidade de castigar o mal e recompensar o bem é falar sobre "imposição da justiça", e, neste caso, "justiça" quer dizer

governar conforme os padrões justos das leis de Deus. O rei que faz justiça castiga quem pratica o mal e protege e recompensa quem pratica o bem.

Em Salmos, encontramos estas palavras de Deus aos governantes terrenos:

> Até quando julgareis injustamente e favorecereis os ímpios? […] Fazei justiça *ao pobre e ao órfão*; procedei com retidão para com o aflito e o desamparado. Livrai o pobre e o necessitado, livrai-os das mãos dos ímpios (Sl 82.2-4).

Esta declaração enfatiza que: 1) os governantes devem julgar com imparcialidade e retidão, sem favorecer uma das partes, mas conforme a lei e os fatos de cada caso; 2) devem dar atenção especial à defesa do "pobre" e do "órfão", e por implicação, daqueles que não têm poder para se defender; e 3) devem usar seu poder para impedir os "ímpios" de fazer mal a outros, especialmente ao "pobre" e ao "necessitado".

Uma passagem semelhante em Daniel ensina a mesma coisa. Daniel aconselha o rei Nabucodonosor a "[praticar] a justiça" e a "[usar] de misericórdia com os pobres", como Deus quer (Dn 4.27).

d. Os governos devem aplicar os castigos sem demora para refrear a criminalidade

Uma passagem em Eclesiastes reforça a importância das punições civis para refrear o mal na sociedade: "O coração dos homens está inteiramente disposto a praticar o mal porque não se executa logo o castigo sobre os crimes" (Ec 8.11).

2. Ensinamentos semelhantes no Novo Testamento

a. Romanos 13.1-7

O Novo Testamento complementa e reforça os princípios de Gênesis 9 a respeito da autoridade para punir o mal. A passagem mais longa é Romanos 13.1-7:

> Todos devem sujeitar-se às autoridades do governo, *pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram ordenadas por ele*. Por isso, quem recusa sujeitar-se à autoridade opõe-se à ordem de Deus, e os que fazem isso trarão condenação sobre si mesmos. Porque os governantes não são motivo de temor para os que fazem o bem, mas sim para os que fazem o mal. Não queres temer a autoridade? Faze o bem e receberás o louvor dela. *Porque ela é serva de Deus para o teu bem*. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não é sem razão que ela traz a espada, *pois é serva de Deus e agente de punição de ira contra quem pratica o mal*. Por isso é necessário sujeitar-se a ela, não somente por causa da ira, mas também por causa da consciência. Por essa razão também pagais imposto; *porque eles são servos de Deus*, para atenderem a isso. Dai a cada um o que lhe é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra.

Esta passagem nos mostra várias coisas a respeito do governo:

1) As autoridades que exercem poder governamental foram ordenadas por Deus (v. 1,2). Essa ideia é confirmada pela declaração de Jesus a Pilatos: "Nenhuma autoridade terias sobre mim, se do alto não te fosse dada" (Jo 19.11).

2) Os governantes civis são "motivo de temor […] para os que fazem o mal" (v. 3), o que significa que refreiam o mal por meio de ameaças de

castigo nos casos de má conduta. Esse conceito se harmoniza com o que é ensinado em Gênesis 9.5,6.

3) As autoridades dão sua aprovação ou "louvor" (grego *epainos*, "aprovação, reconhecimento, louvor") àqueles que fazem o bem (v. 3). Além disso, a autoridade civil "é serva de Deus para o teu bem". Esses versículos indicam que o governo tem o papel de promover o bem geral da sociedade. Deve não apenas castigar a má conduta, mas também incentivar e recompensar a boa conduta, que contribui para o bem da sociedade.

Entre os exemplos de situações em que o governo promove o bem geral, podemos citar a criação de áreas de recreação e parques, mantidos com dinheiro dos impostos, onde famílias podem fazer piqueniques e times esportivos podem treinar e competir. Essa responsabilidade de promover o bem também justifica a isenção de impostos conferida a igrejas, com base na ideia de que as igrejas em geral são boas para a sociedade e contribuem para o bem-estar dos cidadãos. O mesmo princípio fornece base para que o governo incentive o casamento por meio de certos privilégios legais e benefícios econômicos.

4) Os funcionários do governo servem a Deus. Paulo diz que os governantes são servos de Deus "para o teu bem" (v. 4; cf. v. 6).

Logo, devemos considerar que os funcionários do governo estão servindo a Deus quando castigam o mal e promovem o bem, quer eles mesmos tenham consciência disso quer não. Essa passagem é forte corroboração para a ideia de que devemos ver o governo civil como uma dádiva de Deus, algo que nos traz grandes benefícios. Embora indivíduos e governos possam vir a praticar o mal, *o governo civil em si, como instituição*, é algo muito bom, um benefício proveniente da sabedoria e do amor infinitos de Deus.

5) Os funcionários do governo fazem o "bem" quando realizam seu trabalho. Paulo diz que a autoridade governamental "é serva de Deus para o teu *bem*" (v. 4). Portanto, em geral, devemos considerar as atividades do governo ao recompensar o bem e castigar o mal como algo "bom", conforme a Palavra de Deus. Temos aqui mais um motivo para ser gratos a Deus pelo governo civil.

Isso não significa, porém, que devemos considerar bom *tudo* o que um governante faz! João Batista repreendeu Herodes "por todos os *males* que fizera" (Lc 3.19). Daniel disse a Nabucodonosor: "Abandona teus pecados, praticando a justiça" (Dn 4.27). O Antigo Testamento traz diversos relatos de reis que fizeram "o que era mau perante o SENHOR" (1Rs 11.6 etc.). Portanto, é apropriado dizer que os governantes fazem o "bem" quando cumprem suas responsabilidades com justiça e imparcialidade, segundo os princípios de Deus para o governo.

6) As autoridades governamentais executam a ira de Deus sobre os malfeitores e, desse modo, aplicam a *punição*, como fica evidente na declaração de Paulo de que "não é sem razão que [a autoridade] traz a espada". Antes, como "serva de Deus", ela é "*agente de punição* de ira contra quem pratica o mal" (v. 4). O significado do termo grego *ekdikos*, empregado aqui, é justamente este: "agente de punição". Essa ideia é reforçada pelas outras formas de uso do termo (p. ex., em 1Ts 4.6, "vingador"), do verbo relacionado *ekdikeō* ("aplicar a pena apropriada para o crime cometido, punir, vingar-se de", como em Ap 6.10; 19.2), bem como do substantivo relacionado *ekdikēsis* ("vingança, punição", em At 7.24; Rm 12.19; 2Ts 1.8; Hb 10.30).

Isso indica que o propósito da punição civil é *não apenas evitar outros casos de má conduta*, mas também *executar a ira de Deus sobre a má conduta*, o

que inclui a aplicação de um *castigo*, ou seja, algo que provoque dor ou dificuldade para o malfeitor e seja apropriado para o crime cometido. Por isso Paulo diz que a autoridade governamental é "*agente de punição de ira* contra quem pratica o mal" (v. 4).

Trata-se de um fato importante, especialmente quando associado a Romanos 12.19, uma declaração que aparece apenas três versículos antes de Paulo começar a falar sobre o governo civil em Romanos 13.1. (No texto em grego, como Paulo o escreveu, não há divisão de capítulos e versículos, de modo que esse trecho fica muito próximo da passagem à qual hoje nos referimos como Romanos 13.). Paulo diz: "Amados, não vos vingueis a vós mesmos, mas dai lugar à ira de Deus, pois está escrito: A vingança é minha; eu retribuirei, diz o Senhor" (Rm 12.19).

Embora Paulo instrua os cristãos a não buscarem a *vingança pessoal* quando alguém lhes fizer mal, também diz que devem permitir que o malfeitor seja castigado pela "ira de Deus". Apenas algumas frases adiante (em Rm 13.4), ele explica que "a ira" de Deus contra os malfeitores é executada pelo governo civil quando este aplica a punição. Logo, geralmente é certo os cristãos pedirem ao governo civil que faça justiça quando alguém os prejudica. Na vida aqui na terra, o governo civil é o meio estabelecido por Deus para fazer justiça nesses casos.

b. 1Pedro 2.13,14

Pedro, em sua epístola, considera o papel do governo de modo semelhante: "Sujeitai-vos a toda autoridade humana por causa do Senhor, seja ao rei, como soberano, seja aos governadores, como por ele enviados para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem" (1Pe 2.13,14).

Pedro, assim como Paulo, começa com a ordem para que seus leitores se sujeitem a autoridades humanas, como reis ou governadores. Também diz que as autoridades devem refrear a má conduta e elogiar e incentivar a boa conduta, pois é sua função "*punir os praticantes do mal* e *honrar os que fazem o bem*" (v. 14). Não deixa explícita a ideia de que o governo foi instituído por Deus, mas a sugere quando diz que os cristãos devem sujeitar-se a toda instituição humana "por causa do Senhor" (v. 13). Pedro inclui explicitamente a ideia de castigo para os malfeitores quando afirma que os governantes foram "enviados para punir os praticantes do mal". ("Punir" traduz o substantivo grego *ekdikēsis*, relacionado a *ekdikos*, como vimos em Rm 13.4.) A ideia de que devem "honrar os que fazem o bem" reforça o objetivo de promover o bem comum da sociedade.

c. E quanto à ideia de "oferecer a outra face" em Mt 5.39?

Hoje em dia, alguns cristãos levantam fortes objeções à ideia de que o governo deve punir os malfeitores. Dizem que, em vez disso, o governo deve tentar corrigir as causas que levaram a pessoa a cometer o crime e culpam a sociedade muito mais que o criminoso. É comum os defensores dessa postura se valerem de Mateus 5.39: "Eu, porém, vos digo: Não resistais ao homem mau; mas a qualquer que te bater na face direita, oferece-lhe também a outra".

Será que essas palavras proíbem até mesmo o governo de castigar os malfeitores? Não quando são entendidas de modo correto.

A instrução do versículo para oferecer a outra face deve ser compreendida em seu devido contexto. Em Mateus 5.39 Jesus não se refere às *responsabilidades do governo*, mas sim a *princípios para a conduta pessoal*. Ademais, neste trecho de Mateus, Jesus não fala de requisitos absolutos que

devem ser observados em todos os casos; antes, oferece *ilustrações* concretas da conduta pessoal do cristão na maioria das situações.

Em outro exemplo, seria desobediência às Escrituras seguir em todas as situações a instrução que aparece apenas três versículos adiante: "Dá a quem te pedir e não voltes as costas a quem te pedir emprestado" (Mt 5.42). Se esse fosse um requisito absoluto, qualquer mendigo seria capaz de levar um cristão à falência ao lhe pedir cada vez mais! Contudo, a Bíblia *também* requer dos cristãos que sejam bons administradores de seus recursos. (Cf. Lc 16.10: "Quem é fiel no pouco, também é fiel no muito"; 1Co 4.2: "Além disso, o que se requer de pessoas assim encarregadas é que sejam encontradas fiéis"; e a Parábola dos Talentos, em Mt 25.14-30.)

Por esses motivos, portanto, a instrução de Jesus para oferecer a outra face não é um argumento convincente contra o uso de força ou a aplicação de punições pelo governo sobre aqueles que praticam o mal; essas duas coisas são responsabilidades do governo, ensinadas claramente em várias outras passagens das Escrituras.

d. Os governos civis existiriam mesmo em um mundo sem pecado

O governo é necessário apenas em função da presença do mal no mundo? Não creio que seja o caso. Mesmo que não houvesse mal no mundo, acredito que ainda haveria necessidade de um governo. Uma de suas responsabilidades seria *promover o bem comum* da sociedade por meio de atividades como (pelo menos numa sociedade moderna) a construção e regulamentação de estradas, a instituição de pesos e medidas padronizados, a manutenção dos registros públicos, a instituição de leis para segurança (como limites de velocidade e normas para materiais de construção), a padronização da energia elétrica e a definição de uma moeda a ser usada

para transações dentro de determinado país. Essas atividades promovem o bem comum. Encaixam-se na categoria que a Constituição dos Estados Unidos chama "promover o bem-estar geral".

B. E QUANTO ÀS LEIS DETALHADAS PARA ISRAEL FORNECIDAS EM ÊXODO A DEUTERONÔMIO?

Se os governos são responsáveis diante de Deus por punir o mal e incentivar o bem, não é apropriado que usemos as leis abrangentes dadas por Deus à nação de Israel no Antigo Testamento para entender melhor como os governos devem atuar?

Não há como fazer isso de modo direto e sem grande dificuldade, pois as leis para Israel ocupam um lugar especial na Bíblia como um todo. Eis um resumo dos motivos pelos quais essa ideia cria problemas para os intérpretes atuais.

Os livros veterotestamentários de Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio registram diversas leis dadas por Deus especificamente à nação de Israel. Elas fazem parte da "aliança mosaica", pois Deus as entregou a Moisés, que as transmitiu ao povo. (Na Bíblia, "aliança" é a relação legalmente estabelecida entre Deus e seu povo, e as leis da aliança mosaica passaram a definir essa relação a partir do tempo de Moisés.) Entender de que maneira exatamente as leis de *Israel* poderiam ser relevantes para os *governos civis seculares de hoje* é uma das questões mais complexas da interpretação bíblica por vários motivos:

1) *O lugar de Israel*: A interpretação correta das leis de Israel requer uma compreensão madura tanto do lugar que a nação de Israel ocupa na história da Bíblia como dos propósitos de Deus para Israel na história do mundo.

2) *Israel como teocracia*: A interpretação correta das leis de Israel também requer compreensão do caráter singular de Israel, que devia ser "reino de sacerdotes e nação santa" para Deus (Êx 19.6). Essa nação era uma *teocracia* governada pelo próprio Deus e, portanto, *as leis de Israel regulamentavam a vida religiosa do povo de Deus* (como os sacrifícios, as festas e o culto ao único Deus verdadeiro), bem como as questões que, em todas as eras da história, costumam ser associadas ao governo civil.

3) *O juízo final de Deus intervém na história presente*. A interpretação correta das leis de Israel requer, ainda, a compreensão de alguns exemplos incomuns nos quais o juízo divino "irrompe" subitamente na história humana. Na verdade, mesmo antes do estabelecimento de Israel como nação, há alguns casos de intervenções repentinas do juízo de Deus na história para punir de imediato a pecaminosidade humana. O relato do Dilúvio e da arca de Noé (Gn 6—9) é um exemplo desse tipo de juízo. O relato de Sodoma e Gomorra (cf. Gn 19.24-28), no qual Deus destruiu essas cidades com fogo e enxofre do céu, é outro. E a narrativa da destruição das cidades de Canaã pelo povo de Israel é ainda outro exemplo, um acontecimento singular sob a direção de Deus (cf. Dt 20.16-18; contrastar com os v. 10-15, em que esse tipo de guerra é proibido em outros casos). A guerra de conquista e destruição de Canaã foi realizada por ordem específica de Deus e fazia parte do plano para estabelecer seu povo na terra que ele havia lhes prometido. Também prefigurou o juízo divino final e absoluto sobre toda a terra. Não deve, contudo, servir de modelo para os governos civis de hoje. É historicamente singular.

4) *Aplicação extensa da pena de morte*. A interpretação correta das leis de Israel requer a compreensão de outro aspecto singular dessas leis, a saber, a imposição da pena de morte não apenas para crimes de homicídio (como

em Gn 9.5,6), mas em casos de promoção de uma falsa religião (cf. Êx 22.18,20; Lv 20.22; Dt 13.6-17), rebelião contra a autoridade familiar (cf. Êx 21.15,17; Dt 21.18-21) e pecados sexuais (Lv 20.10-14). Esses e outros exemplos da pena de morte faziam parte da identidade de Israel como "nação santa" (Êx 19.6) diante de Deus, mas isso não significa que as nações de hoje, que não são teocracias nem "nações santas" diante de Deus, devam procurar seguir esses exemplos. Na verdade, a narrativa histórica do Antigo Testamento mostra que essas leis e penas severas não foram capazes de formar um povo verdadeiramente santo, pois não mudavam o coração das pessoas (cf. Jr 31—33; Rm 8.3,4; Gl 3.21-24). As penas severas para infrações religiosas, rebelião contra a família e pecados sexuais não devem servir de norma para os governos de hoje.

5) *Conclusão*. Caso se mantenha em vista essas distinções, as leis que Deus deu a Israel podem fornecer informações úteis para a compreensão dos propósitos do governo e da natureza dos bons e dos maus governos. Em trechos adiante, procurei usar esse material de modo pensado, atentando para o contexto histórico singular em que ele ocorre. Devemos lembrar ainda que, em comparação com as leis e os costumes das nações vizinhas no Antigo Oriente Próximo, as leis que Deus deu a Israel eram um modelo extraordinário de justiça, imparcialidade, compaixão pelos pobres e oprimidos e de como a verdadeira santidade de vida pode ser praticada no quotidiano. De fato, Moisés disse ao povo de Israel: "E que grande nação há que tenha estatutos e preceitos tão justos quanto toda esta lei que hoje ponho diante de vós?" (Dt 4.8).[1]

Embora as prescrições específicas da lei mosaica em Êxodo-Deuteronômio visassem à aplicação direta sobre Israel naquela época, alguns outros trechos do Antigo Testamento não são dirigidos especificamente ao

povo judeu, mas falam de reis e governos em termos gerais. Só em Provérbios, por exemplo, o termo "rei" ocorre em 32 versículos e há outras referências em Salmos e Eclesiastes. Esses versículos trazem palavras adicionais de sabedoria sobre o governo civil aplicáveis a casos específicos.

Mas e quanto à ordem para guardar o sábado? Quando falo a respeito da influência cristã sobre o governo, por vezes alguém pergunta se os governos de hoje devem impor a ordem para não trabalhar aos sábados que encontramos nos Dez Mandamentos, em Êxodo: "Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás o teu trabalho; mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus. Nesse dia não farás trabalho algum" (Êx 20.8-10).

Há vários séculos, existem diferenças sinceras de opinião entre os cristãos acerca da aplicação desse mandamento. Para alguns, é um requisito que os cristãos ainda devem cumprir hoje e, a seu ver, é pecado contra Deus trabalhar no domingo. A meu ver, porém, o mandamento do sábado é diferente dos outros nove mandamentos no sentido de que é um resumo de todas as leis cerimoniais dadas por Deus a Israel e abrange o ano sabático, o ano do jubileu e todos os sacrifícios e ofertas que o povo de Israel devia apresentar a Deus. Considere estes ensinamentos de Paulo: "Assim, ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa de dias de festa, ou de lua nova, *ou de sábados*, os quais são sombras das coisas que haveriam de vir; mas a realidade é Cristo" (Cl 2.16,17); "Guardais *dias*, meses, tempos e anos. Temo que eu talvez tenha trabalhado inutilmente para convosco" (Gl 4.10,11).

Concluo, portanto, que a exigência de não trabalhar no sábado era uma "lei cerimonial", como as leis sobre os sacrifícios às quais não precisamos

mais obedecer. Logo, não sou a favor de que o governo crie leis que proíbam empresas de funcionar aos domingos.

Quer dizer que sou a favor de que as pessoas trabalhem sete dias por semana? Não. No tempo do Antigo Testamento, a sabedoria e o amor de Deus por seu povo se refletiam em sua dádiva generosa de um dia entre sete em que o povo de Israel não precisava trabalhar. Diante disso, parece-me uma *prática prudente* os cristãos da presente era do Novo Testamento darem o exemplo, separando um dia da semana para não trabalhar. (Talvez seja o domingo, mas para pastores e outros que trabalham no domingo talvez seja outro dia da semana.) Também é prudente os empregadores darem aos funcionários dias de folga do trabalho, pelo menos uma vez por semana (e, com frequência, duas, pois os "afazeres" pessoais muitas vezes também tomam um dia inteiro). Trata-se, contudo, de uma questão de sabedoria humana norteada pela Bíblia, e não de pecado ou de regra absoluta que jamais pode ser quebrada.

Outros cristãos discordam de meu ponto de vista sobre esse assunto e afirmam que Deus ainda exige que nunca trabalhem aos domingos. Respeito sua coragem e fé e sei que essas convicções levam alguns deles a manter suas empresas fechadas aos domingos. (Nos Estados Unidos, Chick-Fil-A e Hobby Lobby são dois exemplos de empresas grandes de comércio varejista que fecham aos domingos.) Não creio, porém, que todos os cristãos sejam obrigados a adotar essa postura e também não apoiaria leis que exigissem que todo o comércio varejista fechasse aos domingos (como costumava acontecer em várias regiões dos Estados Unidos).

Paulo escreve em sua Epístola aos Romanos, provavelmente com respeito a uma questão semelhante: "Uma pessoa considera um dia mais

importante do que outro, mas outra julga iguais todos os dias. Cada um esteja inteiramente convicto em sua mente" (Rm 14.5).

C. DEUS É SOBERANO SOBRE TODAS AS NAÇÕES E TODOS DEVEM PRESTAR CONTAS A ELE

Os trechos extensos de profecias às nações pagãs em vários dos profetas do Antigo Testamento mostram que Deus também responsabiliza as nações incrédulas por suas ações (cf. Is 13—23; Jr 46—51; Ez 25—32; Am 1—2; Obadias, escrito para Edom; Jonas, enviado a Nínive; Naum, escrito para Nínive; Hc 2; Sf 2).

Muitas outras passagens ensinam a soberania de Deus sobre a escolha e a nomeação de governantes. Deus disse ao faraó por intermédio de Moisés: "Mas, na verdade, *para isto te mantive com vida*: para te mostrar o meu poder, e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra" (Êx 9.16). Deus também predisse, por meio de Isaías, a nomeação de Ciro, rei da Pérsia, cerca de 150 anos antes de ele existir: "Que digo acerca de Ciro: Ele é meu pastor e cumprirá tudo o que me agrada […]. Assim diz o Senhor a Ciro, seu ungido, a quem tomo pela mão direita, para abater nações" (Is 44.28—45.1).[2]

A ideia de que Deus nomeia governantes é expressa em termos gerais no salmo 75: "Porque a exaltação não vem do oriente, nem do ocidente, nem do deserto. Mas Deus é quem julga; ele abate um e exalta outro" (v. 6,7).

Daniel também declara acerca de Deus: "Ele […] remove e estabelece os reis" (Dn 2.21) e "o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens e o dá a quem quer" (Dn 4.25; cf. também os v. 17,32).

D. OS GOVERNOS DEVEM SERVIR O POVO E BUSCAR O BEM DELE, E NÃO O DOS GOVERNANTES

Se a autoridade civil deve ser "serva de Deus para o teu bem" (Rm 13.4), o governo existe para benefício do povo, e não do rei, ou do imperador, ou do presidente. No Antigo Testamento, Samuel ilustrou bem esse princípio quando serviu na função de juiz. No final do exercício desse cargo, disse ao povo de Israel:

> Eu estou aqui! Testemunhai contra mim diante do SENHOR e do seu ungido. De quem tomei um boi? Ou de quem tomei um jumento? Ou a quem defraudei? Ou a quem tenho oprimido? Ou da mão de quem tenho recebido suborno para encobrir os meus olhos com ele? Se fiz uma dessas coisas, eu vos restituirei.
>
> Eles responderam: Em nada nos defraudaste, nem nos oprimiste, nem tomaste coisa alguma da mão de ninguém (1Sm 12.3,4).

Samuel advertiu o povo de que, em contraste com sua própria conduta como juiz, o rei abusaria do poder e faria exigências ao povo a fim de beneficiar a si mesmo e sua família:

> Este será o direito do rei que reinará sobre vós: ele *tomará* os vossos filhos e os porá sobre os seus carros para serem seus cavaleiros e para correrem adiante dos seus carros […] para lavrarem seus campos […]. *Tomará* as vossas filhas para serem perfumistas, cozinheiras e padeiras. *Tomará* o melhor das vossas terras, das vossas vinhas e dos vossos olivais, e o dará aos seus servos. *Tomará* o dízimo das vossas sementes e das vossas vinhas para dar aos seus oficiais e aos seus servos.

> Também *tomará* vossos servos e vossas servas […]. Tomará o dízimo do vosso rebanho; e vós lhe servireis de escravos (1Sm 8.11-17).

Esse uso do poder do governo para o enriquecimento pessoal do líder, de sua família e de seus amigos é contrário ao propósito fundamental do governo de servir o povo e é repetidamente condenado no Antigo Testamento (cf. Dt 16.19; Sl 26.10; Pv 15.27; 17.23; Is 33.15; Ez 22.12; Am 5.12; Hc 1.2-4).

Infelizmente, quanto mais poder o governo tem sem mecanismos para limitá-lo e quanto menos precisa prestar contas ao povo, maior é a probabilidade de que o governante se esqueça desse princípio e "tome" cada vez mais coisas para si, exatamente como Samuel advertiu que o rei faria.

Vemos um exemplo trágico desse abuso de poder na vida de Omar Bongo, que governou a nação africana do Gabão durante 41 anos. Em 2009, quando Bongo faleceu, o jornal londrino *Daily Telegraph* relatou que ele "considerava tudo o que havia dentro [do Gabão] sua propriedade pessoal e elevou a corrupção a um método de governo". Tomou para si uma porção considerável da riqueza proveniente do petróleo no Gabão e "era dono de 33 propriedades em Paris e Nice". Além disso, tinha 86 milhões de libras [cerca de 140 milhões de dólares] em contas em Nova York e "é provável que essas descobertas sejam apenas a ponta do iceberg; a fortuna de Bongo certamente chegava a centenas de milhões de dólares, talvez até a bilhões".[3] Infelizmente, nos países em que não há no governo uma separação efetiva de poderes, histórias como essas podem se repetir inúmeras vezes.

E. OS CIDADÃOS DEVEM SUJEITAR-SE AO GOVERNO E OBEDECER A SUAS LEIS (EXCETO EM DETERMINADAS CIRCUNSTÂNCIAS)

1. A obrigação geral de sujeitar-se ao governo civil

Visto que Deus estabeleceu o governo para refrear o mal e fazer o bem à nação, os cidadãos devem, em geral, sujeitar-se ao governo e obedecer a suas leis. Paulo escreve:

> Todos devem sujeitar-se às autoridades do governo, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram ordenadas por ele. Por isso, quem recusa sujeitar-se à autoridade opõe-se à ordem de Deus, e os que fazem isso trarão condenação sobre si mesmos (Rm 13.1,2).

De forma semelhante, Pedro diz aos cristãos:

> Sujeitai-vos a toda autoridade humana por causa do Senhor, seja ao rei, como soberano, seja aos governadores, como por ele enviados para punir os praticantes do mal e honrar os que fazem o bem (1Pe 2.13,14).

Essas passagens ensinam que o povo em geral e os cristãos em especial têm a obrigação de obedecer ao governo civil.

2. Em que ocasião é certo desobedecer ao governo civil?

Contudo, Deus não exige que as pessoas obedeçam ao governo civil quando essa obediência implica desobedecer de forma direta a uma ordem do

próprio Deus. Esse princípio é indicado por várias passagens nos trechos da narrativa bíblica.

Encontramos um exemplo claro no início da igreja. Depois de Jesus ter ordenado aos apóstolos que pregassem o evangelho (cf. Mt 28.19,20), o Sinédrio, autoridade governamental judaica, prendeu alguns deles e ordenou "que não falassem nem ensinassem em nome de Jesus" (At 4.18). Os apóstolos Pedro e João, porém, responderam: "Não podemos deixar de falar das coisas que vimos e ouvimos" (At 4.20) e, posteriormente, Pedro declarou: "É mais importante obedecer a Deus que aos homens" (At 5.29). Trata-se de uma afirmação clara do princípio de que Deus *requer que seu povo desobedeça ao governo civil nos casos em que a obediência ao governo implique desobediência direta a Deus.*

Outras passagens corroboram esse princípio. Em Daniel 3.13-27, o rei Nabucodonosor ordenou que três homens judeus, Sadraque, Mesaque e Abednego, se curvassem e adorassem uma estátua de ouro erigida por ele. Os três disseram: "Não cultuaremos teus deuses nem adoraremos a estátua de ouro que levantaste" (Dn 3.18). Deus os resgatou da fornalha de fogo, mostrando, desse modo, sua aprovação daquilo que haviam feito (v. 19-30).

Quando o faraó ordenou que as parteiras das hebreias matassem os recém-nascidos hebreus do sexo masculino, elas desobedeceram à ordem, e Deus aprovou sua decisão (cf. Êx 1.17,21). Embora fosse contra a lei qualquer um entrar na presença do rei Assuero sem ser convidado, Ester desobedeceu à lei e arriscou a vida para salvar seu povo, os judeus (cf. Et 4.16). De forma semelhante, Daniel desobedeceu à proibição de orar a Deus (cf. Dn 6.10). Quando o rei Herodes ordenou que os sábios voltassem e lhe contassem onde se encontrava o recém-nascido rei dos judeus, eles foram avisados por um anjo que não deviam acatar essa ordem, de modo que

desobedeceram ao rei Herodes e "regressaram para sua terra por outro caminho" (cf. Mt 2.8,12).

3. Em alguma situação, é correto derrubar o governo existente ou se libertar dele?

Por vezes, alguém questiona se foi certo os primeiros colonizadores norte-americanos declararem independência da Grã-Bretanha. Não foi uma falta de sujeição às autoridades governantes e, portanto, um ato de desobediência à ordem de Deus em Romanos 13?

Alguns autores cristãos defendem essa ideia. John MacArthur, por exemplo, argumenta que a rebelião contra o governo britânico e a declaração de independência foram "contrárias aos ensinamentos e injunções de Romanos 13.1-7". Portanto, MacArthur diz: "Na verdade, os Estados Unidos nasceram de uma transgressão de princípios do Novo Testamento, e quaisquer bênçãos que Deus tenha concedido ao país lhe foram conferidas a despeito da desobediência dos Pais Fundadores".[4]

Na época da Revolução Norte-Americana, muitos cristãos concordavam com a ideia que MacArthur propõe aqui. Alguns deixaram as colônias norte-americanas e voltaram para a Inglaterra, preferindo sujeitar-se à Coroa britânica a participar da Revolução.

No entanto, discordo desse ponto de vista. Depois de estudar a situação histórica e os princípios das Escrituras, estou convencido de que a Revolução Norte-Americana foi moralmente justificada aos olhos de Deus.

Muitos dos primeiros colonos norte-americanos consideraram justificável rebelar-se contra a monarquia britânica, pois *é moralmente correto um funcionário de escalão inferior do governo proteger os cidadãos sob seus*

cuidados de um funcionário de escalão superior que esteja cometendo crimes contra esses cidadãos.

Nos meios protestantes, essa linha de raciocínio remonta a João Calvino. Em suas *Institutas da Religião Cristã* (1559), ele apresenta a seguinte argumentação acerca dos "magistrados" (funcionários de escalão inferior do governo):

> Mas, se agora alguns são constituídos magistrados do povo para moderar-se a prepotência dos reis [...] e se eles se fazem coniventes aos reis que oprimem e assolam violentamente o populacho humilde, eu afirmaria que [...] traem fraudulentamente a liberdade do povo, da qual devem saber que foram postos por guardiães pela ordenação de Deus.[5]

Outros pensadores luteranos e reformados fizeram declarações semelhantes, e o direito de se rebelar contra tiranos também pode ser visto nas palavras do filósofo católico Tomás de Aquino (c. 1225-1274) e de muitos outros autores cristãos. De acordo com Greg Foster, estudioso especializado em história da teoria dos governos, um argumento comum entre autores cristãos era de que "governos" tiranos "não são, na verdade, governos verdadeiros, mas gangues criminosas que se fazem passar por governos e, portanto, não têm direito à obediência devida aos governos (propriamente ditos)".[6] Conforme outro argumento, "o princípio do estado de direito [...] deixa implícito o direito à rebelião".[7]

Portanto, os líderes que fundaram os Estados Unidos e declararam sua independência acreditavam que suas ações eram *moralmente corretas e até mesmo necessárias, pois estavam protegendo os cidadãos sob seus cuidados dos ataques malignos do rei Jorge III da Inglaterra*, que agia reiteradamente como

“tirano”. Esses cidadãos precisavam ser protegidos do rei Jorge da mesma forma que precisavam ser protegidos da ameaça interna de ladrões ou de assassinos e da ameaça externa de um exército invasor estrangeiro.

De fato, a Declaração de Independência contém uma longa relação de queixas contra a Inglaterra que tornavam “necessário a um povo romper os elos políticos que o ligavam a outro”. Seus redatores registraram que haviam suportado pacientemente muitas dificuldades em busca de outras soluções:

> É verdade que a sensatez aconselha que não se substituam governos há muito estabelecidos por razões levianas e momentâneas; e de fato a experiência mostra-nos que, enquanto lhe for possível suportar as contrariedades, a humanidade está mais disposta a sofrer do que a reparar os erros abolindo as formas a que se habituaram.

Em seguida, porém, os redatores da Declaração afirmaram, em essência, que não podiam mais suportar os abusos do rei:

> Mas quando um extenso rol de abusos e usurpações, invariavelmente com um mesmo objetivo, evidencia a intenção de enfraquecê-lo [o povo] sob um despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever, destituir tal governo e nomear novos guardas para a sua segurança futura. […] A história do atual rei da Grã-Bretanha é uma história de sucessivas injúrias e usurpações, todas com o objetivo último de estabelecer um regime absoluto de tirania sobre estes Estados. Para provar tudo isto, que se apresentem os fatos perante o mundo honesto.

Segue-se, então, uma longa e detalhada lista dos abusos intoleráveis do poder governamental infligidos pelo rei da Inglaterra sobre as colônias dos Estados Unidos.

Os redatores concluem a Declaração com a indicação de que não o fazem de modo isolado, como indivíduos, mas como

> representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, apelando ao Juiz Supremo do mundo pela retidão das nossas intenções.

Por fim, os representantes dos diversos estados declaram:

> que estas Colônias Unidas são e devem ser por direito estados livres e independentes; que ficam exoneradas de toda a fidelidade perante a Coroa Britânica e que qualquer vínculo político entre elas e o Estado da Grã-Bretanha é e deve ser totalmente dissolvido [...]. E para sustentação desta Declaração, confiando plenamente na proteção da divina providência, empenhamos mutuamente nossas vidas, nossos bens e nossa honra sagrada.

(Cf. o texto completo da Declaração de Independência, inclusive a longa lista de queixas, no apêndice deste capítulo, p. 163-167).

Outro argumento em favor de buscar mudança num governo ou de obter liberdade do governo existente é o princípio geral de que *a Bíblia não diz, em momento algum, que é errado mudar o governo existente*. Por exemplo, cristãos que vivem numa democracia votam com frequência para eleger líderes e, por vezes, votam para eleger líderes diferentes daqueles que ocupam os cargos no momento. Procuram, portanto, mudar o governo por meio das eleições. Mas será que existem situações em que é correto mudar o governo por outros meios (por exemplo, ao declarar independência e depois defender de qualquer ataque essa condição de independência)?

A Bíblia diz que os governantes foram "constituídos" por Deus, mas, *sem dúvida, Deus opera por meio de ações humanas* para constituir líderes *distintos* em momentos distintos. Toda a história de Israel mostra como Deus operou repetidamente por meio de acontecimentos importantes para destituir um rei e constituir outro.

A terceira razão pela qual, por vezes, é correto tentar mudar o governo existente é *o fato de a Bíblia trazer alguns exemplos de como Deus levantou líderes para libertar seu povo do domínio de tiranos*, como Moisés, que tirou o povo do Egito e do domínio do faraó (cf. Êx 1—14). O livro de Juízes registra vários relatos nos quais líderes estrangeiros oprimiram o povo de Israel, mas Deus os libertou por meio de juízes nomeados por ele: "Mas o Senhor levantou juízes que os livraram das mãos dos saqueadores" (Jz 2.16).

Um dos autores do Novo Testamento fala de heróis do Antigo Testamento que, "por meio da fé, *venceram reinos*" (Hb 11.33), ou seja, usando ações militares, derrubaram os poderes reinantes e estabeleceram outros governos.

Muitos dos Pais Fundadores dos Estados Unidos conheciam esses exemplos bíblicos da deposição de tiranos. Aliás, Benjamin Franklin propôs um desenho impressionante para o Grande Brasão dos Estados Unidos (que, no fim das contas, não foi adotado). Esta era sua proposta (o manuscrito na letra do próprio Franklin ainda existe):

> Moisés em pé na praia estende sua mão sobre o mar e, desse modo, faz com que o mar cubra os exércitos do faraó, que se encontra assentado num carro aberto, com uma coroa na cabeça e uma espada na mão. Raios vindos da coluna de fogo e de nuvem se estendem até

> Moisés para expressar que ele age por ordem do Ser Divino. Lema: A rebelião contra os tiranos é obediência a Deus.[8]

Podemos concluir, portanto, que a Declaração de Independência, assim como a Guerra de Independência dos Estados Unidos, tinha justificativa moral e foi necessária para libertar a nação da tirania sob a qual sofria por causa do rei Jorge III da Inglaterra.

F. OS GOVERNOS DEVEM PROTEGER A LIBERDADE HUMANA

A liberdade dentro de uma nação é de suma importância, pois permite que as pessoas escolham obedecer ou não a Deus e servir ou não a Deus, conforme lhes parecer melhor. A Bíblia sempre atribui alto valor à liberdade e à responsabilidade individuais de escolher as próprias ações. A começar pela origem da raça humana, quando Deus colocou Adão e Eva no jardim do Éden, ele deu às pessoas a liberdade de escolha (cf. Gn 2.16,17). Essa liberdade de escolher é uma das manifestações mais sublimes da excelência do ser humano que Deus criou e um dos aspectos nos quais a humanidade é mais parecida com Deus do que qualquer planta ou animal criados por ele.

1. Argumentos bíblicos em favor da liberdade humana

Vários argumentos da Bíblia apoiam a ideia de que os governos devem proteger a liberdade humana. A primeira consideração é o fato de a *escravidão e a opressão serem sempre vistas sob uma óptica negativa nas Escrituras*, enquanto *a liberdade é vista de forma positiva*. Quando Deus dá os Dez Mandamentos ao povo de Israel, começa com estas palavras: “Eu sou o

Senhor teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da escravidão" (Êx 20.2).

Quando o povo de Israel se voltou contra o Senhor, ele os entregou a opressores que os escravizaram e lhes tiraram a liberdade (cf. Dt 28.28,29,33; Jz 2.16-23). Perder a liberdade era juízo, e não bênção.

Por isso, uma das bênçãos prometidas pela profecia messiânica em Isaías 61 era de um libertador que viria para livrar o povo dessa opressão de seus inimigos, pois ele viria para "proclamar liberdade aos cativos" (Is 61.1).

A liberdade individual também era valorizada, pois, embora israelitas por vezes se vendessem como escravos em casos de pobreza extrema, a cada 50 anos ocorria o ano do jubileu, no qual todos nessa situação de escravidão eram libertos:

> E declarareis santo o quinquagésimo ano, *e proclamareis liberdade na terra a todos os seus habitantes*. Esse vos será um ano de jubileu, pois cada um de vós retornará à sua propriedade, e cada um à sua família (Lv 25.10).

A liberdade de escolha individual é reiteradamente vista de modo favorável nas Escrituras. É um dos elementos da personalidade humana plena e, em última análise, reflete o próprio atributo divino de "vontade", a capacidade de Deus de aprovar e realizar diversas ações conforme lhe apraz. Logo, além do teste ao qual Deus submeteu Adão e Eva no jardim do Éden, temos declarações como:

> "Convoco hoje o céu e a terra como testemunhas contra ti de que coloquei diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição. Portanto, *escolhe* a vida, para que vivas, tu e tua descendência" (Dt 30.19).

Escolhei hoje a quem cultuareis (Js 24.15).

Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei (Mt 11.28).

O Espírito e a noiva dizem: *Vem!* E quem ouve, diga: Vem! Quem tem sede, venha; e quem quiser, receba de graça a água da vida (Ap 22.17).

Ao longo de toda a Bíblia, desde o início de Gênesis até o último capítulo de Apocalipse, Deus honra e protege a liberdade e a escolha humana. A liberdade é um elemento essencial de nossa humanidade. Qualquer governo que negue liberdade às pessoas de modo significativo exerce uma influência terrivelmente desumanizadora sobre seu povo.

2. Os governos devem proteger a liberdade humana

Portanto, Deus se agrada de governos que protegem as liberdades humanas fundamentais e, com isso, permitem que as pessoas tenham amplo espaço para decidir como usar seu tempo e seus recursos da maneira que lhes parecer melhor. Logo, a liberdade em qualquer nação resulta em enorme diversidade de escolhas quanto à formação educacional, a ocupações, amizades e outros relacionamentos, crenças religiosas, ações beneficentes, uso do dinheiro, uso do tempo, atividades recreativas, música, arte e milhares de outras coisas. A liberdade numa sociedade permite que as pessoas decidam o que desejam fazer dentro das muitas possibilidades de bom uso de seu tempo e de seus recursos. Muitos usarão seu tempo livre para cuidar de outros membros da família ou da comunidade, ajudar a treinar um time esportivo infantil, prestar serviço voluntário na igreja ou

numa viagem missionária, ajudar instituições beneficentes, trabalhar como voluntários num hospital ou numa escola, começar e desenvolver um novo negócio ou realizar milhares de outras atividades proveitosas. Nos países em que o governo maximiza a liberdade humana (mas, ainda assim, castiga os malfeitores), pode-se observar com frequência que os cidadãos realizam um número impressionante de ações benéficas para os outros e para o mundo.

Que liberdades humanas devem ser protegidas pelo governo civil? As liberdades fundamentais protegidas pela Constituição dos Estados Unidos são: liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e liberdade de petição ao governo (cf. a Primeira Emenda da Constituição). Outras liberdades mencionadas na Carta de Direitos dos Estados Unidos são "o direito do povo de possuir e portar armas" (Segunda Emenda), "o direito do povo de ter certeza de que sua pessoa, seus domicílios, documentos e bens não serão sujeitos a buscas e apreensões indevidas" (Quarta Emenda), liberdade do indivíduo de não incriminar a si mesmo num tribunal e garantia de não ser "privado de vida, liberdade ou propriedade sem o devido processo legal" (Quinta Emenda). Posteriormente, a Décima Terceira Emenda, de 1865, garantiu libertação da "escravidão" e da "servidão involuntária".[9]

Essa exigência de proteger a liberdade humana deixa implícito que cidadãos e governos devem concordar em restringir a liberdade humana somente com relutância e somente quando houver necessidade considerável de fazê-lo. Governos totalitários que controlam todos os aspectos da vida (como é caso, hoje em dia, de vários países muçulmanos e da Coreia do Norte) são contrários à ênfase bíblica sobre o alto valor da liberdade humana. Nos Estados Unidos, a escravidão (ou "servidão involuntária") permitida em alguns estados até a Proclamação de Emancipação, em 1863,

foi outro tipo de negação da liberdade humana aos que eram feitos escravos (cf. 1Tm 1.10, em que "exploradores de homens" aparece numa lista dos vários tipos de pecadores diante de Deus).

Quando fundaram os Estados Unidos, os autores da Declaração de Independência entenderam a importância da liberdade, pois afirmaram desde o início que não apenas "todos os homens são criados iguais", mas também que lhes foram "conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, *a liberdade* e a busca da felicidade". O direito inalienável à "liberdade" é relacionado logo depois do direito inalienável à "vida". A frase seguinte declara que era a finalidade do governo proteger direitos como esses de vida e liberdade: "Que, para garantir estes direitos, são instituídos governos entre os homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados". Consideravam, portanto, que proteger a liberdade humana era uma das funções mais importantes e básicas do governo.

3. Quanto de restrição à liberdade é necessário?

Embora a liberdade seja extremamente valorizada, não pode ser considerada um direito absoluto à luz de outros ensinamentos bíblicos a respeito do papel do governo. Por vezes, é necessário que o governo infrinja a "liberdade" das pessoas de fazer o que é errado. É o caso, por exemplo, quando proíbe o homicídio e, desse modo, infringe a "liberdade" de alguém de matar outra pessoa. Os limites de velocidade impostos pelo governo nas rodovias limitam necessariamente a "liberdade" do indivíduo de dirigir à velocidade que desejar, mas a maioria das pessoas considera esses limites apropriados diante da necessidade de proteger a vida e o bem-estar dos outros.

Preocupa-me, porém, que as discussões políticas mostrem, em anos recentes, uma ausência quase total da consciência do valor imenso da liberdade e da grande perda decorrente de sua restrição. Concordo que os governos devem restringir a liberdade humana no grau limitado necessário para que possam desempenhar funções governamentais, como castigar o mal e recompensar o bem. Contudo, muitas vezes os governos procuram restringir a liberdade humana de maneira mais extensa e invasiva, ao proibir não apenas atos claramente perversos, mas também ações moralmente neutras ou boas, que não são, porém, favorecidas pelo governo.

Não tenho espaço aqui para discutir o grau exato de regulamentação governamental necessário ou prudente em diversas situações, mas é importante observar que *todo aumento de regulamentação governamental sobre a vida implica uma remoção de certa medida da liberdade humana.* Quando pequenas perdas de liberdade ocorrem repetidamente ao longo de anos, pode acontecer de as pessoas se tornarem escravas do governo sem perceber.

Eis alguns pequenos exemplos: se meu governo local proibir os supermercados de fornecer sacolas plásticas, como é o caso em São Francisco desde 2007, serei obrigado a usar os sacos de papel que os supermercados oferecem.[10] Serei privado, portanto, de minha liberdade de escolher o tipo de sacola que desejo. Mas os sacos de papel são menos práticos: é mais difícil carregar vários sacos de papel cheios de compras do carro para casa, pois se rasgam com mais facilidade. Logo, cada ida ao supermercado implicará mais viagens entre o carro e a casa e menos liberdade humana para cada cidadão. Os sacos de papel também ocupam mais espaço de armazenagem e não são tão adequados para outros usos, como as sacolas plásticas, de modo que temos aí outra pequena perda de liberdade. Para algumas pessoas, isso pode parecer insignificante; outras

talvez considerem que evitar o uso de sacolas plásticas traz benefícios para o meio ambiente e, portanto, que vale a pena os cidadãos pagarem o preço de perder uma pequena dose de liberdade nesse sentido. Eu discordo. Uso esse exemplo apenas para mostrar que perdi uma pequena parcela da liberdade de usar meu tempo como desejar, e ninguém parece dar-se conta de que isso aconteceu.

Quase todos os brinquedos dos quais eu gostava tanto quando era menino em Jim Falls, Wisconsin, sumiram dos *playgrounds* nos Estados Unidos. Há cada vez menos gira-giras, gangorras, escorregadores e balanços altos. Por motivo de processos legais envolvendo valores exorbitantes (e pela falta de leis que imponham limites razoáveis para a responsabilização e o pagamento de indenizações), todos os brinquedos são acolchoados e "seguros". As crianças estão se tornando cada vez mais obesas, medrosas e preguiçosas e perderam a empolgação da aventura de testar coragem, força e equilíbrio nos brinquedos de *playground* e na competição com as outras crianças que brincam ali. Visto que nosso país deixou de realizar algumas reformas racionais no sistema legal, nossas crianças perderam parte considerável de sua liberdade (e saúde!) e ninguém parece perceber ou se importar.[11]

Outra perda de liberdade acontece com a maior demora nas filas de inspeção de segurança nos aeroportos, o que torna necessário reservar pelo menos trinta minutos a mais para o *check-in* do que antes dos ataques terroristas em 11 de setembro. Pessoalmente, creio que essas medidas de segurança são um mal necessário e um preço pequeno a pagar para evitar bombas plantadas por terroristas em aeroportos e aviões, mas não deixa de ser fato que perdemos certa dose de liberdade.

Quando imposta pelo governo, a separação dos vários tipos de lixo reciclável para a coleta seletiva em dias diferentes da coleta do lixo comum é outra erosão da liberdade individual do uso do tempo. (Será que vale a pena? Talvez em parte, mas não tenho certeza. Os cálculos são complexos, especialmente quando consideramos a existência de alternativas que também apresentam bons resultados. A questão mais importante, a meu ver, é a necessidade de a discussão sobre esse assunto levar em conta não apenas o custo monetário, mas também o fato de a reciclagem obrigatória implicar *um custo real* na forma de uma perda gradativa de liberdade humana). Em tempos recentes, o governo dos Estados Unidos determinou o fim da produção das lâmpadas incandescentes (que acendem com capacidade total de imediato) a partir de 2014.[12] Começamos a usar as lâmpadas novas mais econômicas, mas, cada vez que entro no *closet* ou na dispensa, leva alguns segundos para o ambiente ficar inteiramente iluminado. Preciso esperar e, com isso, perco mais uma pequena parcela de liberdade, a saber, a liberdade de escolher o tipo de lâmpada em cada cômodo e a liberdade de usar esses segundos como desejar. É outra perda gradativa da liberdade humana, dentro de meu próprio lar.

A maior perda de liberdade decorrente de decisões do governo se dá, porém, por meio da tributação. Se tenho de pagar cem dólares a mais de impostos, a) perco a liberdade de decidir por minha própria conta como desejo gastar esse valor, e b) preciso trabalhar mais tempo para ter a mesma quantia que tinha para gastar antes de pagar o imposto. Logo, cada dólar a mais de imposto representa a perda de uma pequena parcela de liberdade, bem como (com frequência) de uma parcela de tempo, ou seja, a perda de uma pequena parte de minha vida. Essas "pequenas partes" podem adquirir proporções enormes, de modo que, em alguns países, mais da metade do

tempo de trabalho das pessoas vai para o pagamento de impostos para o governo! Os indivíduos tornaram-se semelhantes a servos medievais, com obrigações a cumprir não para o senhor feudal, mas para o governo nacional, e passam metade da vida em servidão.[13] Os impostos os privaram de porções consideráveis de sua vida. Uma perda gradativa de liberdade humana é uma perda gradativa de nossa vida.

G. O GOVERNO NÃO É CAPAZ DE SALVAR AS PESSOAS NEM DE TRANSFORMAR, DE MODO FUNDAMENTAL, O CORAÇÃO HUMANO

1. A salvação pessoal é obra de Deus, não do governo

É importante lembrar que existem tarefas que o governo não é capaz de realizar, tarefas que Deus confiou à igreja e ao Espírito Santo operando por meio da Bíblia, a Palavra de Deus.

Nem mesmo o mais excelente governo civil é capaz de salvar as pessoas de seus pecados, pois isso só acontece pela fé pessoal em Jesus Cristo. "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé, e isto não vem de vós, é dom de Deus; não vem de obras, para que ninguém se orgulhe" (Ef 2.8,9). Somente Deus pode prometer: "Também vos darei um coração novo e porei um espírito novo dentro de vós" (Ez 36.26). E somente Deus pode dizer: "Porei as minhas leis na sua mente e as escreverei em seu coração. Eu lhes serei Deus, e eles me serão povo" (Hb 8.10).

Portanto, os cristãos não devem jamais depositar no governo sua esperança última de mudança do coração humano ou transformação de uma nação de pecadores em uma nação de pessoas santas e justas diante de Deus.

Isso é obra de Deus somente, realizada por meio da igreja, quando esta proclama o evangelho de Jesus Cristo e as pessoas creem em Cristo pessoalmente e experimentam que "se alguém está em Cristo, é nova criação" (2Co 5.17).

Esse é um fato importante para os cristãos que trabalham para influenciar o governo. Devemos lembrar que *a necessidade mais fundamental de toda sociedade é o evangelho de Jesus Cristo*, um evangelho anunciado pela igreja, e não pelo governo. Jesus é "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14.6). A Bíblia diz que em Cristo "estão ocultos todos os tesouros da sabedoria e da ciência" (Cl 2.3). Somente por meio de Jesus Cristo as pessoas podem verdadeiramente conhecer a Deus e viver de modo que agrade a ele.

2. Para que a sociedade seja transformada, é necessário que as pessoas sejam transformadas interiormente

Os cristãos que procuram influenciar o governo também precisam lembrar que, para termos uma sociedade transformada, precisamos de pessoas interiormente transformadas. Aprovar boas leis e ter um bom governo jamais será suficiente para transformar a sociedade. No Antigo Testamento, o povo de Israel tinha boas leis, dadas pelo próprio Deus, mas essas leis não impediram o povo de se desviar e, por fim, de trazer sobre si o juízo de Deus.

Portanto, devemos sempre lembrar que *não basta vencer eleições para transformar uma nação*. Os cristãos poderiam (pelo menos teoricamente) obter influência suficiente para anular a decisão da Suprema Corte sobre o aborto no caso *Roe versus Wade*, a fim de conseguir a aprovação de leis contra o aborto, de modo a proteger as crianças não nascidas, e a aprovação de leis em defesa do casamento. Mas, a menos que a mente e o coração das

pessoas sejam transformados, nada disso as impedirá de fazer sexo antes do casamento, de realizar abortos ou de praticar atos homossexuais.

As leis funcionam melhor quando governam pessoas imbuídas de bom caráter moral e boas convicções morais. Se uma sociedade inteira é corrupta, as leis só conseguem refrear os casos mais extremos de pecado, mas não alteram os demais comportamentos. Como John Adams, um dos Pais Fundadores mais importantes, comentou: "Nossa Constituição foi criada para um povo virtuoso e justo. É inteiramente inadequada para governar qualquer outro povo".[14]

A menos que um país tenha pessoas transformadas, é pouco provável que seja capaz de aprovar leis excelentes ou eleger líderes excelentes. Nenhum candidato pode vencer eleições com uma campanha em favor de "valores morais no governo" se a população como um todo for desprovida desses valores morais. (Pense em como teriam sido as eleições em Sodoma e Gomorra!). Portanto, é importante que a igreja prossiga com sua tarefa de proclamar o evangelho de Jesus Cristo a fim de mudar o coração e a mente de cada indivíduo. E, a partir do momento em que as pessoas se tornam cristãs, é importante lhes ensinar princípios morais bíblicos que incluam não apenas princípios morais de conduta para a vida individual, mas também princípios a respeito dos papéis e das responsabilidades do governo civil.

Se parássemos aqui, porém, ficaríamos com apenas parte da verdade que encontramos na Bíblia.

3. Os governos influenciam de modo considerável as convicções e o comportamento moral das pessoas, bem como a estrutura moral de uma nação

A outra parte da verdade é que o governo exerce enorme influência sobre a conduta dos membros de uma sociedade. O salmista fala de um "trono perverso, que maquina o mal em nome da lei" (Sl 94.20), ou seja, governantes que aprovam leis que permitem a prática do mal! Isaías diz: "Ai dos que decretam leis injustas e dos que escrevem decretos opressores" (Is 10.1). Em outro salmo, fica implícito que governantes perversos podem influenciar as pessoas a praticar o mal, pois indica que se "o cetro da impiedade" (símbolo da autoridade exercida por governantes perversos) prevalecesse "sobre a terra dos justos", haveria uma probabilidade maior de os justos "[estenderem] as mãos para cometer injustiça" (Sl 125.3). Por vezes, o governo aprova leis que autorizam atos horríveis, como no caso em que Hamã convenceu Assuero a assinar um decreto a todo o povo da Pérsia para "eliminar, matar e exterminar todos os judeus, jovens e idosos, crianças e mulheres, e [...] saquear os seus bens" (Et 3.13).

Esse é um dos motivos pelos quais Paulo incentiva os cristãos a orar "pelos reis e por todos os que exercem autoridade", para que os cristãos tenham "uma vida tranquila e serena, em toda piedade e honestidade" (1Tm 2.2). Também aqui fica implícito que *bons* governantes podem influenciar a nação a uma *boa* conduta, enquanto governantes *perversos* podem incentivar e promover toda espécie de conduta *perversa* no meio de seu povo.

A influência do governo é exercida, em parte, pelo *exemplo pessoal*. Durante muitas gerações, as crianças aprendiam na escola a respeito da conduta moral justa e heroica de líderes como George Washington e Abraham Lincoln, a fim de poder imitar essa conduta em sua própria vida. (Lembro-me dessas aulas em minha escola primária em Wisconsin.) Em contrapartida, um dos motivos pelos quais os norte- -americanos de ambos os partidos se decepcionaram tanto com a conduta sexual inapropriada do

presidente Bill Clinton durante seu mandato foi o péssimo exemplo que ele deu aos adolescentes e, de fato, ao restante da sociedade.

O governo também influencia a conduta porque *as leis exercem uma função educativa.* Para muitos ou quase todos os membros de uma sociedade, se o governo aprova leis que declaram a legalidade de determinada conduta, conclui-se que ela também é moralmente correta. Se o governo diz que algo é ilegal, muita gente conclui que é moralmente errado. Isso se aplica de modo particular àqueles que não buscam orientação moral na Bíblia, mas também pode ocorrer entre cristãos autênticos.

A função educativa das leis é, por exemplo, um dos motivos pelos quais ainda ocorrem tantos abortos nos Estados Unidos. Muitas pessoas escolhem a alternativa mais fácil e racionalizam que, se o governo permite algo, a sociedade deve considerar essa conduta moralmente correta, ou pelo menos moralmente permissível. Por isso, tomam a decisão de abortar, mesmo, talvez, indo contra a débil voz interior de sua consciência. Se, contudo, houvesse leis que proibissem as pessoas de tirar a vida de crianças não nascidas, muitas delas perceberiam que sua consciência concorda com a lei, de modo que a apoiariam e a considerariam correta.

Em outro exemplo, conversando com pessoas do Arizona (onde moro), tenho a impressão de que a grande maioria dos cristãos desse estado consideraria perfeitamente natural e moralmente correto os cristãos portarem uma arma para autodefesa em casos de emergência. Suspeito, porém, que uma maioria igualmente grande de cristãos na Inglaterra (onde passei muitas temporadas para estudar e lecionar) consideraria essa postura moralmente errada. A diferença não surpreende, uma vez que as leis na Inglaterra tornam praticamente impossível os cidadãos comuns terem suas próprias armas, enquanto as leis e costumes no Arizona facilitam o porte de

armas por civis. As leis exercem uma função educativa e influenciam os conceitos das pessoas acerca de certo e errado.

A mesma consideração se aplica à atitude das pessoas em relação ao "casamento" entre dois indivíduos do mesmo sexo, à base legítima para o divórcio, à idade em que é apropriado jovens ingerirem bebidas alcoólicas (compare as leis dos Estados Unidos com leis muito mais liberais na Europa), ao lugar do discurso religioso em atividades públicas, e assim por diante. As leis exercem uma função educativa para a população em geral.

Além disso, em qualquer sociedade, aquilo que o governo considera legal ou ilegal afeta o que é ensinado às crianças nas escolas. Ações judiciais recentes que legalizaram o "casamento" entre indivíduos do mesmo sexo em Massachusetts, Iowa e Connecticut são um incentivo adicional para ensinar nas escolas que a conduta homossexual deve ser considerada normal e moralmente correta; também encorajam as tentativas de calar qualquer um que expresse a ideia de que a conduta homossexual é moralmente errada.[15] Essa influência sobre as crianças terá forte impacto sobre sua percepção de certo e errado em termos morais e sua conduta sexual futura.

Portanto, as leis e as políticas do governo exercem impacto enorme sobre a conduta dos membros da sociedade. Os cristãos devem preocupar-se com essa situação por dois motivos: primeiro, porque o pecado destrói a vida das pessoas e os cristãos receberam o mandamento "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22.39); e, segundo, porque todo o rumo de uma nação é determinado pela conduta moral de seus cidadãos individuais, e "a justiça exalta as nações, mas o pecado é a vergonha dos povos" (Pv 14.34). Logo, embora seja verdade que o governo não é capaz de salvar as pessoas nem de transformar o coração humano de modo fundamental, é importante

afirmar também que as posturas e leis do governo exercem influência enorme sobre a nação para o bem ou para o mal.

H. PRINCÍPIOS PARA UMA RELAÇÃO CORRETA ENTRE IGREJA E ESTADO

Como argumentei no capítulo 1, quando Jesus disse: "Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mt 22.21), ele definiu o princípio segundo o qual há um âmbito de atividade sob a autoridade do governo civil e outro sob a autoridade direta de Deus. Dessa distinção resultam outros dois princípios:

1. A igreja não deve governar "o que é de César"

Esse princípio significa que *a igreja não deve exercer controle algum sobre as ações do governo*. Trata-se de uma questão a respeito da qual tanto liberais como conservadores e tanto democratas como republicanos concordam hoje nos Estados Unidos.

Outro fato que corrobora essa ideia é a ausência de indícios no Novo Testamento de que os presbíteros das igrejas locais tivessem qualquer responsabilidade associada ao governo de sua cidade, da província ou do império. No Novo Testamento, funcionários do governo e presbíteros da igreja são sempre figuras distintas.

Aliás, em certo momento de seu ministério, Jesus se recusou a assumir qualquer papel de liderança que tivesse ligação com o governo constituído. Quando alguém o procurou para pedir que ele resolvesse a disputa por uma herança, ele não atendeu ao pedido: "Alguém dentre a multidão lhe disse: Mestre, diz a meu irmão que reparta comigo a herança. Mas ele lhe

respondeu: Homem, quem me constituiu juiz ou intermediário entre vós?" (Lc 12.13,14).

Jesus não quis assumir, no âmbito do governo civil, um papel de autoridade que não lhe haviam conferido.

Se a igreja não deve governar o Estado, isso significa que os papas da Idade Média erraram ao tentar impor sua autoridade sobre reis e imperadores, ou mesmo ao afirmar que tinham o direito de escolher o imperador. Essa postura resultou de uma falta de entendimento da distinção feita por Jesus entre "o que é de César" e "o que é de Deus".

2. O governo civil não deve governar "o que é de Deus"

Esse princípio significa que, em todos os países, deve haver liberdade religiosa, de modo que seja permitido a cada pessoa seguir a religião de sua escolha. A meu ver, esse princípio é devidamente protegido pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que diz: "O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, nem de proibir seu livre exercício".

A ideia de que o governo não deve controlar a igreja (nem a sinagoga, nem a mesquita) também é apoiada pela forma de seleção dos oficiais eclesiásticos no Novo Testamento. Os primeiros apóstolos foram escolhidos por Jesus, e não por alguma autoridade romana (cf. Mt 10.1-4). Foi a igreja primitiva, e não um funcionário do governo, que escolheu "sete homens de boa reputação" para supervisionar a distribuição de alimentos aos necessitados (At 6.3). Paulo fornece as qualificações para presbíteros e diáconos a ser avaliados pela igreja (cf. 1Tm 3.1-13; Tt 1.3-9). Fica evidente que não havia envolvimento algum do governo civil, quer das autoridades locais, quer do Império Romano, na escolha dos oficiais da igreja primitiva.

Isso porque, ao contrário de Israel no Antigo Testamento, *o governo da igreja e o governo do Estado são dois sistemas diferentes* e exercem autoridade sobre grupos distintos de pessoas, com propósitos distintos. O governo civil não deve governar a igreja nem infringir o direito da igreja de governar a si mesma.

3. O governo civil deve apoiar e incentivar as igrejas e os grupos religiosos idôneos em geral

Embora o governo civil não deva governar a igreja nem promover uma religião em detrimento de outras, é algo bem diferente perguntar se o governo deve apoiar igrejas e a religião *em geral*. Um exemplo desse apoio (embora indireto e que não envolve o repasse de fundos) é a concessão de isenções fiscais para igrejas, de modo que não precisem pagar imposto sobre suas propriedades, nem sobre sua renda e as contribuições que recebem. Outro exemplo é a manutenção pelo governo de capelães nas forças armadas e em prisões nos Estados Unidos.

Em minha opinião, essas são ações apropriadas para o governo, decorrentes de sua responsabilidade de "promover o bem-estar geral" (nas palavras da Constituição dos Estados Unidos) ou de promover o bem do país como um todo (cf. anteriormente, p. 112-113, 121-122). Enquanto *qualquer grupo religioso* puder desfrutar esses benefícios, o governo não estará favorecendo indevidamente uma religião em detrimento de outras.

Infelizmente, alguns setores da sociedade norte-americana não acreditam mais que as igrejas sejam salutares para a sociedade, nem que devam receber incentivos. Pode-se perceber uma tendência preocupante nas leis municipais de zoneamento, que dificultam cada vez mais a obtenção do

alvará para construir igrejas ou usar edifícios como igrejas em várias regiões da cidade.

4. As maiores complicações na relação entre igreja e Estado surgem quando não há consenso a respeito do âmbito ao qual determinado elemento pertence: se é da igreja ou do Estado

A maioria das questões verdadeiramente complicadas a respeito da relação entre igreja e Estado surge quando há conflito sobre o âmbito ao qual algo pertence: se é "de César" ou "de Deus". Na época da igreja primitiva, o governo considerava apropriado exigir que todos se curvassem diante da estátua de César e jurassem lealdade a ele como se fosse uma divindade. Curvar-se diante de César era algo visto como pertencente ao âmbito "de César"! Para os primeiros cristãos, porém, essa exigência os forçava a cometer idolatria e, a seu ver, era relacionada àquilo que pertence ao âmbito "de Deus". Muitos deles morreram por causa dessa convicção (que, em minha opinião, era correta, pois o governo não tinha autoridade legítima para ordenar que alguém adorasse qualquer pessoa ou suposta divindade).

Nos Estados Unidos, tenho a impressão de que a maioria das controvérsias mais difíceis entre "Deus e César" foi resolvida de forma correta. Por exemplo, as testemunhas de Jeová costumam recusar transfusões de sangue e afirmam que se trata de uma crença *religiosa*. Contudo, em vários casos, o governo civil desconsiderou as objeções de pais que eram testemunhas de Jeová e ordenou a realização de transfusões de sangue em crianças. Essa atitude se baseou na ideia de que a *proteção da vida de uma criança* não diz respeito à religião ou a atividades religiosas, mas que faz parte, por direito, do âmbito do governo (e eu concordo).[16] Em outro caso,

uma religião brasileira praticada no Novo México alegou que o uso de um chá alucinógeno durante os cultos fazia parte de suas práticas religiosas tradicionais.[17] A Suprema Corte permitiu (a meu ver, corretamente) que continuassem com essa prática religiosa como elemento de seus cultos. Quando, porém, um novo grupo religioso na Califórnia afirmou que sua religião exigia que plantassem e usassem maconha como parte de seus "cultos", um tribunal federal proibiu (a meu ver, também corretamente) essa prática, com base no fato de que não havia nenhuma tradição histórica que indicasse se tratar de uma crença religiosa autêntica.[18]

Em outro caso ainda, Sultanna Freeman, muçulmana em Orlando, Flórida, afirmou que tinha o direito de aparecer na foto da carteira de motorista coberta por um véu, com apenas uma pequena abertura para os olhos. De acordo com ela, essa era sua "crença religiosa sincera". Numa tentativa de atendê-la, o Estado permitiu que ela fosse fotografada num local reservado, onde só houvesse mulheres presentes, mas ela não ficou satisfeita com a resolução. Por fim, em 6 de junho de 2003, o Tribunal de Circunscrição da Flórida determinou que, se ela quisesse uma carteira de motorista, era "de interesse imperativo" do Estado que ela tirasse a foto sem o véu.[19] Também nesse caso, a meu ver, o tribunal tomou uma decisão acertada, pois a exigência de uma foto identificável na carteira de motorista não faz parte das coisas que pertencem ao âmbito "de Deus", mas, sim, das que pertencem ao âmbito "de César". A liberdade religiosa não exime as pessoas da obrigação de obedecer a leis comuns e moralmente boas aplicáveis a todos os membros da sociedade.

I. OS GOVERNOS DEVEM ESTABELECER UMA DIVISÃO DE PODERES FIRME E CLARA

Tendo em vista a presença do pecado no coração de todo ser humano (cf. adiante p. 172-178) e a influência corruptora do poder, todos os níveis do governo civil devem ter uma separação clara de poderes. A expressão "separação de poderes" significa que o poder do Estado deve ser dividido entre vários grupos ou pessoas, e não concentrado em apenas uma pessoa ou grupo.

Diversos trechos das Escrituras corroboram a ideia de separação de poderes no governo. As narrativas do Antigo Testamento fornecem vários exemplos de reis que tinham poder ilimitado e abusaram dele. Saul colocou seus próprios interesses antes dos interesses do povo em diversas ocasiões. Davi usou indevidamente sua autoridade como rei quando pecou com Bate-Seba (cf. 2Sm 11). Salomão errou ao tomar para si "setecentas mulheres princesas e trezentas concubinas; e suas mulheres desviaram o seu coração" (1Rs 11.3,4). Além disso, desrespeitou a proibição de acumular prata e ouro (Dt 17.17). Durante a monarquia dividida, a maioria dos reis abusou do poder e praticou o mal (cf. 1 e 2Reis; 1 e 2Crônicas). Muitos outros exemplos de poder ilimitado ao longo da história confirmam a ideia de que o poder, combinado com o pecado no coração humano, exerce influência corruptora e é facilmente usado de modo indevido.

O profeta Samuel fez uma advertência a respeito dessa questão ao dizer que o rei abusaria do poder e tomaria uma porção de coisas do povo (cf. 1Sm 8.11-18).

Qual é, porém, a solução para evitar o abuso de poder pelos governantes? A melhor maneira de garantir que isso não aconteça é dividir o poder, de modo que uma pessoa ou grupo dentro do governo limite o uso de poder pelo outro grupo. Quando o poder é dividido entre vários grupos, pessoas distintas em áreas distintas do governo se esforçam para que

nenhuma parte tenha poder demais (pois a tendência é de que cada área proteja seu próprio território).

A Bíblia traz vários exemplos positivos de tipos diferentes de divisão de poder, que refletem a sabedoria de Deus para evitar que uma pessoa abuse do poder. No Antigo Testamento, o poder do rei contava com *algumas* limitações impostas pelos ofícios de profeta e de sacerdote (embora, muitas vezes, o rei os desconsiderasse). No Novo Testamento, vemos que Jesus não nomeou *um* apóstolo com autoridade sobre a igreja, mas *doze* apóstolos (cf. Mt 10.1-4; At 1.15-26). Embora Pedro tenha servido, inicialmente, de porta-voz dos apóstolos (cf. At 2.14; 3.12; 15.7), ao que parece posteriormente Tiago assumiu esse papel (cf. At 15.13; 21.18; Gl 1.19; 2.9,12). Ademais, o Concílio de Jerusalém, em Atos 15, não tomou sua decisão com base somente na autoridade dos apóstolos, mas conforme "pareceu bem aos apóstolos e aos presbíteros, *com toda a igreja*" (At 15.22). Tudo indica que as igrejas no Novo Testamento não eram governadas por apenas *um presbítero*, mas por *presbíteros* (cf. Tt 1.5; Tg 5.14).

A separação de poderes no governo pode ser realizada de várias maneiras, e países distintos adotam estruturas distintas. Estou mais familiarizado com o exemplo dos Estados Unidos, onde o poder do Estado é dividido em três ramificações: o legislativo (Congresso), o executivo (presidente da república e todos os debaixo de sua autoridade) e o judiciário (os tribunais). O poder legislativo, por sua vez, é dividido entre Câmara (cujos membros são eleitos a cada dois anos) e Senado (cujos membros são eleitos a cada seis anos). Legislações novas precisam ser aprovadas tanto pela Câmara quanto pelo Senado e assinadas pelo presidente da república.

O poder também é dividido de outras maneiras nos Estados Unidos: entre o governo federal, os governos dos cinquenta estados e os governos

locais dos condados ou distritos e dos municípios, e cada nível exerce autoridade sobre determinadas áreas. O poder militar se encontra debaixo da autoridade do presidente da república e do secretário de defesa, um civil que não faz parte das forças armadas, mas que exerce autoridade sobre elas. Os recursos financeiros para os militares precisam ser aprovados pelo Congresso. O poder das forças armadas dentro dos Estados Unidos também é limitado, pois o exército é proibido, por lei, de exercer as funções civis da polícia dentro do país. Além disso, cada estado conta com uma guarda nacional, que não se encontra debaixo da autoridade do exército, nem do presidente da república, nem de um setor do governo federal, e sim debaixo da autoridade do governador do estado.

A polícia local presta contas somente ao governo do município ao qual ela atende. Isso significa que é impossível assumir o controle dos Estados Unidos simplesmente ao tomar o poder militar (como pode acontecer em alguns países), pois o exército não tem autoridade alguma sobre as centenas de milhares de forças policiais locais, que só prestam contas aos cidadãos de suas próprias cidades.

Como salvaguarda adicional a fim de evitar a tirania, os Pais Fundadores incorporaram à Segunda Emenda da Constituição o "direito do povo de possuir e usar armas". Cidadãos armados constituem mais uma defesa contra um possível tirano e mais uma separação de poder dentro do país. (Encontramos outro exemplo desse princípio na Suíça, onde o governo demanda que todos os homens tenham uma arma e sejam treinados para usá-la.)

Outro tipo de separação de poder diz respeito à disseminação de informações. Por esse motivo, a Primeira Emenda da Constituição proíbe "[cercear] a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se

reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos". Garante-se, com isso, que haja conhecimento público do funcionamento do governo e que este preste contas ao povo. Garante-se também que partidos políticos de oposição não sejam proibidos de operar nem sejam perseguidos, mas que tenham direitos e sejam protegidos. Logo, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião são elementos essenciais para evitar o abuso de poder por parte do governo.

Esse princípio de separação dos poderes para evitar abusos ocupa o centro da controvérsia atual nos Estados Unidos sobre a natureza da Suprema Corte e de suas decisões. De acordo com esse princípio, juízes que *interpretam* a lei não devem ser os mesmos indivíduos que *criam* as leis, pois ocorreria, então, uma concentração indevida de poder em uma área do governo, o que violaria o princípio de separação de poderes. A meu ver, os juízes "ativistas" da Suprema Corte e de cortes inferiores que criam novas políticas e leis que não foram aprovadas pelo povo nem pelo poder legislativo violam essa regra.

J. O ESTADO DE DIREITO DEVE APLICAR-SE ATÉ MESMO AOS GOVERNANTES DE UMA NAÇÃO

Em uma nação com um bom governo, as leis exercem poder sobre os governantes, e não o contrário. Esse princípio foi definido em Israel e reforçado pela exigência de que o rei fizesse para si mesmo uma cópia da lei mosaica, para que a entendesse e se lembrasse de sujeitar-se a ela:

> Quando se assentar sobre o trono do seu reino, *fará para si uma cópia desta lei*, tirada do exemplar que está com os sacerdotes levitas, e a escreverá num livro. Ele o terá consigo *e o lerá todos os dias da sua vida*,

> para que aprenda a temer o SENHOR, seu Deus, e a guardar todas as palavras desta lei e estes estatutos, para os cumprir; para que seu coração não se encha de vaidade em relação a seus irmãos, e não se afaste do mandamento, nem para a direita nem para a esquerda, a fim de que prolongue os dias do seu reinado e do reinado de seus filhos em Israel (Dt 17.18-20).

Na prática, o princípio do "estado de direito" significa que nenhum rei, presidente ou primeiro-ministro tem poder ilimitado. O rei não está *acima* da lei, mas *sujeito* a ela (como o profeta Natã ilustrou de modo dramático quando repreendeu o rei Davi em 2Samuel 12 por haver desobedecido às leis de Deus). Outros reis também foram repreendidos por profetas por desobediência às palavras de Deus (como Saul em 1Sm 13.13,14 e Acabe em 1Rs 18.18). Na igreja primitiva, até mesmo o apóstolo Pedro foi repreendido por Paulo quando se desviou dos princípios da palavra de Deus e dos ensinamentos de Cristo (cf. Gl 2.11,12).

Esse princípio de que nem mesmo os governantes estão acima da lei é exemplificado nos Estados Unidos sempre que, durante seu mandato, um governador, senador ou deputado é condenado por um tribunal por usar seu cargo para benefício próprio ou por aceitar suborno para influenciar alguma decisão.

O princípio do estado de direito é violado, porém, sempre que uma pessoa ou grupo dentro de uma sociedade possui poder ilimitado e tem condições de desobedecer à lei sem medo de punição. É o caso dos ditadores e de seus amigos e parentes em vários países menores, ou das organizações criminosas que violam a lei reiteradamente na Rússia, ou dos monopólios que contam com apoio governamental e poder ilimitado (como as empresas de telecomunicações controladas pelo Sr. Carlos Slim, no México),[20] ou

ainda, dos "postos de fiscalização" ilegais que cobram taxas para permitir a circulação de caminhões nas estradas de Camarões e outros países da África.[21] O estado de direito também é violado em países nos quais o governo controla a mídia e pode publicar mentiras ou encobrir a conduta ilegal do governo sem temer consequências (como acontece na China, com os "julgamentos" de várias igrejas que se reúnem nas casas, ou na Rússia, com a censura de reportagens dos jornalistas de oposição).

K. A BÍBLIA APOIA DE MODO INDIRETO, PORÉM RELEVANTE, A IDEIA DE QUE O GOVERNO DEVE SER ESCOLHIDO PELO POVO (ALGUMA FORMA DE DEMOCRACIA)

A Bíblia não ordena explicitamente nem ensina de modo direto que o governo deve ser eleito por meio de um processo democrático, e, de fato, não há nenhuma ordem que especifique como Deus deseja que os governos sejam escolhidos.[22] Na verdade, há diversos exemplos históricos de *monarquia hereditária* ao longo de todo o Antigo Testamento, enquanto no Novo Testamento encontramos o imperador romano e os governadores por ele nomeados. Esses governantes estão *registrados* na história bíblica, o que não significa que a Bíblia *apoie* ou *ordene* suas formas de governo. Não há qualquer ensinamento explícito no sentido de que outros governos de outras nações devem assumir essas formas.

Ao olhar além dos simples exemplos históricos e focalizar os princípios bíblicos acerca do governo e da natureza dos seres humanos, podemos construir uma forte argumentação em favor da ideia de que *alguma forma de governo escolhida pelo povo* é preferível a outros tipos de governo (pelo menos na presente era, até a volta de Cristo).

Vários conceitos ensinados nas Escrituras apoiam essa ideia:

1) A primeira corroboração de alguma forma de democracia é o conceito de *igualdade de todas as pessoas, visto que foram criadas à imagem de Deus*. "E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (Gn 1.27, que se aplica a toda a raça humana descendente de Adão e Eva; outras passagens das Escrituras também afirmam que todos os seres humanos foram criados à imagem de Deus: cf. Gn 9.6; Tg 3.9). Ser criado "à imagem de Deus" significa ser semelhante a ele e representá-lo na terra, a posição mais elevada conferida a uma criatura de Deus.

Se, porém, *todas as pessoas* compartilham de modo igual do grande privilégio de ser criadas à imagem de Deus, que motivo há para uma família imaginar que tem direitos especiais de agir como "realeza" ou governar outros sem seu consentimento? Esse princípio fundamental ensinado no primeiro capítulo da Bíblia não apoia o "direito divino dos reis"; pelo contrário, aponta para a igualdade de todos os seres humanos descendentes de Adão e Eva, pois todos foram criados à imagem de Deus.

A rejeição de qualquer direito hereditário de uma "família real" governar outros foi o contexto da asserção do segundo parágrafo da Declaração de Independência dos Estados Unidos: "Consideramos essas verdades por si mesmas evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos por seu Criador certos direitos inalienáveis".[23]

2) Outro argumento em favor de alguma forma de democracia é o fato de que *a necessidade dos governantes de prestar contas ao povo* evita o uso indevido de poder. Como argumentei anteriormente (cf. p. 146-149), a separação de poderes do Estado tende a evitar abusos no governo. Talvez a separação mais eficaz de poderes seja entre o poder concedido ao governo e o poder reservado para o povo, evidente nas eleições livres e democráticas. *A*

necessidade de obter e manter o consentimento daqueles que são governados por meio de eleições em intervalos regulares é, provavelmente, o modo mais garantido de evitar o abuso de poder. É comum governantes que se tornam corruptos e abusam do poder abolirem as eleições democráticas, prenderem ou assassinarem adversários políticos, intimidarem os eleitores e manipularem as eleições de modo a "vencer", pois seus comparsas controlam as urnas, a contagem dos votos e as notícias divulgadas na mídia sobre o resultado das eleições. (Exemplos famosos são a manipulação das "eleições" em tempos recentes na Rússia,[24] no Zimbábue[25] e na Venezuela,[26] bem como a eleição anulada de Aung San Suu Kyi em Mianmar [antiga Birmânia].[27]

Como saber se um país funciona, de fato, como uma democracia? Em sua obra *The Case for Democracy: the Power of Freedom to Overcome Tyrany and Terror* (Em defesa da democracia: o poder da liberdade para superar a tirania e o terror), o dissidente da antiga União Soviética Natan Sharansky apresenta o "teste da praça da cidade" como forma de determinar se uma sociedade é o que ele chama de "sociedade livre" (e, portanto, uma verdadeira democracia) ou uma "sociedade sob o regime do medo": "Uma pessoa pode ir até o meio da praça da cidade e expressar sua opinião sem ter medo de ser detida, encarcerada ou ferida? Em caso afirmativo, essa pessoa vive numa sociedade livre, e não numa sociedade sob o regime do medo".[28]

3) O propósito do governo também é um argumento em favor da democracia. *A fim de que o governo vise ao benefício do povo* (isto é, para que a autoridade seja "serva de Deus *para o teu bem*", Rm 13.4), o governo não pode ter como propósito final o bem do *rei*, do *imperador* ou do *conselho governante*, mas sim o bem do próprio povo.

Segue-se, portanto, a pergunta: Quem está mais habilitado a decidir o que é melhor para o povo? Acaso o povo como um todo não deve ter o direito de resolver que tipo de líder será mais capaz de promover o bem do povo e do país? Claro que, como um todo, o povo pode se equivocar, da mesma forma que uma elite de governantes pode se equivocar a respeito do que é melhor para o povo. Em última análise, porém, as pessoas que *devem* ser beneficiadas pelo governo são as que estão mais habilitadas a decidir o que, *de fato*, visa a seu benefício ou não. (Os governantes podem convencer a si mesmos de que suas políticas são para "o bem do povo", mas é difícil acreditar nisso quando precisam manipular as eleições, prender adversários políticos e calar as vozes divergentes.)

4) Vários exemplos em narrativas das Escrituras indicam que *o governo parece funcionar melhor com o consentimento daqueles que são governados*. Embora Moisés tenha sido nomeado por Deus, buscou a aprovação dos anciãos e do povo de Israel (Êx 4.29-31), como fez Samuel quando se colocou diante de todo o povo na função de juiz (1Sm 7.5,6) e Saul, depois de ser ungido rei (cf. 1Sm 10.24).

Quando Davi se tornou rei de Judá, recebeu a aprovação pública de todo o povo: "Então os homens de Judá vieram e ali ungiram Davi rei sobre a tribo de Judá" (2Sm 2.4). Quando o sacerdote Zadoque ungiu Salomão para ser rei, "todo o povo disse: Viva o rei Salomão!" (1Rs 1.39; cf. tb. 12.1).

No Novo Testamento, os apóstolos pediram o consentimento da congregação quando escolheram líderes para supervisionar a distribuição de alimentos aos necessitados: "Portanto, irmãos, *escolhei dentre vós* sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais encarreguemos deste serviço" (At 6.3).

Em contrapartida, também encontramos nas Escrituras exemplos negativos de tiranos que não obtiveram o consentimento do povo, mas que governaram com severidade, em oposição à vontade do povo. "O rei [Roboão] não deu ouvidos ao povo" (1Rs 12.15) e, como resultado, as dez tribos do norte se rebelaram contra ele: "Quando todo o Israel viu que o rei se recusava a lhe dar ouvidos, respondeu-lhe: Que temos nós com Davi? […] Às tuas tendas, ó Israel!" (v. 16). Desse dia em diante, Israel se dividiu em Reino do Norte e Reino do Sul.

De forma semelhante, o Antigo Testamento traz vários exemplos de governantes opressores que sujeitaram o povo de Israel à escravidão e que, sem dúvida, não governaram com o consentimento daqueles sobre os quais exerciam autoridade: o faraó, rei do Egito (Êx 3.9,10), os filisteus que dominaram Israel com crueldade durante o período dos juízes (Jz 14.4), Nabucodonosor e outros reis estrangeiros que conquistaram o povo de Israel e, por fim, o levaram para o Exílio (2Rs 25.1-21). A narrativa bíblica apresenta todos esses acontecimentos sob uma ótica negativa.

No Novo Testamento, debaixo do governo romano, Herodes, o Grande, e seus sucessores também foram governantes opressores que exerceram autoridade sem o consentimento dos judeus e que os governaram com severidade (cf. Mt 2.16,17; Lc 13.1; At 12.1,2).

Encontramos, portanto, argumentos bíblicos consideráveis em favor da ideia de que o próprio povo deve escolher uma forma de governo (ou seja, em termos gerais, uma democracia). Esse governo parece ser preferível a todas as outras formas, como a ditadura, a monarquia hereditária ou o governo por uma aristocracia hereditária ou dotada de mecanismos para que ninguém a remova do poder. (Hoje em dia, várias democracias, como o Reino Unido e a Noruega, mantêm uma monarquia que desempenha, em

sua maior parte, uma função simbólica e cerimonial; o sistema de governo, contudo, é democrático, pois as verdadeiras autoridades governantes são eleitas por representantes do povo.)

Existe, contudo, um Rei ao qual a Bíblia confere aprovação irrestrita: Jesus Cristo, que um dia voltará à terra para governar como "Rei dos reis e Senhor dos senhores" (Ap 19.16). Em seu reino não haverá injustiça nem abuso de poder, pois ele reinará com perfeita retidão. O livro de Daniel profetiza a respeito de seu reinado: "E foi-lhe dado domínio, e glória, e um reino, para que todos os povos, nações e línguas o servissem; o seu domínio é um domínio eterno, que não passará, e o seu reino é tal que não será destruído" (Dn 7.14).

Enquanto Cristo não volta para reinar, porém, com base nos princípios anteriormente mencionados, parece que a melhor forma de governo é alguma forma de democracia.

No início da história dos Estados Unidos, quando os colonizadores firmaram o Pacto do Mayflower em 1620, e desse modo instituíram uma forma de autogoverno, fizeram-no com um sólido conhecimento da Bíblia, influenciados por várias passagens e muitos princípios das Escrituras já mencionados. Também trouxeram consigo lembranças vívidas da opressão pela monarquia na Inglaterra. Como resultado, o Pacto do Mayflower estabeleceu um governo *com o consentimento dos governados* que serviu de modelo para colônias subsequentes e, anos depois, para os Estados Unidos com um todo. Declararam que estavam formando um "órgão político civil" para decretar "leis" para o bem geral da colônia "ao qual [prometeram] toda a devida sujeição e obediência".[29] Foi uma sujeição voluntária ao governo que eles próprios haviam criado, e não a um governo imposto externamente por um rei ou por algum exército conquistador. Temos aqui, portanto, a

formação de um governo para atuar com o consentimento dos governados, uma espécie de democracia.

Os mesmos princípios são expressos de modo mais pleno na Declaração de Independência dos Estados Unidos:

> Consideramos estas verdades por si mesmas evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que, para garantir estes direitos, são instituídos governos entre os homens, *derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados*.

Embora tenha havido algumas formas de governo democrático em certas regiões na Antiguidade e Idade Média (como na antiga Atenas), quando os Estados Unidos surgiram, em 1776, como democracia representativa, poderíamos chamar tal fato de "experimento norte-americano", pois na época não existia nenhuma outra democracia nacional no mundo. Depois da fundação dos Estados Unidos, porém, e especialmente no século 20, o número de democracias nacionais teve um crescimento notável. De acordo com o World Forum on Democracy,[30] em 1950 havia 22 democracias, o que correspondia a 31% da população mundial, e mais 21 Estados que adotavam práticas democráticas restritas, o que correspondia a 11,9% da população mundial. Desde a virada do século, há democracias eletivas em 120 dos 192 países existentes, o que corresponde a 58,2% da população mundial.[31]

Portanto, quando as pessoas se queixam para mim de que não desejam se envolver com política, pois consideram os políticos corruptos demais (ou arrogantes, gananciosos por dinheiro ou poder, ou outras características "não

espirituais"), minha vontade é lembrá-las de que, embora a democracia esteja muito aquém da perfeição, todas as outras formas alternativas de governo são bem piores. Devemos ser gratos por aqueles que estão dispostos a envolver-se com a política, por vezes com grandes sacrifícios pessoais.

L. AS NAÇÕES DEVEM VALORIZAR O PATRIOTISMO

Qual deve ser a atitude dos cidadãos em relação ao país onde vivem? Uma vez que uma nação pode ter governantes perversos ou governantes fundamentalmente bons, mas que ainda assim cometem erros de tempos em tempos, o conceito cristão de governo não deve, jamais, apoiar um "patriotismo cego" de acordo com o qual os cidadãos nunca podem criticar o país ou seus líderes. Aliás, o *patriotismo autêntico*, que sempre busca promover o bem do país, critica o governo e seus líderes com franqueza, quando eles agem de modo contrário aos padrões bíblicos.

1. Base bíblica para o patriotismo

O apoio bíblico ao conceito de patriotismo começa com o reconhecimento de que *Deus estabeleceu as nações na terra*. Em Atenas, Paulo diz que Deus "de um só [homem] fez toda a raça humana para que habitasse sobre toda a superfície da terra, determinando-lhes os tempos previamente estabelecidos e os territórios da sua habitação" (At 17.26).

Um exemplo é a promessa de Deus de transformar os descendentes de Abrão (posteriormente, Abraão) em uma nação: "E farei de ti uma grande *nação*, te abençoarei e engrandecerei o teu nome; e tu serás uma bênção" (Gn 12.2).

Posteriormente, Deus disse a Abraão: "E todas as *nações* da terra serão abençoadas por meio da tua descendência" (Gn 22.18).

As origens antigas de muitas nações da terra se encontram registradas na tabela das nações descendentes de Noé, em Gênesis 10, que termina com estas palavras: "Essas são as famílias dos filhos de Noé, segundo suas gerações, *em suas nações*; a partir delas dispersaram-se as nações na terra, depois do dilúvio" (v. 32).

Mais adiante, no decorrer da história, Jó diz que Deus "*multiplica as nações* e as faz perecer; amplia-lhes as fronteiras e as leva cativas" (Jó 12.23).

O sentido de "nação" na Bíblia não é consideravelmente distinto do sentido desse termo hoje em dia: um grupo de pessoas que vivem sob o mesmo governo, soberano e independente em sua relação com outras nações.

Na era moderna, e para os propósitos deste livro, uma "nação" é, em geral, um grupo relativamente grande de pessoas que vivem sob um governo independente, embora haja casos hoje em dia de nações não muito grandes, como Luxemburgo e Mônaco, e alguns casos de nações que são apenas parcialmente independentes de um país maior e dominante.

A existência de várias *nações* independentes na terra deve ser considerada uma bênção de Deus.

Um dos benefícios da existência de nações é que *elas dividem e dispersam o poder governamental na terra*. Desse modo, evitam o domínio de um ditador mundial, que seria mais terrível que qualquer governo perverso isolado, tanto porque afetaria toda a população do mundo, como porque não haveria nenhuma outra nação para confrontá-lo. A história mostra repetidamente que os governantes com poder ilimitado tornam-se cada vez mais corruptos.

Os indivíduos que assinaram a Declaração de Independência dos Estados Unidos tinham consciência de que estavam se estabelecendo como *uma nação separada*, como indica a primeira frase:

> Quando, no decurso da história do homem, torna-se necessário a um povo quebrar os elos políticos que o ligavam a um outro e assumir, de entre os poderes terrenos, um estatuto de diferenciação e igualdade ao qual as leis da natureza e do Deus da natureza lhe conferem direito, o respeito que é devido perante as opiniões da Humanidade exige que esse povo declare as razões que o impelem à separação.

A Bíblia ensina os cristãos a obedecer aos líderes do país em que vivem e honrá-los. Pedro diz aos cristãos: "Honrai o rei" (1Pedro 2.17) e: "Sujeitai-vos a toda autoridade humana por causa do Senhor, seja ao rei, como soberano, seja aos governadores" (v. 13,14).

De forma semelhante, Paulo incentiva os cristãos não apenas a obedecer aos governantes civis, mas a honrá-los e valorizá-los. Ele escreve aos romanos: "Todos devem sujeitar-se às autoridades do governo" (Rm 13.1) e diz que a autoridade é "serva de Deus para o teu bem" (v. 4). Conclui esse trecho deixando implícito que os cristãos devem não apenas pagar impostos, mas também respeitar e honrar, pelo menos em certa medida, os governantes civis: "Dai a cada um o que lhe é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra" (v. 7).

Essas ordens seguem um padrão que também ocorre no Antigo Testamento, como indicam os seguintes versículos:

> Meu filho, teme o Senhor e o rei, e não te associes com os rebeldes (Pv 24.21).

> Não amaldiçoes o rei nem mesmo em pensamento (Ec 10.20).
>
> Assim diz o SENHOR dos Exércitos, o Deus de Israel, a todos os que estão no exílio, aos quais deportei de Jerusalém para a Babilônia: [...] Empenhai-vos pela prosperidade da cidade, para onde vos exilei, e orai ao SENHOR em favor dela; porque a prosperidade dela será a vossa prosperidade (Jr 29.4-7).

A instituição divina de nações, os benefícios para o mundo da existência de nações e as ordens bíblicas segundo as quais o indivíduo deve valorizar e apoiar os líderes que governam o lugar onde ele mora sustentam o conceito de patriotismo.

2. Os benefícios do patriotismo para a nação

Tendo em mente esses fatores, sugiro definir o patriotismo autêntico de modo a incluir, no mínimo, os seguintes elementos:

1) *Consciência de pertencer* a uma comunidade mais ampla que oferece ao indivíduo uma parte de seu senso de identidade e de obrigação para com os outros.

2) *Gratidão* pelos benefícios que sua pátria oferece, como proteção da vida, da liberdade e da propriedade, existência de leis para refrear o mal e incentivar o bem, instituição de um sistema monetário e de mercados econômicos e estabelecimento de uma língua comum (ou línguas comuns).

3) *Orgulho conjunto das realizações de compatriotas* (por exemplo, no âmbito esportivo, científico, econômico, artístico ou filantrópico, entre outros).

4) *Orgulho das coisas boas que o país realizou*, que nasce de um entendimento correto da história de sua pátria e da consciência de pertencer

a um grupo que inclui as gerações anteriores desse país.

5) *Segurança* com respeito ao futuro, em razão da expectativa de que o grupo mais amplo, ou seja, todos do país, trabalhará para o bem dele e, portanto, defenderá cada indivíduo desse grupo dos ataques de malfeitores violentos, quer de dentro, quer de fora de suas fronteiras.

6) *Consciência da obrigação de servir a pátria* e de buscar seu bem de várias maneiras, para defendê-la de ataques militares ou de críticas injustas de outros, para proteger a existência e o caráter de sua pátria para as gerações futuras e para trazer melhorias de diversas formas, quando possível, inclusive por meio de críticas construtivas daquilo que não é feito de modo correto.

7) *Consciência da obrigação de viver de acordo com valores e padrões morais conjuntos amplamente prezados por aqueles que fazem parte de sua pátria e de transmiti-los a recém-chegados e às gerações posteriores*. Essa consciência de obrigação para com os padrões morais conjuntos tem maior probabilidade de surgir dentro de um país do que no mundo como um todo, pois, dentro do contexto de um país, um indivíduo pode atuar como agente moral e ser avaliado por outros. Em contrapartida, é muito raro alguém ter proeminência suficiente para agir em relação ao mundo todo. Outro motivo é a maior facilidade de propagar valores e padrões entre os cidadãos de um país (especialmente onde a maioria fala a mesma língua). O mundo, por sua vez, é tão grande e diversificado que se torna difícil encontrar valores e padrões morais compartilhados por todas as nações ou a consciência em um país dos valores adotados em outros países. Dentro de uma nação individual, quando há o desejo de preservar e transmitir esses valores morais e ideais nacionais, geralmente é necessário que a população tenha, em conjunto, uma consciência das origens de sua pátria e de sua história.

O oposto de patriotismo é uma atitude de antipatia, ou mesmo de desprezo ou ódio pela própria pátria, acompanhada de constantes críticas. Em vez de compartilhar da gratidão pelos benefícios que o país provê e do orgulho pelas coisas boas que ele realizou, quem se opõe ao patriotismo enfatiza repetidamente o aspecto negativo das ações de sua pátria, por mais antigas ou menores que sejam essas ações em comparação com toda a sua história. Essa pessoa não se orgulha da pátria nem de sua história e não está disposta a sacrificar-se por ela, nem a servi-la, protegê-la e defendê-la. Essas atitudes antipatriotas vão solapando a própria existência do país. Nesses casos, a crítica saudável, porém limitada, do que há de errado torna-se exagerada, a ponto de distorcer a realidade e de a pessoa se opor fundamentalmente ao bem do país de modo geral.

Um exemplo de nossa época seria um iraniano patriota dizer, em 2010: "Amo meu país e suas excelentes tradições e ideais, mas me entristeço profundamente com a natureza opressora e perversa do atual governo totalitário". Um norte-coreano patriota poderia dizer algo semelhante. Um iraquiano patriota sob o regime de Saddam Hussein também poderia dizer algo parecido.

Outro exemplo seria um alemão patriota dizer: "Amo meu país e tenho orgulho de suas grandes realizações históricas na ciência, literatura, música e diversas áreas do conhecimento, mas me entristeço profundamente com os crimes cometidos sob a liderança de Adolf Hitler e fico feliz que tenhamos sido libertos de seu governo opressor".

Forneço esses exemplos para mostrar que até mesmo os cidadãos de países com governantes perversos podem manter o patriotismo verdadeiro, combinado com uma crítica refletida e honesta a líderes atuais ou do passado. Contudo, esse patriotismo ainda inclui os elementos valiosos

mencionados anteriormente, como a sensação de pertencer à pátria, a gratidão pelos benefícios que ela proporciona, o orgulho conjunto por suas realizações, a sensação de segurança, a sensação de obrigação de servi-la e protegê-la (e a esperança de mudar uma liderança perversa) e a consciência da obrigação de seguir e transmitir valores e ideais conjuntos que representem o que há de melhor na história do país.

Se isso é possível mesmo nestes exemplos de maus governos, certamente o patriotismo também pode ser incutido em outros países. Nesse sentido, o conceito cristão de governo incentiva e apoia o verdadeiro patriotismo.

APÊNDICE: DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Determinação do Segundo Congresso Continental, 4 de julho de 1776

Declaração unânime dos treze Estados Unidos da América

Quando, no decurso da história do homem, torna-se necessário a um povo quebrar os elos políticos que o ligavam a um outro e assumir, de entre os poderes terrenos, um estatuto de diferenciação e igualdade ao qual as leis da natureza e do Deus da natureza lhe conferem direito, o respeito que é devido perante as opiniões da Humanidade exige que esse povo declare as razões que o impelem à separação.

Consideramos estas verdades por si mesmas evidentes, que todos os homens são criados iguais, sendo-lhes conferidos pelo seu Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais se contam a vida, a liberdade e a busca

da felicidade. Que, para garantir estes direitos, são instituídos governos entre os homens, derivando os seus justos poderes do consentimento dos governados. Que sempre que qualquer forma de governo se torne destruidora de tais propósitos, o povo tem direito a alterá-la ou aboli-la, bem como a instituir um novo governo, assentando os seus fundamentos nesses princípios e organizando os seus poderes do modo que lhe pareça mais adequado à promoção de sua segurança e felicidade. É verdade que a sensatez aconselha que não se substituam governos há muito estabelecidos por razões levianas e momentâneas; e de fato a experiência mostra-nos que, enquanto lhe for possível suportar as contrariedades, a humanidade está mais disposta a sofrer que a reparar os erros abolindo as formas a que se habituaram. Mas quando um extenso rol de abusos e usurpações, invariavelmente com um mesmo objetivo, evidencia a intenção de o enfraquecer sob um despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever, destituir tal governo e nomear novos guardas para a sua segurança futura. Tal tem sido o paciente sofrimento destas colônias; e tal é agora a necessidade que as obriga a alterar seus anteriores sistemas de governo. A história do atual rei da Grã-Bretanha é uma história de sucessivas injúrias e usurpações, todas com o objetivo último de estabelecer um regime absoluto de tirania sobre estes estados. Para provar tudo isto, que se apresentem os fatos perante o mundo honesto.

Recusou a aprovação de leis, as mais favoráveis e necessárias ao bem comum.

Proibiu os seus governadores de aprovar leis de importância imediata e premente, suspendendo sua aplicação até que estas obtivessem sua aprovação; e, ao suspendê-las deste modo, negligenciou claramente a atenção que lhes era devida.

Recusou aprovar outras leis para o estabelecimento de grandes áreas populacionais, exceto no caso de essas pessoas prescindirem do direito de representação nos órgãos legislativos, um direito inestimável para elas e terrível apenas para os tiranos.

Convocou os órgãos legislativos para lugares inacessíveis, desconfortáveis e distantes do arquivo dos registos públicos, com o intento único de, vencidos pelo cansaço, os induzir a aceitar suas disposições.

Dissolveu repetidamente as Câmaras dos Representantes por estas se oporem com grande determinação a suas investidas sobre os direitos do povo.

Após tais dissoluções, recusou durante muito tempo a eleição de novas Câmaras; por essa razão, os poderes legislativos, insuscetíveis de extinção, regressaram ao povo para que este os exercesse; entretanto, o Estado permanecia vulnerável a todos os perigos de invasão exterior, bem como de convulsões internas.

Fez o possível para impedir o povoamento destes estados; com essa finalidade, embargou as leis de naturalização de estrangeiros; recusou aprovar outras leis que estimulassem a migração para nosso território e agravou as condições para novas apropriações de terras.

Obstruiu a aplicação da justiça, recusando a aprovação de leis que estabelecessem poderes judiciais.

Fez juízes dependerem única e exclusivamente de sua vontade para o exercício de seus cargos públicos, assim como para o valor e pagamento de seus salários.

Instituiu uma multiplicidade de novos cargos públicos, tendo enviado um batalhão de funcionários para atormentar nosso povo e sorver sua substância.

Manteve em nosso meio, em tempo de paz, exércitos permanentes, sem o consentimento de nossos órgãos legislativos.

Tornou a força militar independente e superior ao poder civil.

Aliou-se a terceiros para nos submeter a uma jurisdição que não se enquadra em nossa Constituição e que não é reconhecida por nossas leis, tendo dado sua aprovação às supostas leis daí resultantes, as quais:

Autorizam o aquartelamento de grandes corporações de forças armadas entre nós;

Eximem-nas, por meio de simulacros de julgamentos, do castigo por quaisquer assassínios que venham a cometer sobre os habitantes destes estados;

Asfixiam nossas relações comerciais com todas as partes do mundo;

Impõem-nos impostos sem o nosso consentimento;

Privam-nos, em muitos casos, das vantagens de um julgamento com jurados;

Permitem que nos levem para além-mar, onde somos julgados por supostos delitos;

Abolem o livre sistema das leis inglesas numa província vizinha, estabelecendo ali um governo arbitrário e alargando as suas fronteiras, a fim de utilizá-la prontamente como um exemplo e um ótimo instrumento para a introdução das mesmas regras despóticas nestas colônias;

Anulam nossas concessões de privilégios, abolindo nossas leis mais valiosas e alterando profundamente a forma dos nossos governos;

Suspendem nossos próprios órgãos legislativos, permitindo que outros se declarem investidos com o poder de legislar em nosso nome, em toda e qualquer circunstância.

Abdicou do governo neste território, tendo-nos declarado fora de sua proteção e fazendo guerra contra nós.

Saqueou nossos mares, pilhou nossos litorais, queimou nossas cidades e destruiu a vida de nosso povo.

Neste momento, transporta grandes exércitos de mercenários estrangeiros para completar a obra de morte, desolação e tirania já anteriormente iniciada, com requintes de crueldade e perfídia sem paralelo mesmo nas eras mais bárbaras, sendo absolutamente indigno de exercer o cargo de chefe de uma nação civilizada.

Obrigou nossos concidadãos que foram levados como prisioneiros para alto-mar a pegar em armas contra seu país, a se tornarem os carrascos de seus amigos e irmãos, ou a sucumbirem, eles próprios, em suas mãos.

Instigou insurreições internas entre nós, tendo procurado provocar os habitantes de nossas fronteiras, os impiedosos índios selvagens, cujo conhecido estado permanente de guerra representa a destruição indiscriminada de pessoas de qualquer idade, sexo e condição.

Enquanto suportávamos tais opressões, nos mais humildes termos lançamos apelos para que reconsiderasse. Aos nossos sucessivos apelos respondeu apenas com injúrias acrescidas. Um soberano cujo carácter fica assim marcado pelo modo de ação que define um tirano não serve como governante de um povo livre.

Não deixamos de dar a devida atenção a nossos irmãos britânicos. De tempos em tempos, avisamo-los das tentativas por parte de seus corpos legislativos para estender uma jurisdição injustificável sobre nós. Lembramo-lhes as circunstâncias de nossa emigração e colonização deste território. Apelamos a sua justiça e magnanimidade inerentes, rogando-lhes que, perante a origem comum que nos une, negassem estas usurpações, pois

estas haveriam inevitavelmente de conduzir à extinção de nossas relações e ligação. Não deram igualmente ouvidos à voz da justiça e da consanguinidade. Temos, pois, que reconhecer a necessidade de nossa separação, pelo que os consideraremos, tal como o resto da humanidade, inimigos na guerra, amigos na paz.

Assim sendo, nós, representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, apelando ao Juiz Supremo do mundo pela retidão de nossas intenções, em nome e com a autoridade que o nobre povo destas colônias nos conferiu, anunciamos e declaramos solenemente que estas Colônias Unidas são e devem ser por direito Estados Livres e Independentes; que ficam exoneradas de toda a fidelidade perante a Coroa Britânica e que qualquer vínculo político entre elas e o Estado da Grã-Bretanha é e deve ser totalmente dissolvido; e que, na qualidade de Estados Livres e Independentes, assiste-lhes toda a competência para declarar guerra, assinar a paz, formar alianças, estabelecer relações comerciais e levar a cabo quaisquer decisões ou ações, tal como compete aos Estados Independentes. E para sustentação desta Declaração, confiando plenamente na proteção da divina Providência, empenhamos mutuamente as nossas vidas, os nossos bens e a nossa honra sagrada.[32]

[Connecticut:] Samuel Huntington, Roger Sherman, William Williams, Oliver Wolcott

[Delaware:] Thomas McKean, George Read, Caesar Rodney

[Georgia:] Button Gwinnett, Lyman Hall, George Walton

[Maryland:] Charles Carroll, Samuel Chase, William Paca, Thomas Stone

[Massachusetts:] John Adams, Samuel Adams, Elbridge Gerry, John Hancock, Robert Treat Paine

[New Hampshire:] Josiah Bartlett, Matthew Thornton, William Whipple

[New Jersey:] Abraham Clark, John Hart, Francis Hopkinson, Richard Stockton, John Witherspoon

[New York:] William Floyd, Francis Lewis, Philip Livingston, Lewis Morris

[North Carolina:] Joseph Hewes, William Hooper, John Penn

[Pennsylvania:] George Clymer, Benjamin Franklin, Robert Morris, John Morton, George Ross, Benjamin Rush, Jason Smith, George Taylor, James Wilson

[Rhode Island:] William Ellery, Stephen Hopkins

[South Carolina:] Thomas Heyward, Jr., Thomas Lynch, Jr., Arthur Middleton, Edward Rutledge

[Virginia:] Carter Braxton, Benjamin Harrison, Thomas Jefferson, Francis Lightfoot Lee, Richard Henry Lee, Thomas Nelson, Jr., George Wythe

---

[1] Para uma discussão mais detalhada, cf. Christopher Wright, *Old Testament Ethics for the People of God*, Downers Grove: InterVarsity Press, 2004; Walter C. Kaiser, *Toward Old Testament Ethics*, Grand Rapids: Zondervan, 1991; Gordon Wenham, *Story as Torah: Reading Old Testament Narrative Ethically*, Grand Rapids: Baker, 2000.

[2] Quando Isaías fez essa profecia (por volta de 740-681 a.C.), o Império Assírio ocupava uma posição dominante no Antigo Oriente Próximo.

Contudo, a Assíria foi derrotada pelo Império Babilônico em 612 a.C. A Babilônia foi conquistada pelos persas em 539 a.C. Ciro se tornou rei da Pérsia em 538 a.C. Logo, Isaías, por inspiração de Deus, prenunciou, por nome, a existência de Ciro, um governante que viria depois desses dois impérios, ou seja, cerca de 150 anos após a profecia de Isaías.

[3] Edição de 9 de junho de 2009, p. 29.

[4] *Why Government Can't Save You: an Alternative to Political Activism*. Nashville: Word, 2000, p. 6-7.

[5] 4.20.31.

[6] Em um e-mail pessoal enviado para mim em 21 de janeiro de 2010.

[7] Ibidem.

[8] Citado de: <www.greatseal.com/committees/firstcomm/>. Acessado em: 23 de maio de 2014.

[9] "The Thirteenth Amendment: The Abolition of Slavery" [Décima Terceira Emenda: Abolição da Escravidão]. Cf. www.law.umkc.edu/faculty/projects/ftrials/conlaw/thirteenthamendment.html.

[10] Charlie Goodyear, "S.F.: First City to Ban Plastic Shopping Bags", *San Francisco Chronicle* (28 de março de 2007), disponível em: <www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?file=/c/a/2007/03/28/MNGDROT5QN1.DTL>.

[11] O advogado de Manhattan Philip K. Howard documenta dezenas de exemplos de leis e regulamentos descabidos do governo que reduzem gradativamente a capacidade do indivíduo de viver com liberdade e desfrutar a vida. Cf. seu livro *The Death of Common Sense*, New York: Random House, 1994. Reimpresso com permissão.

[12] Paul Davidson, "It's Lights Out for Traditional Light Bulbs", *USA Today* (16 de dezembro de 2007), disponível em: <www.usatoday.com/money/industries/energy/environment/2007–12–16-light-bulbs_N.htm>.

[13] Para uma descrição clássica de como o governo cerceia gradativamente a liberdade, cf. F. A. Hayek, *The Road to Serfdom*, Edição de 50º Aniversário, Chicago: University of Chicago Press, 1994. [Publicado em português com o título *O caminho da servidão*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Instituto Liberal, 1994.]

[14] *The Works of John Adams, Second President of the United States*, Charles Francis Adams, org., Boston: Little, Brown, 1854, IX:229, 11 de outubro de 1798.

[15] Cf. "Federal Court Mulls Classroom Gay Subject Matter", *Associated Press* (7 de fevereiro de 2007); "First-Graders Attend Lesbian Wedding", *United Press International* (11 de outubro de 2008); Bob Unruh, "Judge Orders 'Gay' agenda Taught to Christian Children", *WorldNetDaily.com* (24 de fevereiro 2007); Carol Innerst, "Lessons on Homosexuality Taking Hold in U.S. Schools", *Washington Times* (25 de novembro 1997); e Diana Jean

Schemo, "Lessons on Homosexuality Move into the Classroom", *New York Times* (15 de agosto de 2007).

[16] Cf., por exemplo, Catherine Philip, "Babies Seized after Jehovah's Witness Mother Refuses Blood for Sextuplets", *Times Online* (23 de fevereiro de 2007).

[17] *Gonzales versus O Centro Espírita Beneficente União do Vegetal*, Suprema Corte dos Estados Unidos, rol de causas No. 04-1084, julgado em 21 de fevereiro de 2006.

[18] *Kiczenski versus Ashcroft*, U.S. Tribunal Distrital do Distrito do Leste da Califórnia, julgado em 24 de fevereiro de 2006.

[19] "U.S. Muslim Ordered to Lift Veil", *BBC News* (6 de junho de 2003).

[20] David Luhnow, "The Secrets of the World's Richest Man", *Wall Street Journal* (4 de agosto de 2007).

[21] Relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre Camarões (11 de março de 2008). Cf. www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2007/100470.htm. Cf. tb Robert Guest, *The Shackled Continent*, Oxford: Macmillan, 2004. Guest relata que acompanhou um caminhão grande com uma carga de cerveja Guinness, da cervejaria em Douala, principal cidade portuária de Camarões, até Bertoua, cidade a 500 quilômetros de lá. A viagem, que deveria durar dezoito horas, levou quatro dias, graças aos 47 "postos de fiscalização", que consistiam em tábuas cheias de pregos com as pontas voltadas para cima colocadas no meio da estrada. Alguém havia se nomeado "fiscal" e aplicava multas por violações de toda espécie inventadas na hora.

O motorista teve de pagar várias "multas" antes que as barreiras fossem removidas (p. 172-6). Roubos e extorsões desse tipo dentro do país dificultam imensamente o comércio e obrigam os consumidores a pagar mais caro por tudo. O país inteiro paga o preço pela falta de um estado de direito.

[22] O termo "democracia" pode ter significado mais amplo ou mais restrito. No sentido mais amplo, "democracia" é "o governo pelo povo, exercido de modo direto, ou por meio de representantes eleitos" (acepção 1 no *The American Heritage Dictionary*, Boston: Houghton Mifflin, 1996, p. 497). Nesse sentido, os Estados Unidos são claramente uma democracia: não são uma monarquia, nem uma oligarquia, nem uma ditadura, mas um governo exercido "pelo povo [...] por meio de representantes eleitos". Por vezes, porém, as pessoas me dizem: "Os Estados Unidos são uma república, não uma democracia". Nesse caso, o termo "democracia" é usado de modo mais restrito, que significa apenas "governo da maioria", e se refere somente à democracia pura, como nas antigas cidades-estados, onde todas as decisões eram tomadas pelos votos de todos os cidadãos. Alguns entendem que o termo exato "república" é a única designação apropriada para o governo exercido por representantes eleitos. Costumo responder a essas pessoas que, de fato, os Estados Unidos são uma república, mas também são uma democracia, pois não uso o termo "democracia" com o sentido restrito de "democracia pura". Aplico o termo "democracia" a um sistema de governo em que os governantes são eleitos pelo povo. Essa é a acepção mais comum do termo hoje em dia, e é isso que ele significa na língua coloquial e escrita.

[23] Declaração de Independência dos Estados Unidos, adotada em 4 de julho de 1776, disponível em:

<www.archives.gov/national_archives_experience/charters/declaration_transcript.html>.

[24] "A eleição não foi justa e não preencheu os requisitos de uma eleição democrática", concluíram numa declaração conjunta as entidades Organisation for Security and Co-operation in Europe (OSCE) e Council of Europe. Cf. "Russia's Fraudulent Election", *The Economist* (3 de dezembro de 2007), disponível em: <www.economist.com/world/europe/displaystory.cfm?story_id=10238268>.

[25] Peta Thorneycraft, "Police 'Rigged' Ballot in Zimbabwe Election", *Theage.com.au* (12 de abril de 2008), disponível em: <www.theage.com.au/news/world/police--rigged-ballot-in-zimbabwe-election/2008/04/11/1207856835491.html>.

[26] Christopher Toothaker, "Efforts to Dispel Claims of Vote-Rigging in Venezuela's Recall Vote Suffer a Setback", *Associated Press* (18 de agosto de 2004).

[27] Meghan Dunn, "U.N. Chief Urges Myranmar to Hold 'Fair' Election", *CNN.com* (14 de julho de 2009), disponível em: <www.cnn.com/2009/WORLD/asiapcf/07/13/myanmar.un.elections/index.html>; e "Myranmar Junta Dismisses Suu Kyi Victory", *Associated Press/USA Today* (6 de julho de 2008), disponível em: <www.usatoday.com/news/world/2008–07–06–3081463627_x.htm>.

[28] New York: Public Affairs, 2004, p. 40-1.

[29] Cf. www.mayflowerhistory.com/PrimarySources/MayflowerCompact.php e www.historyplace.com/unitedstates/revolution/mayflower.htm.

[30] "Fórum Mundial sobre Democracia", evento realizado pela organização Freedom House em 25-27 de junho de 2000. Reuniu líderes civis e religiosos, ativistas, acadêmicos e representantes de ONGs do mundo inteiro para tratar do avanço da democracia. Fonte: <http://www.freedomhouse.org/article/freedom-house-announces-first-world-forum-democracy#.UwuI4IWCocs>. [N. do T.]

[31] "List of Electoral Democracies", *World Forum on Democracy* (25-27 de junho de 2000), disponível em: <www.fordemocracy.net/2007/electoral-democracies.html>.

[32] *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776)*. In: Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-02-05]. Disponível em: <www.infopedia.pt/$declaracao-de-independencia-dos-estados>. [N. do T.]

capítulo 4

UMA COSMOVISÃO BÍBLICA

Antes que examinem questões políticas específicas, é importante que os cristãos comecem por uma cosmovisão cristã geral. Existem diversas verdades fundamentais a respeito de Deus e de sua relação com o mundo e a respeito dos seres humanos que afetam de uma forma ou de outra quase todas as decisões políticas. É de suma importância que os cristãos entendam esses elementos de uma cosmovisão bíblica e saibam que muitos não cristãos na sociedade atual adotam posturas bem diferentes desses princípios básicos.

A. DEUS CRIOU TODAS AS COISAS

A primeira frase da Bíblia nos fornece o elemento mais importante para a formação de uma cosmovisão cristã: "No princípio, Deus criou os céus e a terra" (Gn 1.1).

Na sequência, o primeiro capítulo de Gênesis informa que Deus criou as plantas e as árvores (v. 11), as aves e os peixes (v. 20,21). Depois, diz: "E Deus fez os animais selvagens, segundo suas espécies, e o gado, segundo suas espécies, e todos os animais da terra que rastejam, segundo suas espécies. E Deus viu que isso era bom" (v. 25).

Em seguida, vemos que Deus criou o homem: "E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (v.

27).

Eis, portanto, o primeiro elemento da cosmovisão cristã: Deus é o Criador, e tudo o que existe foi criado por ele. Embora intérpretes cristãos entendam de formas diversas alguns detalhes (como, por exemplo, quantos tipos de animais Deus criou do nada ou quanto tempo levou para completar o processo de criação), não deve haver divergência quanto ao fato básico de que Deus criou tudo, de modo que toda a criação lhe pertence e ele é, por direito, Senhor sobre toda ela.

Temos aqui uma aplicação imediata: quando se exclui do sistema educacional de um país a realidade de que Deus criou tudo o que existe, *as escolas escondem das crianças o fato mais fundamental do universo*. *Como* e *quando* isso deve ser ensinado são questões que deixam espaço para diferenças legítimas. Não deve, contudo, haver divergências quanto ao fato de que a Bíblia apresenta isso como uma *verdade*, algo que aconteceu dentro do espaço e do tempo históricos. Também devemos reconhecer que um sistema educacional secular que nega metodicamente a verdade é contrário à cosmovisão cristã.

O fato de que Deus é o Criador também significa que ele é digno da obediência e da adoração de suas criaturas. É apropriado, portanto, os anciãos ao redor do trono de Deus no céu cantarem: "Nosso Senhor e nosso Deus, tu és digno de receber a glória, a honra e o poder, porque tu criaste todas as coisas e, por tua vontade, elas existiram e foram criadas" (Ap 4.11).

Outra implicação de Deus haver criado o universo é que ele inseriu alguns sinais de sua existência e caráter no mundo que criou: "Os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das suas mãos" (Sl 19.1).

Ademais, Paulo diz em Romanos: "Pois os seus atributos invisíveis, seu eterno poder e divindade, *são vistos claramente* desde a criação do mundo e *percebidos mediante as coisas criadas*" (Rm 1.20).

B. NA BÍBLIA, O DEUS ÚNICO E VERDADEIRO REVELA CLARAMENTE A SI MESMO E SEUS PADRÕES MORAIS

O verdadeiro conhecimento a respeito de Deus que resulta em fé autêntica se dá por meio daquilo que está escrito na Bíblia: "Portanto, a fé vem pelo ouvir, e o ouvir, pela palavra de Cristo" (Rm 10.17). Isso acontece porque "toda a Escritura é divinamente inspirada e proveitosa para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça" (2Tm 3.16). São as "Sagradas Letras" da Bíblia que "podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus" (2Tm 3.15). Com respeito às palavras dos profetas do Antigo Testamento, Pedro diz que "homens falaram da parte de Deus, conduzidos pelo Espírito Santo" (2Pe 1.21). Jesus se referiu às palavras da Bíblia como "toda palavra que sai da boca de Deus" (Mt 4.4). Esses versículos ensinam que, por meio das palavras da Bíblia, Deus fala conosco e nos oferece revelação clara e verdadeira a respeito de si mesmo.

Quando Deus estabeleceu o povo de Israel como nação no monte Sinai, deu-lhes os Dez Mandamentos (Êx 20.1-17) para que soubessem como viver em obediência a ele. Portanto, o Antigo Testamento pode afirmar que andar em obediência à lei do Senhor é conduzir-se "com integridade" diante de Deus: "Bem-aventurados os que se conduzem com integridade, os que andam na lei do Senhor!" (Sl 119.1).

Os padrões morais que Deus revela na Bíblia não se aplicam apenas a uma igreja ou religião específicas; antes, são os padrões morais com base nos

quais o Deus único e verdadeiro, Criador e Senhor de todo o universo, pedirá contas de cada pessoa no juízo final. Quando Pedro escreve a cristãos inseridos numa cultura não cristã hostil, diz que seus vizinhos não cristãos "acham estranho que não vos juntais a eles na mesma carreira desenfreada de licenciosidade e vos difamam". Contudo, eles "*terão de prestar contas* àquele que está pronto para julgar os vivos e os mortos" (1Pedro 4.4,5).

Esse fato não muda mesmo que as pessoas não creiam na Bíblia ou não aceitem que ela contém os padrões morais de Deus. A Bíblia *continua a ser verdadeira* e *continua a conter* os padrões morais de Deus para todas as pessoas, em todas as épocas. A cosmovisão cristã afirma que existe apenas um Deus verdadeiro sobre todo o mundo e que os padrões morais que ele nos deu na Bíblia são os padrões com base nos quais ele julgará todos os seres humanos, até mesmo os incrédulos que se opunham aos primeiros cristãos aos quais Pedro escreveu. De forma semelhante, ao falar aos filósofos gregos pagãos em Atenas, Paulo disse que "o Deus que fez o mundo e tudo o que nele há" (At 17.24) é o mesmo Deus que

> ordena que todos os homens, em todos os lugares, se arrependam, pois determinou um dia em que *julgará o mundo com justiça*, por meio do homem que estabeleceu com esse propósito. E ele garantiu isso a todos ao ressuscitá-lo dentre os mortos (v. 30,31).

Embora esses filósofos gregos não cressem na Bíblia nem a aceitassem e também não aceitassem as palavras do Antigo Testamento como palavras de Deus, ainda assim Paulo lhes disse que *seriam julgados por Deus e teriam de prestar contas a ele*. De acordo com a cosmovisão bíblica, o mesmo se aplica a todo ser humano que já viveu.

Essa verdade tem implicações importantes para o modo de os cristãos entenderem as questões políticas que envolvem certo e errado. Por exemplo, se Deus diz que matar é errado (Êx 20.13) e se está determinado que essa ordem para não matar se aplica às crianças que ainda não nasceram, aos idosos ou aos extremamente enfermos, isso afeta claramente nosso modo de considerar as leis a respeito de aborto e eutanásia. Em outro exemplo, se, de acordo com a Bíblia, a conduta homossexual é moralmente errada, isso influencia de forma significativa nosso modo de considerar as leis que dão o aval e o incentivo do governo para o "casamento" entre homossexuais.

C. A CRIAÇÃO ORIGINAL ERA "MUITO BOA"

Quando Deus terminou sua obra de criação, "viu tudo quanto fizera, e era muito bom" (Gn 1.31). Era um mundo no qual não havia doenças nem "espinhos e ervas daninhas" (Gn 3.18) para prejudicar os seres humanos. Era um mundo de grande fartura e beleza, muito além de qualquer coisa que podemos imaginar hoje. Uma vez que Adão e Eva faziam parte do pronunciamento de que tudo "era muito bom", estavam inteiramente livres de pecado. Além disso, não estavam sujeitos a doenças, nem ao envelhecimento, nem à morte (cf. Rm 5.12; também Ec 7.29).

Mesmo nesse mundo perfeito, porém, Deus encarregou Adão e Eva de trabalhar para cuidar do jardim: "E o Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden, para que o homem o cultivasse e guardasse" (Gn 2.15). Deus também colocou toda a criação diante deles e deu instruções para que a desenvolvessem e a tornassem útil, com a implicação de que eles a desfrutariam e agradeceriam a Deus por ela: "Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a;

dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra" (Gn 1.28).

Isso significa que o trabalho produtivo não é, em si mesmo, um mal ou algo a ser evitado; antes, *o trabalho é algo bom e faz parte do propósito com o qual Deus criou os seres humanos*. Portanto, a vida "ideal" para os seres humanos não é uma vida de preguiça e inatividade perpétua (numa ilha tropical, por exemplo), mas uma vida cheia de significado, de atividade produtiva, com alguma espécie de trabalho agradável a Deus.

D. POR CAUSA DO PECADO DE ADÃO E EVA, O MAL MORAL ("PECADO") ESTÁ PRESENTE NO CORAÇÃO DE TODO SER HUMANO

A cosmovisão cristã deve incluir a ideia de que há certa medida de mal moral (o que a Bíblia chama de "pecado") no coração de todo ser humano na face da terra. Ademais, a Bíblia mostra que esse mal moral nos seres humanos deve ser definido em comparação com um *padrão externo* de certo e errado, um padrão que *não* é proveniente de dentro da raça humana, mas do próprio Deus. Essa ideia de que os seres humanos são considerados pecadores diante dos padrões morais absolutos do Deus único e verdadeiro tem implicações *imensas* para as muitas diferenças de postura política entre as opções partidárias.

A origem do mal na raça humana é explicada nos capítulos iniciais da Bíblia: "Então o Senhor Deus ordenou ao homem: Podes comer livremente de qualquer árvore do jardim, mas não comerás da árvore do conhecimento do bem e do mal" (Gn 2.16,17).

Contudo, Adão e Eva desobedeceram a essa ordem: "Então, vendo a mulher que a árvore era boa para dela comer, agradável aos olhos e desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, comeu e deu dele a seu marido, que também comeu" (Gn 3.6).

Depois disso, Deus confrontou Adão e Eva e lhes impôs certos castigos (cf. Gn 3.8-24). Em consequência, toda a raça humana foi afetada em todas as gerações subsequentes. No Novo Testamento, Paulo escreve:

> Portanto, assim como o pecado entrou no mundo por um só homem, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, pois todos pecaram. [...] Por uma só transgressão veio o julgamento sobre todos os homens para a condenação [...], *pela desobediência de um só homem muitos foram feitos pecadores* (Rm 5.12,18,19).

Depois do pecado de Adão e Eva, sua natureza moral interior tornou-se pecaminosa. Tornaram-se propensos a pecar mais. E essa propensão para o pecado foi transmitida a todas as gerações posteriores, a todos os seres humanos na terra; confira Rm 3.23: "Porque todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus".

O primeiro pecado de Adão e Eva no início da história humana tem várias implicações para a cosmovisão do indivíduo e seu modo de ver diversas questões políticas:

1. Existem padrões morais externos à raça humana

A conduta humana de hoje (até mesmo sua melhor conduta) não é o padrão de certo e errado. De acordo com a Bíblia, a conduta humana não pode ser o padrão, pois todas as pessoas são pecadoras e estão aquém das exigências

de Deus. Isso significa que nossos padrões de "certo" e "errado" *não devem ser determinados simplesmente pela observação da experiência humana atual*. Quando Deus disse a Adão e Eva para não comerem de determinada árvore, *o padrão de certo e errado veio de uma fonte externa a eles*. E quando Deus deu outras ordens à raça humana, os padrões morais também vieram de uma fonte externa.

Em contraste com essa ideia, muitos na sociedade de hoje adotam uma abordagem aos padrões morais inteiramente centrada no ser humano. Parte considerável da sociedade pressupõe que *os seres humanos são fundamentalmente bons* e que *a observação da conduta humana e a consideração das opiniões humanas são a única fonte de padrões morais* a respeito de certo e errado. Rejeitam a ideia de que existe um padrão moral absoluto externo à raça humana ou de que é possível conhecer os padrões morais de Deus. Logo, sua tendência é defender o relativismo moral e considerar diferenças no comportamento sexual (por exemplo) simplesmente *escolhas pessoais diversas* que as pessoas fazem e que não podem ser medidas por padrões de certo e errado. Partindo desse pressuposto secular, chega-se a opiniões inteiramente distintas sobre questões de lei e política que dizem respeito à possibilidade ou não de saber que algumas coisas são certas e outras são erradas.

2. A natureza humana não é fundamentalmente boa

Todos os seres humanos têm em seu coração propensões boas e propensões más. Têm uma propensão pecaminosa (ou natureza pecaminosa) de Adão e Eva, mas também têm uma consciência que, muitas vezes, reflete as leis morais de Deus. Paulo diz: "O que a lei exige está escrito no coração deles, tendo ainda o testemunho da sua consciência e dos seus pensamentos, que

ora os acusam, ora os defendem." (Rm 2.15). Os seres humanos mantêm vários elementos da semelhança a Deus, pois foram criados à sua imagem e, por meio da "graça comum", Deus ainda lhes concede muitas bênçãos imerecidas nesta vida, inclusive a percepção de certo e errado. Logo, a conduta individual da pessoa pode ser boa ou má e, com frequência, é uma mistura de ambos. As pessoas escolhem entre as propensões boas e as propensões más de seu coração, de modo que, em última análise, o que leva alguém a fazer o bem ou o mal é sua própria escolha:

> Quando tentado, ninguém deve dizer: Sou tentado por Deus, pois Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta. Mas *cada um é tentado quando atraído e seduzido por seu próprio desejo*. Então o desejo, tendo concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, após se consumar, gera a morte (Tg 1.13-15).

Esse princípio bíblico significa que *o mal não é resultante apenas da influência da sociedade sobre a pessoa*, e *aqueles que praticam o mal não são apenas vítimas de influências externas*. Sem dúvida, as pessoas sofrem influências nocivas e, sempre que possível, a sociedade deve procurar remover essas influências. Não obstante, *praticar o mal ainda é resultado das escolhas perversas do indivíduo, de modo que ele deve ser responsabilizado pelo mal que pratica*.

Em contrapartida, a tendência do ponto de vista secular é crer que os seres humanos são fundamentalmente bons e que, portanto, quando praticam o mal, o motivo principal deve ser *algo na sociedade* que os prejudicou e os levou a agir de forma incorreta. Logo, parte da *sociedade* é responsabilizada pelo mal, enquanto aquele que pratica o mal provavelmente é visto como "vítima", e não como malfeitor. Essa divergência explica muitas

diferenças políticas no modo de lidar com a criminalidade e com a ameaça de terrorismo internacional.

3. Responsabilidade humana

A seção anterior deixa implícito que as pessoas devem ser responsabilizadas por suas ações, pois elas são resultantes de decisões pessoais de seguir propensões para o bem ou para o mal que se encontram no próprio coração humano. Contrastando com isso, a tendência de boa parte da sociedade secular é evitar responsabilizar os indivíduos por suas ações erradas, que seriam decorrentes de influências *sociais*, e não do mal presente no coração de cada um.

4. Mal violento e irracional

A Bíblia reconhece que, em algumas pessoas, a propensão para o mal torna-se excepcionalmente forte e violenta e, nesses casos, deve ser refreada por força superior (ou seja, pelo governo) a fim de evitar que a sociedade seja prejudicada. Por isso, Paulo diz: "Os governantes não são motivo de temor para os que fazem o bem, mas sim para os que fazem o mal" (Rm 13.3). Alguns exemplos dessa maldade violenta são Adolf Hitler, na Alemanha (que só foi detido por exércitos estrangeiros), terroristas, assassinos em série e estupradores.

Alguns que adotam um ponto de vista inteiramente secular e acreditam na bondade fundamental de todo coração humano rejeitam a ideia de que a melhor maneira de lidar com essas pessoas é por meio da força superior do governo. Imaginam que seja possível mudar até os indivíduos mais perversos ao dialogar e argumentar com eles e ao tentar tratar das "causas" de seu

comportamento (como pobreza ou violência na infância, ou opressão por um país mais poderoso). De acordo com o ponto de vista bíblico, porém, a maldade é tão forte em algumas pessoas que elas se tornam irracionais e violentas e só podem ser refreadas pela polícia ou por força militar, pois não reagem à razão: "Mas, se fizeres o mal, teme, pois não é sem razão que ela [a autoridade] traz a espada, pois é serva de Deus e agente de punição de ira contra quem pratica o mal" (Rm 13.4).

A ideia da existência do mal violento e irracional em alguns seres humanos — mal que só pode ser contido por uma autoridade mais forte — também tem implicações consideráveis para várias questões políticas relativas não apenas à defesa nacional, mas também ao modo de punir e refrear a criminalidade e até mesmo ao modo de disciplinar as crianças no contexto familiar e escolar.

E. POR CAUSA DO PECADO DE ADÃO E EVA, DEUS COLOCOU UMA MALDIÇÃO SOBRE TODO O MUNDO NATURAL

A cosmovisão cristã também inclui a ideia de que o estado presente do "mundo natural" não corresponde à forma como Deus o criou. Depois que Adão e Eva pecaram, um dos castigos impostos mudou o funcionamento do mundo natural, de forma que este deixou de ser o idílico jardim do Éden e se tornou uma habitação muito mais perigosa e difícil para os seres humanos. Deus disse a Adão a respeito do solo: "*Maldita é a terra por tua causa*; com sofrimento comerás dela todos os dias da tua vida. *Ela te produzirá espinhos e ervas daninhas*" (Gn 3.17,18).

A expressão "espinhos e ervas daninhas" é uma espécie de imagem poética, um exemplo específico e fácil de reconhecer que representa uma

série de problemas — como furacões, enchentes, secas, terremotos, plantas venenosas, cobras e insetos venenosos e animais selvagens hostis — que tornam a terra um lugar em que a beleza natural e a utilidade estão sempre mescladas com outros elementos que trazem destruição, enfermidade e até mesmo a morte.

Logo, *aquilo que consideramos "natural" hoje em dia nem sempre é bom*. Precisamos, por exemplo, construir muros de contenção e diques para nos proteger de furacões. Usamos aquecedores em nossa casa no inverno e aparelhos de ar-condicionado no verão em vez de convivermos o tempo todo com a temperatura "natural". Irrigamos campos para plantar lavouras onde a "natureza" resolveu que não cresceriam. Colocamos telas nas janelas ou usamos repelentes para evitar as picadas dos pernilongos, seres "da natureza". A natureza decaída de hoje não é exatamente um jardim do Éden!

F. DEUS QUER QUE OS SERES HUMANOS DESENVOLVAM OS RECURSOS DA TERRA E OS UTILIZEM COM SABEDORIA E ALEGRIA

O elemento final da cosmovisão bíblica sobre questões políticas diz respeito ao propósito com o qual Deus colocou os seres humanos na terra. Logo no início da história humana, imediatamente depois de criar Adão e Eva, "Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra" (Gn 1.28).

Essa responsabilidade de sujeitar a terra e dominá-la deixa implícito que Deus esperava que Adão e Eva e seus descendentes explorassem e

desenvolvessem os recursos da terra de modo a beneficiar a si mesmos e a outros seres humanos.

Contudo, as ordens para sujeitar a terra e dominá-la *não significam que podemos usar a terra de modo imprevidente ou destrutivo*, ou tratar os animais de modo intencionalmente cruel; afinal, "o justo cuida da vida dos seus animais" (Pv 12.10). Deus também instruiu o povo de Israel a ter o cuidado de proteger as árvores frutíferas em tempos de guerra (cf. Dt 20.19,20). Além disso, a ordem "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22.39) deixa implícita a responsabilidade de pensar nas necessidades de outros, até mesmo das gerações futuras. Logo, não devemos usar a terra de maneira a destruir seus recursos ou a torná-los inutilizáveis no futuro. *Devemos usar os recursos da terra com sabedoria, como bons administradores*, e não de modo imprevidente ou abusivo.

Outra implicação desse elemento da cosmovisão cristã é que *devemos considerar o desenvolvimento e a produção de bens provenientes da terra como algo moralmente bom*, e não apenas como "materialismo" perverso. Deus colocou na terra recursos que permitiriam ao homem desenvolver muitas outras coisas além de alimento e roupas. Temos recursos que possibilitam a construção de belas casas e a produção de automóveis, aviões, computadores e milhões de outros bens de consumo. Embora exista a possibilidade de usar tudo isso indevidamente e ainda que o coração das pessoas às vezes tenha atitudes incorretas a esse respeito (como orgulho, inveja e cobiça), *as coisas em si* devem ser consideradas *moralmente boas*, pois fazem parte do propósito com o qual Deus nos colocou na terra.

A ordem de Deus para sujeitar a terra e dominá-la também significa que *não é sua intenção que os seres humanos vivam na mais absoluta miséria ou que se mantenham com uma agricultura de subsistência que mal lhes permita sobreviver*

entre uma colheita e outra. Antes, sua intenção é que todos os seres humanos desfrutem a fartura de recursos da terra com ações de graças a ele. Isso significa que *é moralmente correto* procurar acabar com a pobreza onde quer que ela se encontre. Significa também que é *moralmente correto* ajudar os pobres a adquirir a capacidade de desenvolver e desfrutar com fartura os bons recursos da terra, como outros já fazem.

CONCLUSÃO

FÉ, OBRAS E CONFIANÇA EM DEUS AO TRABALHAR NA POLÍTICA E NO GOVERNO

Como podemos crer profundamente na soberania de Deus sobre a história ao trabalharmos para influenciar as leis e políticas de nossa nação para melhor?

Existe alguma contradição ou tensão entre nossa "fé" e nossas "boas obras" no âmbito político?

Este capítulo procurará situar as questões levantadas neste livro dentro da perspectiva bíblica mais ampla de como o cristão deve se portar sua vida toda: sempre *confiando* em Deus e também *obedecendo* a ele, numa vida repleta de "boas obras" (Ef 2.10).

A. O QUE SIGNIFICA CONFIAR NA SOBERANIA DE DEUS SOBRE O RUMO DA HISTÓRIA MUNDIAL?

Confiar em Deus no tocante à sua soberania sobre o rumo da história mundial significa simplesmente crer naquilo que Deus diz a respeito de seu governo sobre as nações e ter firme certeza e paz em nosso coração de que isso é verdade.

1. Deus governa os governantes e os destinos das nações

Considere as seguintes passagens das Escrituras:

> Porque o reino é do SENHOR, *é ele quem governa as nações* (Sl 22.28).
>
> Pelo seu poder, ele governa para sempre, *seus olhos vigiam as nações*; que os rebeldes não se exaltem (Sl 66.7).
>
> Porque a exaltação não vem do oriente, nem do ocidente, nem do deserto. Mas *Deus é quem julga; ele abate um e exalta outro* (Sl 75.6-7).
>
> O *coração do rei* é como a corrente de águas nas mãos do SENHOR: ele o dirige para onde quer (Pv 21.1).
>
> *O Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens*, e o dá a quem quer, e até o mais humilde dos homens constitui sobre eles (Dn 4.17).
>
> Jesus lhe respondeu: Nenhuma autoridade terias sobre mim, *se do alto não te fosse dada* (Jo 19.11).
>
> De um só *fez toda a raça humana* para que habitasse sobre toda a superfície da terra, *determinando-lhes os tempos previamente estabelecidos e os territórios da sua habitação* (At 17.26).
>
> Todos devem sujeitar-se às autoridades do governo, pois *não há autoridade que não venha de Deus*, e as que existem foram ordenadas por ele (Rm 13.1).

Em meados de 2008, percebi a realidade desses versículos de uma nova maneira. Tinha dado uma palestra num congresso em Roma e, no dia anterior ao término do congresso, estava no terraço do hotel situado numa

colina com vista para toda a cidade de Roma. Ao contemplar essa metrópole extraordinária, lembrei-me de que ela havia dominado o mundo então conhecido por mais de cinco séculos. Imperadores caminharam por suas ruas. Exércitos partiram de Roma e regressaram vitoriosos. Ali foram decretadas leis para governar muitas nações. E tudo isso debaixo da providência soberana e invisível de Deus, realizando seus propósitos na história, pois no ano 4 a.C., nessa mesma cidade, o imperador César Augusto publicou um decreto:

> Naqueles dias, saiu um decreto da parte de César Augusto para que o mundo inteiro fosse recenseado. Esse primeiro recenseamento foi feito quando Quirino era governador da Síria. Todos iam alistar-se, cada um na sua cidade. E José, também, foi da cidade de Nazaré, na Galileia, à Cidade de Davi, chamada Belém, na Judeia, porque era da linhagem e da família de Davi, para alistar-se com Maria, que estava grávida e comprometida com ele. Enquanto estavam lá, chegou o tempo de ela dar à luz, e ela teve seu filho primogênito; envolveu-o em panos e o colocou em uma manjedoura, pois não havia lugar para eles na hospedaria (Lc 2.1-7).

César Augusto, de seu palácio em Roma, e os poderosos exércitos romanos, cujos soldados começaram a impor esse decreto, não faziam ideia de que Deus no céu estava usando-os para que seu plano se cumprisse, de modo que "vindo, porém, a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo da lei, para resgatar os que estavam debaixo da lei" (Gl 4.4-5).

César Augusto se considerava o governante de todo o mundo civilizado. Muito acima dele, porém, reinando eternamente, estava o Senhor que

"governa as nações" (Sl 22.8). Assim foi ao longo de todas as eras, e assim é ainda hoje. Embora Deus tenha permitido que muito mal continue presente no mundo sem julgá-lo de imediato, ele ainda governa as autoridades do governo e os destinos das nações.

Essas palavras das Escrituras devem, portanto, plantar no recôndito de nosso coração a fé na soberania de Deus sobre a história.

2. Deus realizará seus bons propósitos na terra

a. Deus realizará os bons propósitos que tem para os cristãos e para a igreja

A Bíblia oferece inúmeras garantias de que Deus realizará seus bons propósitos para todos aqueles que receberam a salvação em Cristo pela fé.

> Sabemos que Deus faz com que todas as coisas concorram para o bem daqueles que o amam, dos que são chamados segundo o seu propósito (Rm 8.28).

Deus também edificará sua igreja e a fará crescer em toda a terra de modo a promover seus bons propósitos e abençoar milhões de pessoas e muitas nações.

> E digo-te ainda que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela (Mt 16.18).

Portanto, igreja de Jesus Cristo não será destruída nem derrotada. Continuará a crescer no meio de todas as nações e de todos os povos, levando as "boas-novas" de perdão dos pecados, ensinando paz, amor,

justiça e retidão, quebrando todas as armas do inimigo e despedaçando até mesmo "as portas do inferno", caso se levantem contra ela.

Jesus Cristo, agora exaltado e entronizado no céu, continua a trabalhar na terra em favor da realização progressiva de seus propósitos para a igreja:

> Maridos, cada um de vós ame a sua mulher, assim como Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, a fim de santificá-la, tendo-a purificado com o lavar da água, pela palavra, *para apresentá-la a si mesmo como igreja gloriosa*, *sem mancha, nem ruga, nem qualquer coisa semelhante*, mas santa e irrepreensível (Ef 5.25-27).

O Senhor que reina sobre os céus e sobre a terra proclama ainda hoje: "Edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" (Mt 16.18).

b. Os planos de Deus para toda a história

Os planos de Deus para toda a história prevalecerão e não serão frustrados. Ele promete por meio do profeta Isaías:

> Lembrai-vos das coisas passadas desde a antiguidade: Que eu sou Deus, e não há outro; eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim. Sou eu que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; sou eu que digo: *O meu conselho subsistirá, e realizarei toda a minha vontade* (Is 46.9,10).

No Novo Testamento, o Cristo ressurreto faz esta promessa a respeito do rumo da história e das nações:

> Ao vencedor que continuar nas minhas obras até o fim darei autoridade sobre as nações (Ap 2.26).

Quando leio versículos como esses, penso em advogados cristãos que conheci em vários países e que defendem fielmente a liberdade humana, a justiça e a retidão diante dos tribunais de suas nações. Às vezes são bem-sucedidos, mas em alguns países, quase sempre saem perdendo devido à natureza opressora de seu sistema judicial. Diante desses versículos, não ficaria surpreso se, depois da volta de Cristo, visse muitos desses mesmos advogados corajosos julgarem cidades, estados e nações. "Foste fiel sobre o pouco; sobre muito te colocarei" (Mt 25.21).

c. Cristo voltará e, um dia, governará as nações

No final, quem terá autoridade para governar sobre todo mundo? Não será César Augusto. Nem Nero. Nem Hitler. Nem o presidente da União Europeia ou o dos Estados Unidos. Um dia, Cristo voltará à terra e governará todas as nações.

> "Porque ouvida a voz do arcanjo e ressoada a trombeta de Deus, o próprio Senhor descerá do céu com grande brado" (1Ts 4.16).

> "O sétimo anjo tocou sua trombeta, e surgiram no céu fortes vozes, que diziam: O reino do mundo passou a ser de nosso Senhor e de seu Cristo, e ele reinará pelos séculos dos séculos" (Ap 11.15).

À luz de todos esses versículos, portanto, nós cristãos podemos realizar todo nosso trabalho na política e no governo num ambiente de fé intensa e esperança tremenda. Nossa atitude primordial em relação à política e ao governo não deve, jamais, ser de ansiedade ou medo, mas sim de profunda

confiança em Deus. Nosso coração deve estar cheio de paz serena e tranquila.

> "Tu conservarás em perfeita paz aquele que tem seu propósito firme em ti, porque confia em ti" (Is 26.3).

Portanto, aconteça o que acontecer, quer vençamos ou percamos eleições ou batalhas políticas específicas, não devemos jamais nos desesperar, pois nosso Deus está assentado no trono e certamente cumprirá seus bons propósitos para toda a história, para a igreja e para cada um de nós.

3. Deus opera por meio de ações humanas para realizar seus propósitos

Se focalizássemos apenas os versículos bíblicos que falam da soberania de Deus na história, teríamos uma imagem equivocada, pois veríamos apenas metade de todo ensino bíblico a respeito da história humana. De acordo com a outra metade desse ensino, ainda há muito mal no mundo. Por ora, Deus resolveu não removê-lo da terra:

> "Sabe, porém, que nos últimos dias haverá tempos difíceis; pois os homens amarão a si mesmos, serão gananciosos, arrogantes, presunçosos, blasfemos, desobedientes aos pais, ingratos, ímpios, sem afeição natural, incapazes de perdoar, caluniadores, descontrolados, cruéis, inimigos do bem, traidores, inconsequentes, orgulhosos, mais amigos dos prazeres do que amigos de Deus" (2Tm 3.1-4).

> "Na verdade, todos os que querem viver uma vida piedosa em Cristo Jesus sofrerão perseguições. Mas os homens maus e impostores irão de mal a pior, enganando e sendo enganados" (2Tm 3.12,13).

O grande mal que ainda permanece no mundo causa danos imensos aos seres humanos criados à imagem de Deus. Somente nos Estados Unidos, 49 milhões de crianças foram mortas antes mesmo de nascerem.[1] A inocência, o recato e a pureza sexual das crianças foram destruídos. Nelas, o desenvolvimento da consciência a respeito da própria sexualidade é manipulado e distorcido. A ideia de responsabilidade moral diante de Deus foi removida da maior parte do governo e do âmbito público. Bombas terroristas ainda matam centenas e, por vezes, milhares de civis inocentes.

Cristãos na Coreia do Norte, na China e em vários países muçulmanos são mortos por causa de sua fé. Por causa dela, são alvo de zombaria, ridicularização, calúnia, processos legais e várias formas de perseguição. Os ricos e poderosos oprimem os pobres e fracos. Canais influentes da mídia ganham fortunas imensas com a exaltação de condutas imorais da pior espécie. Casamentos, famílias e vidas são arruinados pelo alcoolismo, por drogas, pela imoralidade sexual, pelo vício em jogos e pela violência e desonestidade. Acima de tudo isso, o nome de Deus, o Criador eterno, infinitamente bom, sábio e poderoso, é difamado, em vez de ser honrado e louvado por milhões de pessoas na terra.

Para fazer frente a esses males e vencê-los, Deus chama seu povo para servi-lo de várias maneiras. Ele nos dá o privilégio de nos envolvermos na luta para vencer o mal. Desse modo, Deus opera por meio de nossas ações humanas a fim de realizar seus propósitos na história. Ele nos chama a orar (cf. Mt 6.10). Ele nos chama a evangelizar, compartilhando as boas-novas do evangelho com outros (cf. Mt 28.19,20). Ele nos chama a agir em obediência a ele a cada dia.

Deus não costuma transformar o mundo miraculosamente sem usar uma medida considerável de esforço humano. William Wilberforce teve de

trabalhar a vida inteira para convencer o parlamento inglês a abolir o comércio de escravos e, posteriormente, a escravidão. Nos Estados Unidos, dezenas de milhares de cristãos têm se empenhado há mais de 35 anos para dar proteção legal a crianças não nascidas, e seus esforços ainda não alcançaram êxito. Creio, porém, que alcançarão um dia. Deus nos chama para trabalhar em prol de boas leis e bons governos nas nações da terra, porque o governo civil é um dos principais meios que ele usa para refrear o mal neste mundo. A autoridade civil "é serva de Deus, e agente de punição de ira contra quem pratica o mal" (Rm 13.4).

Não precisamos realizar esse trabalho em meio a confusão e incerteza. Sabemos qual é o objetivo final: que todas as pessoas na terra vivam de acordo com as leis morais de Deus registradas nas Escrituras e, desse modo, possam honrá-lo. Portanto, sabemos que Deus se agrada quando trabalhamos de várias maneiras para alcançar esse objetivo nos dias de hoje. Devemos orar e agir de tal modo que o reino de Deus venha e sua vontade seja feita "assim na terra como no céu" (Mt 6.10).

B. COMO SERÁ SE DEUS TROUXER UM AVIVAMENTO DA IGREJA E TRANSFORMAR A NAÇÃO PARA MELHOR?

Se Deus trouxer um avivamento da igreja em nosso país e em outros lugares, como será?

1. Passos preliminares

Se isso acontecer, um dos primeiros indícios será um grande número de demonstrações de amor intenso por Deus e de compromisso com a oração

por parte do povo de Deus. "Achegai-vos a Deus, e ele se achegará a vós" (Tg 4.8).

Outro passo será um profundo arrependimento do pecado e um compromisso com a santidade pessoal no meio do povo de Deus. "Procurai viver em paz com todos e em santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor" (Hb 12.14).

Simultaneamente, outro passo preliminar será a conversão de muitos indivíduos a Cristo e a volta a Cristo de muitos que expressaram crer nele, mas se afastaram. As igrejas começarão a ver milhares de novos cristãos se reunindo em seus templos em busca de comunhão, ensino e ministração a necessidades de vários tipos.

Repentinamente, a evangelização pessoal realizado com fidelidade ao longo de muitos anos começará a dar inúmeros frutos. Talvez até nos escalões mais elevados do governo — no Supremo Tribunal, no Congresso e no poder executivo — muitos se voltarão para Jesus Cristo com fé pela primeira vez. Presidentes e professores de universidades começarão a professar publicamente sua fé em Cristo e arrependimento do pecado. Diretores de cinema e repórteres de noticiários da televisão começarão a professar fé pessoal genuína em Cristo e arrependimento do pecado. E assim será em todas as camadas da sociedade.

Se esse aumento notável de conversões autênticas a Cristo ocorrer, espero que siga o modelo dos acontecimentos registrados nos Evangelhos e em Atos, nos quais a proclamação da mensagem do evangelho foi acompanhada de muitas manifestações miraculosas da sua verdade em que o próprio Deus deu testemunho por meio de "feitos extraordinários, diversos milagres e dons do Espírito Santo distribuídos segundo a sua vontade" (Hb 2.4). Como aconteceu ao longo de todo o ministério do apóstolo Paulo,

espero que as boas-novas de Jesus Cristo sejam proclamadas "pelo poder de sinais e prodígios, no poder do Espírito Santo" (Rm 15.19). Haverá muitos milagres imediatos e visíveis, juntamente com apresentações claras e poderosas do evangelho, pois é assim que sempre acontece no Novo Testamento.

2. Os passos seguintes (parte 1): a igreja

Dentro da igreja, o verdadeiro avivamento será seguido, sem demora, de um grande aumento no ensino sólido aos cristãos dos padrões morais de Deus para que sigam uma conduta de acordo com Bíblia. Jesus Cristo busca uma igreja madura, que não consista mais de membros "inconstantes como crianças, levados ao redor por todo vento de doutrina, pela mentira dos homens, pela sua astúcia na invenção do erro", mas, sim, de membros que "[sigam] a verdade em amor" (Ef 4.14-15) e andem em maturidade de fé e santidade de vida.

Além disso, haverá nas igrejas muito ensino saudável a respeito dos padrões e princípios bíblicos aplicados ao governo civil, o que dará aos cristãos a possibilidade de pensar com sabedoria e maturidade sobre como votar em cada eleição e candidato. Se as igrejas ensinarem esses paradigmas com regularidade, um cristão recém-convertido que se tornar parte do Senado, do Supremo Tribunal, de uma secretaria da educação ou da Câmara de deputados ou vereadores, por exemplo, saberá e entenderá o que Deus espera do governo, por que motivos e com que objetivos. Desse modo, o governo se tornará, cada vez mais, servo de Deus para nosso bem, como é a intenção do Senhor (cf. Rm 13.4).

3. Os passos seguintes (parte 2): a sociedade

Nos grandes avivamentos do passado em diversos países, houve não apenas restauração pessoal, mas também, com o passar do tempo, uma transformação notável da sociedade para melhor, à medida que os cristãos começaram a colocar princípios bíblicos em prática em toda a sua conduta e em todas as suas decisões.

Se isso acontecer, pode ser que os tribunais dos Estados Unidos, por exemplo, voltem, em números consideráveis, a exercer o devido papel de interpretar a lei, e não de criá-la. É possível que a grande maioria do Congresso busque verdadeiramente o bem do país, muito mais que seu próprio poder político. E cristãos presentes em todos os níveis do governo se darão conta de que o governo jamais deve ser usado como ferramenta para tentar obrigar as pessoas a adotar crenças religiosas de qualquer espécie; antes, deve servir para proteger sempre a verdadeira liberdade religiosa em todo o país.

Pode ser que o presidente e o poder executivo venham a seguir cada vez mais os ensinamentos das Escrituras em suas políticas no que se refere a proteger a vida de crianças que ainda não nasceram, o casamento entre um homem e uma mulher e a liberdade individual, bem como proteger a nação daqueles que desejam atacá-la.

Talvez a mídia passe a ter cada vez mais repórteres responsáveis, preocupados em promover a verdade e o bem do país, que tenham prazer na excelência dos padrões morais de conduta coerentes com os ensinamentos da Bíblia e, portanto, os incentivem.

A indústria do entretenimento talvez conte com a colaboração de um número cada vez maior de cristãos para torná-la mais pura e conduzi-la à santidade de vida. Pode ser que volte a produzir filmes de excelente

qualidade que reflitam a consciência do grande conflito que existe entre bem e mal na conduta humana.

É possível que, nas universidades, os cristãos trabalhem continuamente de modo que venham a exercer maior influência sobre professores, livros e cursos, que sejam fundamentados na verdade acerca do mundo e respeitem a verdade da palavra de Deus. Nas escolas públicas, quem sabe os cristãos possam trabalhar para aumentar as opções de escolas e o controle dos pais sobre a educação, a fim de que crianças em todo o país voltem a ser ensinadas de que Deus existe e de que ele criou o universo e tem padrões morais com base nos quais todos devem lhe prestar contas (tanto nesta vida como no futuro). Tudo isso, porém, será ensinado sem deixar de respeitar os pontos de vista religiosos dos pais e das crianças.

O mundo dos negócios talvez perceba que o comércio está se tornando cada vez mais um modelo de integridade, honestidade, produtividade e inovação. Famílias talvez experimentem cada vez mais casamentos duradouros e o prazer da obediência respeitosa dos filhos, bem como a alegria inexprimível de vivenciar juntos os diversos estágios da vida.

4. O trabalho atual em prol desse avivamento e dessa transformação

Enquanto esse avivamento não acontece, o trabalho dos cristãos de hoje em todas as camadas da sociedade, e especialmente em todos os níveis de influência política, é essencial para proteger as liberdades necessárias para realizar essas mudanças. É particularmente necessário o trabalho de advogados cristãos em defesa da liberdade religiosa e da liberdade de expressão, e também em favor da proteção do casamento e da vida. Esse trabalho proverá o espaço "legal" dentro do qual outros poderão atuar para

exercer influência nessas áreas e neutralizar as forças hostis que procurarão deter esse avivamento e essa transformação em todos os seus estágios, caso comecem a ocorrer.

Não fazemos ideia de quanto sucesso Deus concederá a nossos esforços. É possível, contudo, que ele nos surpreenda agradavelmente com aquilo que fará por meio deles!

Aconteça o que acontecer, no fim de nossos dias, quer estejamos em situação semelhante à de Paulo, presos num lugar como Roma, quer estejamos vivendo em meio a um grande avivamento e a uma grande transformação da sociedade, é importante que continuemos a orar e a agir pela fé, confiando no poder de Deus para qualquer que seja o sucesso alcançado. Devemos nos esforçar ao máximo e continuamente para conduzir a história de nossa nação pelo rumo certo, segundo os padrões sábios e maravilhosos que encontramos na Bíblia. Devemos ter sempre em mente a exortação de Jesus:

> Eu sou a videira; vós sois os ramos. Quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer (Jo 15.5).

Esse versículo reflete uma atitude de fé em Deus devidamente combinada com o trabalho árduo na política e no governo, pois fé em Deus e trabalho árduo não são contraditórios. Deus opera por meio de nossas ações, de modo a realizar o bem em nosso mundo e promover o avanço de seu reino.

Então, no fim dos tempos, poderemos dizer com o apóstolo Paulo:

> Combati o bom combate, terminei a carreira, guardei a fé. Desde agora a coroa da justiça me está reservada, a qual o Senhor, justo juiz,

me dará naquele dia, e não somente a mim, mas a todos os que amarem a sua vinda (2Tm 4.7,8).

---

[1] Cf. www.nrlc.org/abortion/facts/abortionstats.html.